

RES PUB BLI CA

PARADIGMAS
DO MUNDO
ACTUAL



Revista
de Ciência
Política,
Segurança
e Relações
Internacionais

RESPUBLICA

Revista de Ciência Política,
Segurança e Relações Internacionais

FICHA TÉCNICA

Órgão do CICPRIS – Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança. Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da FCSEA da ULHT-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da FCESE da ULP-Universidade Lusófona do Porto

Diretor

João de Almeida Santos

Subdiretor

José Filipe Pinto

Coordenador Editorial

Sérgio Vieira da Silva

Assessoras da Direção

Elisabete Pinto da Costa
Carmo Loureiro

Conselho de Redação

João de Almeida Santos, José Filipe Pinto, António Gameiro, Sérgio Vieira da Silva, Fernando Campos, Manuel Gonçalves Martins, Paulo Morais, Paulo Mendes Pinto e Elisabete Costa

Colaboradores Permanentes

Todos os membros do CICPRIS

Conselho Editorial

Adelino Torres
(*ISG/ULHT*)

Adriano Moreira
(*Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa*)

Alberto Pena
(*Universidade de Vigo*)

Alfredo Valladão

Antonio Laguna
(*Universidad de Castilla La Mancha*)

António Vitorino
(*Advogado. Antigo Comissário Europeu*)

António Fidalgo
(*Universidade da Beira Interior*)

Carlos Gaspar
(*Universidade Lusíada*)

Diogo Pires Aurélio
(*Universidade Nova de Lisboa*)

Enrique Bustamante
(*Universidade Complutense de Madrid*)

Grahame Lock
(*Universidade de Oxford*)

Guilherme d'Oliveira Martins
(*Presidente do Tribunal de Contas*)

Hermínio Martins
(*Universidade de Oxford e ICS*)

Javier Roca García
(*Universidade Complutense de Madrid*)

Jesús Timoteo Álvarez
(*Universidade Complutense de Madrid*)

João Bettencourt da Câmara
(*ISCS e ULHT*)

João Ferreira do Amaral
(*Instituto Superior
de Economia e Gestão*)

John Loughlin
(*Universidade de Cambridge*)

José Bragança de Miranda
(*Universidade Nova
de Lisboa e ULHT*)

José Lamego
(*Universidade Clássica
de Lisboa*)

Maria José Stock
(*Universidade de Évora*)

Michelangelo Bovero
(*Universidade de Turim*)

Octavio Uña Juárez
(*Universidad Rey
Juan Carlos – Madrid*)

Oreste Massari
(*Universidade de Roma «La Sapienza»*)

Paulo Ferreira da Cunha
(*Universidade do Porto*)

Reinhard Neumann
(*Investigador no CIES
e no Dinamia – ISCTE*)

Sarah Childs
(*Universidade de Bristol*)

Silvano Tagliagambe
(*Universidade de Sassari*)

Fundador da ResPublica
Fernando Santos Neves

Propriedade

Cofac - Cooperativa de Formação
e Animação Cultural

Design Gráfico

Rute Muchacho

Impressão e acabamento:

SOARTES - ARTES GRÁFICAS, LDA

ISSN:

1645-8931

Impresso em:

Agosto de 2013

Versão eletrónica:

<http://respublica.ulusofona.pt>

Correspondência:

Assessoria da *ResPublica*
Departamento de Ciência Política,
Segurança e Relações Internacionais
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Campo Grande, 376, 1749-024 LISBOA. Portugal

E-mail:

Elisabete Pinto da Costa: p2477@ulp.pt
Carmo Loureiro: carmo.loureiro@ulusofona.pt

Distribuição:

Edições Universitárias Lusófonas
Campo Grande, 376
1749-024 Lisboa
Tel 21 751 55 00

Índice

EDITORIAL

João de Almeida Santos.....11

ENSAIOS

Geopolítica e Globalização:
Xadrez Internacional da *Demos*.....15

Maria Sousa Galito

«*No Logo*», ou os Problemas da Globalização.
A Propósito do Livro de Naomi Klein41

João de Almeida Santos

Num Novo Paradigma para o Desenvolvimento Humano:
«Comunicação e Cultura Inclusivas»51

Augusto Deodato Guerreiro

Esquerda-Direita: Uma Dicotomia
Atual ou Anacrónica?67

Sílvia Mangerona

O Conceito de «Perceção do Risco»:
Contributo da Psicologia Social77

José-António Carochinho

O Comércio Justo e o Mercado Global:
Um Jogo de Equilíbrios89

Maria Margarida Gonçalves dos Santos

Os «Objetivos do Milénio» e a Reforma da ONU111

Miguel Coelho

A Construção da União Europeia: Um Olhar Sobre a Dimensão Social do Projeto	133
<i>José Ampagatubó</i>	

RECENSÕES

A Circunstância do Estado Exíguo	149
<i>José Filipe Pinto</i>	
Sobre as Causas do Atraso Nacional	152
<i>Joaquim Jorge Veiginha</i>	

RES PUB BLI CA

PARADIGMAS
DO MUNDO
ACTUAL

EDITORIAL

Revista
de Ciência
Política,
Segurança
e Relações
Internacionais

Com os Números 9, 10, 11 e 12, correspondentes aos anos 2009, 2010, 2011 e 2012, que agora publicamos em simultâneo, a Revista *ResPublica* entra em fase de transição para uma nova Série, a partir do número 13. Estes números estavam em carteira e considerámos que tinha chegado o momento da sua publicação: 9 - «Portugal e o Mundo na Passagem do Milénio»; 10 - «De Platão ao Multiculturalismo: 2500 Anos de Pensamento Político e Social»; 11 - «Paradigmas do Mundo Atual»; e 12 - «Estudos de Política Nacional e Internacional». Quatro volumes que agora ficam à disposição do Leitor e que são testemunho da atividade de investigação dos nossos docentes e alunos, nas várias frentes científicas em que intervém o *Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais* e nas áreas em que a *ResPublica* tem vindo a publicar, incluindo contributos de autores da comunidade científica internacional.

Estes quatro números já incluem a nova capa, a nova Ficha Técnica, com nova Direção, Coordenador Editorial e novo Conselho Editorial, as normas para o procedimento de arbitragem científica dos textos (a partir do nº 13) e uma profunda alteração na organização e na paginação interna. A mudança, que incluirá ainda muitos ajustamentos, ficará completa com a Edição do número 13, dedicado a Maquiavel, previsto para Dezembro deste ano.

A nova série da *ResPublica* representa também uma profunda viragem na sua identidade orgânica, já que ela passará a ser o órgão oficial do *Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança (CICPRIS)*, constituindo-se como uma espécie de *front-office* do *Centro de Investigação* e integrando na sua Direção, na Coordenação e no seu Conselho Editorial os mesmos elementos que integram a Direção do CICPRIS e o seu Conselho Consultivo. Por outro lado, a integração no seu Conselho Editorial de vários e ilustres Professores Catedráticos de diversas Universidades Europeias de grande prestígio (Universidades de Vigo, Complutense de Madrid, Rey Juan Carlos de Madrid, UNED – Espanha, Turim, Sassari, Roma «La Sapienza», Bristol, Cambridge, Oxford), membros ativos do Conselho Consultivo do CICPRIS, constituirá o ponto de partida para a assinatura de protocolos com as Revistas afins dessas Universidades, construindo, deste modo, uma *rede de relações entre revistas científicas* que muito ajudará ao processo de internacionalização do nosso Centro de Investigação, das nossas produções científicas e das nossas iniciativas,

10

conjuntas com outros centros de investigação, na promoção de eventos científicos internacionais. De resto, esta cooperação exprimir-se-á não só ao nível das publicações, mas também ao nível da criação de um doutoramento internacional em que participarão estas instituições e os docentes de referência integrados nos Conselhos Consultivo e Editorial, respetivamente do CICPRIS e da *ResPublica*.

A Revista *ResPublica* será, pois, ao mesmo tempo, a face visível das produções científicas das linhas de investigação que estamos e iremos desenvolver, a saber:

- *observatório da democracia em Portugal*, que produzirá anualmente um Relatório sobre a qualidade da nossa democracia;
- *observatório da telepolítica e da política na Rede*, que acompanhará regularmente a presença qualitativa e quantitativa da política;
- *tendências evolutivas da integração europeia*, nos planos institucional, político, económico, financeiro, fiscal e de segurança interna e externa;
- *intelligence e segurança interna*;
- *segurança urbana*;
- *segurança alimentar*;
- *segurança privada*;
- *mediação de conflitos internacionais*;
- *Estado social e administração pública*;
- *estudos africanos e estudos lusófonos*;
- *religião e sociedade*;
- *estudos eleitorais*;
- *estudos gramscianos sobre a hegemonia*.

Os presentes números integram investigações de docentes, investigadores e alunos do Departamento, demonstrando, assim, que a presença de instrumentos de canalização pública dos resultados também incentiva a própria prática da investigação. Se a estes instrumentos acrescentarmos a possibilidade de internacionalizar as produções, promovendo permutas e intercâmbios editoriais, como é nosso objetivo,

estaremos não só a divulgar o que fazemos, como também a incentivar a prática da investigação, não só do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo, ao mesmo tempo que poderemos acolher nas nossas páginas o que de melhor se produz internacionalmente.

A partir de agora, a *ResPublica* será realmente uma Revista com arbitragem científica, porque submeterá todos os artigos a publicar a revisão científica segundo as melhores práticas usadas na comunidade científica. As normas constarão de todos os números, na parte final da revista, e os *referees* serão recrutados nas universidades que subscreverão protocolos com o CICPRIS e, naturalmente, com a Revista. Os textos serão publicados em várias línguas, mas terão obrigatoriamente, a partir do n.º 13, que assumir a forma definitiva da nova série, designadamente com uma síntese de abertura nas línguas inglesa e espanhola.

Se é certo que daremos enorme importância às parcerias internacionais, um dos nossos objetivos centrais no campo da investigação, também é certo que procuraremos integrar o que de melhor se produz no plano nacional.

Investiremos também nas relações com Editoras, nacionais e estrangeiras, estabelecendo protocolos entre a *ResPublica*, as Edições Lusófonas e as Editoras que se queiram associar em publicações conjuntas. Nos protocolos a assinar, daremos particular ênfase às Editoras da Lusofonia, sobretudo quando se trate de obras ou de números específicos da Revista dedicados à Lusosfera. Estarão neste caso, em particular, os números temáticos da *ResPublica*, que serão normalmente convertidos em livros pelas editoras que têm protocolos com o CICPRIS e a Revista. A nossa orientação editorial de fundo privilegia a edição *on line*, sem descuidar, naturalmente, a inevitável e desejável edição em papel.

Por fim, é preciso reafirmar que só com a dedicação e o empenho dos nossos docentes e estudantes, e em especial os de segundo e de terceiro ciclos, será possível levar a bom porto a tarefa a que nos propomos. E é por isso que aqui lhes deixo um primeiro desafio: lançarmos, ainda este ano, um número especial sobre Maquiavel, por ocasião dos quinhentos anos de «Il Principe», no qual todos colaborem com um ensaio sobre este grande mestre da política.

João de Almeida Santos

RES PUB BLI CA

PARADIGMAS
DO MUNDO
ACTUAL

ENSAIOS

Revista
de Ciência
Política,
Segurança
e Relações
Internacionais

Geopolítica e Globalização: Xadrez Internacional da *Demos*

Maria Sousa Galito*

Resumo

Se a História é cíclica e a globalização não é um fenómeno novo, há lições a tirar das crises atuais, para ser possível visionar um futuro mais brilhante, até para Portugal. Estuda-se aqui o papel dos cidadãos nesta matéria.

Palavras-chave: globalização, demos, crise, poder, Portugal, História

Abstract

If History is cyclical and globalization is not a new phenomenon, there are lessons may be drawn from the current crisis in order to envision a brighter future, even for Portugal. The role of citizens in this area is studied here.

Keywords: globalization, demos, crisis, power, Portugal, History

* Doutora em Ciência Política e Relações Internacionais (IEP-UCP).

Vivemos num mundo globalizado e interdependente, onde o crescimento económico impulsiona facilmente as economias à escala planetária. Uma crise financeira nos Estados Unidos pode prejudicar o mercado internacional a uma rapidez galopante. A circulação de pessoas é intensa, ao ponto de criar dificuldades mesmo em sociedades progressivamente mais abertas e multiculturais. Os meios de comunicação contribuem favoravelmente para uma sociedade de informação que atribui um papel importante à opinião pública, mas também vive de interesses empresariais e de audiências, com as consequências perniciosas que tais questões podem criar. Neste processo, o Estado procura reencontrar o seu lugar, sobretudo ao intervir economicamente no mercado. Isto porque o capitalismo entrou em crise não se sabe por quanto tempo, mas porque até 2008 vivia acima das suas possibilidades e convencera a sociedade, pelo menos a Ocidental, que também podia fazê-lo e indefinidamente.

A verdade é que a economia é constituída por ciclos económicos e a História é cíclica. Os erros cometem-se e corrigem-se, as lições aprendem-se, mas a memória é curta. As gerações humanas e as migrações intercontinentais sucedem-se, como noutras épocas. A cidadania é um conceito em evolução e a sociedade humana também. Em geopolítica, quem domina é quem tem poder e o usa. Num mundo globalizado, esse poder pode ser exercido num xadrez à escala planetária.

Neste contexto, a União Europeia parece possuir dificuldades a nível interno, não obstante ter conseguido que o Tratado de Lisboa entrasse em vigor, e hesita em afirmar o seu poder internacional, talvez por ainda não o possuir verdadeiramente estruturado. A União Europeia continua com uma agenda externa vazia de conteúdo. A própria relação transatlântica vive entre ciclos de proximidade e de dificuldade de comunicação.

Portugal, Estado-membro da União Europeia desde 1986, é um país independente desde o século XII, o primeiro Estado-nação da Europa, possui as fronteiras mais antigas e estáveis do continente em que se insere, foi o primeiro e mais longo império global. Curiosamente, afunda-se numa crise estrutural – mais do que conjuntural – agravada pela falta de visão política capaz de liderar um projeto nacional e internacional ganhador, que coloque o país num rumo ascendente, capaz de velar novamente pelo interesse geral da sua população.

As glórias passadas não alimentam e degeneram. As experiências atuais há muito que deixaram de entusiasmar ao nível dos resultados, e o provincianismo reduz o país a uma periferia que, na realidade, não existe. Portugal é central no Atlântico (e o mundo virtual/Internet é um mundo novo por redimensionar), mas precisa convencer-se disso e afirmar-se enquanto tal.

O artigo que se segue debruça-se sobre alguns dos principais tópicos de análise no mundo atual, do ponto de vista da geopolítica e da globalização; dos fluxos migratórios, de mercadorias e de capital; das tendências centrífugas e centrípetas sentidas pela *Demos*, a favor da globalização e uniformização, ou da afirmação da identidade individual e de cada povo, o que tem produzido fenómenos capazes de gerar desconfiança e incompreensão à escala planetária, o que, por sua vez, tem dificultado a «integração» e a «comunicação» – que, supostamente, deveriam ter atingido graus de sofisticação superiores aos de épocas históricas anteriores.

1. Geopolítica e Globalização – Xadrez Internacional da *Demos*

O planeta azul, observado do céu, parece pacífico e tranquilo, desprovido de fronteiras, global e redondo como se eternamente se sentisse livre para desfrutar dos seus movimentos de rotação e translação. Quanto mais perto se fica, mais nuvens se avistam. De facto, a Terra é tudo menos desprovida de fronteiras e de conflitos, e mal respira num ambiente conspurcado pelos abusos de uma praga de seres humanos. *A Demos*.

Na Terra, os Estados, as empresas e a população em geral vivem uma luta de poderes organizada a vários níveis num planeta cada vez mais pequeno para tanta ambição. A geopolítica impera e o xadrez internacional preocupa-se em fazer sobreviver o mais forte, enquanto as minorias apelam à compreensão e resistem sob todas as formas que o ser humano conseguiu inventar durante séculos para o conseguir – até recorrendo ao terrorismo. Como vivemos num mundo cada vez mais global, mesmo o que nos fica longe nos parece perto, e o que nos fica perto pode ficar muito longe.

Atualmente, fala-se muito em globalização. Este processo não é atual, iniciou-se no século XV, fortaleceu-se com a Revolução Industrial e afirmou-se na sociedade tecnológica e da informação do século XX.

Em pleno século XXI testemunham-se as suas vantagens e desvantagens com impacto imediato.

O processo de globalização começou por ser experiência fértil em imprevistos e falhas de comunicação, pois o objetivo era desbravar terreno num passo de gigante não tentado pela maioria, por medo e superstição. Foram as gerações seguintes que primeiro lhes procuraram as causas, tentando lidar com benefícios e custos daí decorridos. A globalização passou a ser mais organizada e com a Revolução Industrial intensificaram-se os fluxos de capitais. Como havia necessidade de matérias-primas que alimentassem todo o sistema, os europeus empreenderam um dos mais organizados assaltos da História (em especial) ao continente africano.

Porque o processo dava lucro, as empresas multiplicaram-se em número e, dentro destas, em rede, gerindo sucursais espalhadas pelo globo. Em plena terceira vaga da globalização, não só se produz em massa como simultaneamente em diferentes partes do mundo. Um carro pode ser constituído por peças individuais *made in* países diferentes. Com a escassez de recursos naturais, passou a exigir-se uma boa gestão empresarial, com preocupação crescente pelas gerações futuras, enquanto os indivíduos reivindicavam melhores condições de trabalho, apostavam na formação e lutavam pela preservação do ambiente.

À medida que a opinião pública ganhava terreno, nasciam e cresciam organizações internacionais com o objetivo de reduzir as assimetrias e velar pelo cumprimento do Direito Internacional. A globalização atual quer-se «amiga do ambiente», vocacionada para o desenvolvimento sustentado mais do que para o crescimento económico que tanto movia o tecido económico da Revolução industrial. Mas os interesses geoeconómicos não mudaram de carácter. Os países continuam a empreender conflitos regionais por abscondidas razões de mercado. Basta referir a guerra do Iraque mas poderiam ser referidas muitas outras.

Portanto, atribui-se o nome de «globalização» a um processo antigo que se mantém rapinador. Porém, regista-se pelo menos uma diferença: agora o consumismo não é elitista mas geral e democrático. Quem não possui capital recorre ao crédito. Quem não paga hipotecas e dívidas de cartões, perde estatuto social por não poder devotar-se ao materialismo e salvaguardar um nível de vida padronizado, massivamente divulgado pelos meios de comunicação e, em particular, por indústrias especializadas interessadas em manter o «seu próprio» estatuto.

Percentagem significativa da população mundial devota-se, portanto, ao materialismo e ao relativismo, influências que aparentemente vieram substituir visões mais conservadoras. Já lá vai o tempo do Condestável que entregou os seus bens pessoais em nome de uma vida espiritual.

Mas como a moda, a mentalidade dominante também varia periodicamente. O que tem vantagens, tem desvantagens. A ideia que tudo se compra e se vende, numa transação permanente dinamiza uma «sociedade de consumo» fundamentada na satisfação de necessidades imediatas e cada vez mais exigentes. O estímulo que impulsiona o mercado é a procura.

Esta necessidade/aspiração dos indivíduos viverem acima das suas possibilidades abriu portas aos abusos perpetrados nos mercados financeiros, alavancados em 2001 e, enfim, desmascarados em 2008. A crise do *subprime*. Ao que parece, o funcionamento do aparelho financeiro entrou em colapso. A arquitetura financeira internacional vacilou por haver empolamento da atividade financeira com níveis de alavancagem insustentáveis, com agências de *rating* a empolar o valor das ações, aproveitando a liberdade extra em mercados com falta de regulação estadual, abundância de liquidez e taxas de juro muito baixas. Também se registava um peso excessivo da componente variável da remuneração dos gestores/administradores e da avidez dos gestores.

No Mercado Financeiro Internacional, o crime ou passava desapercibido ou não era punido – uma vez que a lei internacional era vaga o suficiente para permitir excessos, além de ser difícil aplicá-la ou fiscalizar o seu cumprimento. Vigoram em muitos países entraves ao escrutínio da realidade, como o sigilo bancário (cuja eliminação interfere na liberdade e privacidade das pessoas, e diretamente nos interesses bancários) ou os *off-shores* (que quando desaparecem num lado, surgem noutro, pelo que nunca desaparecem). Aliás, a origem do capital era o que menos importava, e como essa ascendência é mais difícil de provar quanto maior o número de intermediários, percebe-se o «saco sem fundo» que se havia criado. Portanto, no meio do que circulava para melhorar o bem-estar das populações, imiscuíam-se tudo quanto minava esse bem-estar.

Poderia dizer-se que a crise resultou de excesso de confiança e de uma sucessão de erros, baseados na ideia que se pode viver

harmoniosamente numa sociedade relativista que roça a descrença nihilista absoluta e que põe em causa os chamados bons costumes que são para reformados e pré-históricos, porque em liberdade tudo é permitido e nem há crise de valores mas de referências estáveis. É preciso recordar que a liberdade em sociedade não é total mas condicionada ao respeito pelo espaço do outro. Para que o sistema democrático funcione precisa funcionar em Estado de Direito que implica a escolha de leis que são para ser cumpridas. Portanto, o sistema judicial e a administração interna precisam funcionar sob o risco da arquitetura desabar.

Uma sociedade pueril ou de «chicos espertos» deu no que deu. Há sempre quem se aproveite. A questão está em saber se as várias comunidades estão para aturar isto. A mudança parece estar em marcha desde 2008, com acrescida intervenção estatal e fiscalização extra. Mas mais Estado deve ser uma opção temporária pois desequilibra as contas públicas e nenhum Estado almeja declarar falência. Ou sair do Euro, já agora.

Ressalva-se, portanto, que o problema não incide no mercado «em si» mas no equilíbrio das atividades económicas. Quando as regras estão estabelecidas e são cumpridas, os mercados funcionam corretamente, estimulam o crescimento económico, o emprego e o bem estar social. Mas, portanto, os mercados precisam de confiança e credibilidade, e por muito intangíveis que estes dois conceitos aparentem ser, são fundamentais. Não é da conveniência de ninguém minar o Mercado Financeiro Internacional, base da sociedade cosmopolita global em que hoje se vive. Aliás, o problema não está no mercado financeiro, em si, mas em quem mal o usa. Como em tudo na vida. Um passo determinante é criar mecanismos de controlo mais eficazes, num quadro de liberdade responsável. São necessárias políticas de cooperação interestaduais, inteligentes mas, desde logo, exigentes em meios.

Resultado, neste mundo globalizado e interdependente estimulado pela ciência e pela tecnologia, ainda há consequências mal geridas, porque as pessoas não dominam completamente a Natureza, incluindo «a sua» própria natureza, pois não se conhecem bem e menos umas às outras. Ou seja, a revolução não foi apenas comercial, industrial e tecnológica, mas também social.

É verdade que a *Demos* tem demonstrado o seu poder de adaptação ao mundo em que vive e trabalha, mas nem o corpo nem a mente

estavam preparados para tão célere transformação¹. O que nunca foi tão evidente como desde o século XX².

Finalmente compreendemos que a Natureza continua rebelde

A vida internacional em que vivemos é complexa, organizando-se sob a forma de um imenso formigueiro de gente. Em compasso, a população mundial não para de crescer, somando a elevada natalidade nos países menos desenvolvidos à elevada longevidade nos países desenvolvidos. Depreende-se que políticas de incentivo à natalidade são questões políticas ou mesmo geopolíticas (grupos sentem-se ameaçados ou não querem perder preponderância sobre outros).

A circulação de pessoas é uma constante. Neste fluxo, constam os que procuram melhores condições de vida ou um emprego que lhes reconheça o verdadeiro potencial, e os refugiados políticos, indivíduos que fogem à miséria, à guerra e à perseguição.

Quem emigra para a Europa ou para os Estados Unidos não o faz sem motivo, procura melhores condições de vida, de oportunidades que não surgem no país de origem por causa dos conflitos armados, da violência, do tráfico de drogas e armas, da instabilidade económica ou da miséria. As famílias arriscam tudo para fugir a sociedades quílicas que não permitem o conforto e a instrução à sua maioria demográfica, à edificação de uma estrutura sólida, limpa de corrupção e

-
1. Ou seja, para os nossos antepassados, as necessidades eram simples, o espaço imenso, os objetivos imediatos; mas impuseram a si próprios uma revolução de todo o tamanho que, com determinação e capacidade de adaptação, visaram superar, apesar do preço a pagar: «Não devemos comparar o habitante da cidade com o animal selvagem, mas com o animal cativo. O bicho-homem moderno já não vive em condições que possam considerar-se normais para a sua espécie. Aprisionado (...) pela sua própria habilidade cerebral (...) parece ter-se adaptado brilhantemente a estas novas condições extraordinárias, mas não teve tempo de mudar biologicamente (...). Tinha-se tornado cidadão, membro de uma supertribo e a diferença fundamental é que na supertribo ele já não conhecia pessoalmente cada membro da comunidade. Esta mudança, de sociedade pessoal para sociedade impessoal, havia de provocar as maiores angústias do animal humano (...)» (Morris, 1969: 10-21).
 2. Um exemplo da «sociedade de consumo», fruto da adaptação a um novo estilo de vida e subsequente alteração do regime alimentar (neste caso americano; para o bem e para o mal, símbolo da globalização, arrastando consigo a chamada «comida de plástico»), é o caso dos índios pima, do estado norte-americano do Arizona. Em poucas décadas mudaram completamente. Tornaram-se abastados, sedentários e, sobretudo, gordos. Hoje em dia são das comunidades que registam mais habitantes obesos; e têm o índice mais elevado de diabetes, a nível mundial.

jogos de poder, apenas favorável a uma minoria, detentora de grandes privilégios.

A decisão de quem habita no seu território é uma das atribuições dos governos ou não? A questão mostra-se complexa, por afetar a segurança do território que os recebe. É que se, conforme o adágio, numa casa entra sempre mais um, quando os regimes habitacionais alternativos se amontoam nas periferias, a pulular de indivíduos com poucos meios, muitas vezes desempregados, então, a desilusão destes é patente. Situação que pode piorar, caso sejam alvo de suspeita, desenraizamento ou discriminação; pois, alguns devotar-se-ão à clandestinidade, favorecendo máfias e todos quantos se aproveitam da precariedade e vulnerabilidade dos imigrantes e seus descendentes, gerando um ciclo vicioso no submundo das cidades. O que passa a minar a segurança de todos, raiz de desespero, raiva e choque entre grupos. Gerando uma contrarresposta tão ilegítima quanto a violência, a xenofobia.

No que concerne à emigração, as gerações ulteriores à primeira lutam mais pelo direito à diferença como afirmação pessoal e contra a discriminação. Mas quando o fazem de forma ostensiva ou mesmo provocadora, esquecem que não será provavelmente essa a identidade cultural do país de acolhimento e que, ao fazê-lo, são senhores da sua liberdade mas também interferem na liberdade do povo com quem desejaram conviver e que, bem ou mal, os aceitou em sua casa. Em contrapartida, os naturais do país de acolhimento não devem depois marginalizá-los, mas promover uma atitude responsável, de integração e compreensão mútua. Só assim uma sociedade democrática e plural pode funcionar. Com esforços de parte a parte. Voltamos a mencionar questões relacionadas com a liberdade e o respeito, fundamentais numa Democracia que seja Estado de Direito.

Mas o problema não vem só de fora. Até porque os Estados-nação (um Estado, uma Nação) não são a regra. À escala mundial, encontramos Nações divididas em vários Estados e Estados a administrar diferentes Nações, porque as fronteiras ideológicas muitas vezes contradizem as fronteiras físicas. A Europa, por exemplo, não se livra do terrorismo fomentado por grupos extremistas europeus que querem valer pela autodeterminação das suas Nações. Representam o terrorismo mais tradicional e territorializado, que se revolta contra a resolução

da ONU que impede que se mexa mais nas fronteiras³. A Europa ainda não é tão coesa quanto a União Europeia gostaria.

Daqui decorre que nem todos consideram prioritária a fidelidade ao Estado a que pertencem. Sempre que obrigados a escolher, preferem valer pelos seus próprios credos e tradições culturais (herdadas, recuperadas ou defendidas por iniciativa própria) ou outras características que definam o grupo com o qual se identificam.

Neste contexto, faz sentido promover a cidadania. Este conceito, em termos estritos, traduz o vínculo jurídico-político que une cada indivíduo ao Estado a que pertence e que supõe o respeito pelos direitos e pelas obrigações que lhe assistem.

Em sentido amplo, uma maior cidadania poderá eliminar diferenças entre nacional e estrangeiro, em especial com o surgimento de espaços supraestaduais, como a União Europeia, em função de uma maior liberdade. A própria «cidadania europeia» poderá ser entendida enquanto estatuto de cidadãos de uma realidade política que engloba direitos e deveres privados e públicos. Assim sendo, a cidadania é hoje um estatuto mutável, passível de cessação e perda, por ato voluntário do indivíduo nacional (renúncia) ou por decisão do Estado.

Seja como for, exige-se o dever de promover o bem-estar individual mas também a saúde do grupo, para garantir a coesão, interna ou entre países. Tanto que a cidadania pode ser entendida enquanto valor universal, a que todos temos direito e pelo qual todos devemos velar; e, logo, estritamente ligada à *Declaração Universal dos Direitos do Homem* da ONU, expoente máximo no reconhecimento da dignidade

3. Dois casos se destacam à vista desarmada: o da Irlanda do Norte e o da região basca de Espanha. Há décadas que, na Irlanda do Norte, protestantes e católicos vivem em declarada contraposição. A população sofre severas baixas e a instabilidade alimentada-se de um clima de conflito civil. Nos anos 90, o Reino Unido decidiu sentar-se à mesa das negociações com o Sinn Fein, braço político do IRA, enquanto os Estados Unidos arbitravam o confronto de poderes, mas não se conseguiu chegar a acordo sobre o desarmamento do grupo terrorista. Por seu lado, a Espanha teme que a independência de uma região onde operam ataques terroristas represente, por um lado, uma cedência política grave e, por outro, um precedente perigoso para outras regiões, também reivindicativas, como a Catalunha e a Galiza, mas que, por agora, resguardam forças de pressão separatistas pouco populares e discretas. Seja como for, é uma questão de identidade. Enquanto assim for, não importa a cabeça que dirige o movimento, haverá sempre quem se proponha a lutar pela independência da região; Portanto, mais que do terrorismo basco, falamos de um debate já antigo em terras vizinhas. Pois a Espanha não é um Estado-Nação. Como várias regiões se mostram descontentes com o seu estatuto, há quem argumente a favor do país se organizar num Estado Federal ou numa Confederação (Federação de Nações).

intrínseca à «pessoa humana», consagrando a liberdade, a justiça e a paz como direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana.

Neste sentido, faria sentido promover uma disciplina de cidadania nas escolas, até porque muitas crianças e adolescentes não sabem interagir saudavelmente, vivendo vidas virtuais agarrados ao computador, acabando marginalizados, agentes ativos ou vítimas de *bullying* – fenómeno de violência física e psicológica intencional e repetido, testemunhado há milhares de anos, mas que hoje em dia, pelos vistos, tem uma designação específica. Portanto, num mundo especialmente interdependente e misto, a cidadania é mais do que uma expressão normativa, é um valor a defender.

Mas como falar de «cidadania global» quando, no plano internacional, impera o conflito de interesses? Quando se organizam complexas redes de terrorismo, tráfico de armas e de droga, para fornecerem as guerrilhas espalhadas pelo mundo, que usam e abusam dos mecanismos das sociedades desenvolvidas, como o Mercado Financeiro Internacional, para branquear o dinheiro das suas atividades ilícitas e alargar os seus tentáculos?

Falamos, portanto, de poder. De uma relação de forças. Em que uns ganham e outros perdem. Quem mais sofre, como sempre, são as vítimas inocentes dos atentados terroristas e as suas famílias. Mas há demasiadas variáveis em questão, como jogos de influência, posições estratégicas, tráfico de armas, prestígio governamental, motivações religiosas e políticas, lucros empresariais.

Por outro lado, haverá mesmo esforços efetivos na coordenação de forças internacionais contra o terrorismo ou é mais conversa? E quem está por detrás dos terroristas? Quem os financia? Quem os treina? Quem lhes vende armas? Quem beneficia com os atentados, direta ou indiretamente? Podia dizer-se que Bin Laden. Mas nem ele era resposta para tudo quanto de mal acontecia no mundo. Bin Laden tornou-se numa referência, positiva ou negativa consoante a perspetiva! Porém, bem vivos estão outros muitos. São esses que beneficiam com o nosso medo.

Ao terrorismo não importam os meios, desde que cumpram objetivos; também não é um fenómeno novo. O «11 de setembro» apenas abriu os olhos para um tipo de terrorismo capaz de abalar o sentimento de segurança à escala global. Por ter passado a ser considerado como

uma ameaça mundial, os países uniram-se numa liga antiterrorismo, como não há memória. Movidos, quem sabe, também por interesses geopolíticos e geoeconómicos.

O petróleo parece ser um destes, em especial quando nos centramos no equilíbrio de poderes do Médio Oriente; na sua «balança do petróleo», pois esta matéria-prima é uma das principais fontes de rendimento dos vários países da região. Além de que a oscilação do preço do petróleo afeta, direta ou indiretamente, todos os continentes, consumidores e/ou fornecedores. Países como a Arábia Saudita, o Irão e o Iraque são cruciais para entender o jogo de influências na zona do Crescente Fértil. A Arábia Saudita porque o país parece ser o centro para o qual converge todo o Médio Oriente. O Irão porque rivaliza com a Arábia Saudita em poder externo, embora internamente mantenha um braço de ferro entre as fações mais extremistas e conservadoras. Com menos poder efetivo, mas grande ambição, tínhamos um Iraque, liderado por Saddam Hussein, que começou por manifestar uma política externa expansionista, para tornar Bagdade no centro do poder do Médio Oriente. No Médio Oriente, o regime de Saddam Hussein parecia ser o «elo mais fraco» nas várias relações de poder. Uma sucessão de erros estratégicos e alguma precipitação desencadearam duas guerras que fizeram o regime de Saddam cair, o líder foi julgado e eliminado. E o mundo perdeu um dos seus bodes expiatórios preferidos.

O que colocou os Estados Unidos na berlinda e fragilizou a aliança ocidental. Hoje em dia, não há margem de manobra para a criação de impérios baseados na conquista de território, pois o poder político e a opinião pública ocidental não conseguem conviver com as mortes e perdas materiais que uma posição geoestratégica como essa implicaria. A credibilidade internacional dos Estados Unidos reflete, assim, alternância periódica entre posições de grande força e de aparente fragilidade.

Toda a moeda tem «cara» e «coroa». Os povos precisam ser protegidos do sofrimento. Os Poderes devem assumir, conseqüentemente, a «responsabilidade ética» de não abusar da sua posição privilegiada para lhes impingir pior situação que a vivida atualmente. Na realidade, não há país sem telhados de vidro.

Por outro lado, como falar de «cidadania global» quando existem múltiplas situações de «subdesenvolvimento sustentado»? Falar em «subdesenvolvimento sustentado» é um grito de revolta contra uma

realidade difícil, que se prolonga. Por um lado, implica falar de ambiente, pois os países desenvolvidos e em desenvolvimento precisam apoiar, em conjunto, a biodiversidade e uma gestão eficaz dos recursos naturais. Na prática, os países mais poluidores evitam reduzir o consumo de energia mundial ou o seu grau de dependência do petróleo e preferem dar donativos e apostar na ajuda ao desenvolvimento (que perpetua a dependência) do que estabelecer verdadeiras parcerias comerciais mutuamente vantajosas. Ainda assim, a ideia baseada na cooperação entre Estados pode não ser realista. Quando reina a Geopolítica, almeja-se otimizar a relação entre geografia e poder, outras prioridades falam mais alto e os governos acabam por optar por uma ação planificada, em função de interesses estratégicos.

Por outro lado, implica a implementação de políticas internas de apoio à iniciativa dos agentes e às infraestruturas, que possam controlar a emigração e estimular a população a desenvolver o tecido económico de cada país. Mas as atividades pró-desenvolvimento só obtêm resultados quando há efetivamente um esforço de cooperação entre instituições e uma adequada distribuição da informação no país, por forma a que a população tenha conhecimento delas e compreenda como pode usufruir das mesmas; mas o que parece chegar às pessoas é menos o que as ajuda e mais o que as prende a um fio condutor; porque há quem se aproveite da baixa escolaridade da maioria – a que depois não reivindica os seus direitos ou não consegue impor-se às forças internas e/ou externas não interessadas no seu progresso.

Depois temos o *marketing* de conveniência que visa (manter) o poder. Propaganda política que pode incluir a difusão de fanatismo religioso, para estreitar laços e garantir a fidelidade a uma causa, que reinterpreta os textos em que se baseia; numa engenharia social que consegue aguçar o espírito dos ouvintes, convencendo-os a suportar sacrifícios ou, inclusivamente, a recrutar e mobilizar recursos para fins menos pacíficos. O que não é necessariamente incompatível com as relações de cumplicidade com as empresas estrangeiras, que continuam a explorar ou a transacionar recursos consoante as suas conveniências em troca do financiamento das campanhas políticas desses líderes; são os chamados «jogos de bastidores».

Os conflitos armados servem uma função económica, que favorece certos grupos (governos, senhores da guerra, traficantes, companhias de exploração) com interesse em prolongar a violência nas regiões onde

atuam. Falta de transparência e de leis internacionais e «cumplicidades silenciosas» são algumas fragilidades do sistema atual. Geopolítica no seu melhor. Os problemas estão para durar.

*Soluções são teorizáveis no papel,
mas a realidade amansa os mais bravos*

A globalização marca a vida interna de cada país e as relações entre Estados. Os intensos fluxos de pessoas e capitais, mercadorias e serviços, potenciam maior dinamismo a um mercado consumista, empreendedor e criador de emprego. Os Estados privatizam e liberalizam em função das vantagens que este modelo económico pode proporcionar.

Mas o liberalismo também pode gerar crises, que são cíclicas, umas mais fortes do que outras que, por sua vez, despertam grandes fortunas ou desemprego e fome. Ao ponto dos Estados se sentirem na obrigação de intervir, para tentar controlar a situação – o que se verifica desde 2008 – através de medidas internas, depois de encontros bilaterais ao mais alto nível e de cimeiras internacionais onde aparentemente reinou o multilateralismo.

Assim, temos o *yin* e o *yang* que, segundo a filosofia chinesa – e num mundo onde Pequim se afirma como potência, é melhor compreender uma cultura que no futuro se poderá tornar dominante –, representam um equilíbrio dinâmico entre duas forças contrárias, que ciclicamente se afirmam.

Para quem não acredita que a História se repete e recicla de umas épocas para as outras, não consegue enxergar o quanto vivemos atualmente uma vivência de crianças num mundo onde, independentemente de possuir regras, ninguém as cumpre e por tudo se reclama sem vislumbre de verdadeiras soluções. Parece o fim do Império Romano que abriu portas a um Cristianismo radical, enquanto a tendência atual permite a afirmação do extremismo islâmico sob os cacos de um Ocidente fragilizado.

Resultado, por um lado temos uma sociedade aberta e culpabilizada porque demasiado autocrítica, que não se sabe defender e, por outro lado, um número crescente de pessoas dispostas a morrer por uma causa, fruto de razões tão diversas quantas o ser humano pode inventar – que não são apenas questões relacionadas com a fome e o

infortúnio. Felizmente, a maior parte das pessoas no mundo vive o seu quotidiano normalmente, porque tem necessidade de o fazer e não se deixa abater pelas notícias bombásticas que lhe entram pela casa a dentro todos os dias.

A qualquer momento podemos ouvir falar de sismos e tsunamis, guerras e ataques suicidas, crises financeiras e grandes incêndios. As más notícias são o pão-nosso de cada dia. Porque o ser humano é um animal político, que tem dificuldade em viver em espaços cada vez mais partilhados e confinados, salpicados de solidão entre a multidão, violência urbana ou excessos de zelo. Mas o ser humano também pode tornar-se assim, se não for educado e disciplinado a encarar a liberdade como um direito e uma responsabilidade, a respeitar o espaço alheio e a aprender a viver em sociedade.

Os ataques terroristas, protagonizados pela Al-Qaeda, conseguiram chocar uma sociedade que (inocente ou arrogantemente) se considerava inatacável, e os meios de comunicação lançaram-se num frenesim mediático que os tem levado a explorar o tema à exaustão, acabando joguetes das próprias atividades criminosas e terroristas que de há uns anos para cá têm conseguido protagonizar ameaças e ataques, com base na sua luta subversiva, causando mais medo que em épocas anteriores. Todavia, esses ataques foram apenas o reflexo de um mundo que desperta medos antigos com novos contornos. Fenómenos terroristas existem há séculos, em especial em regiões que se desejam independentes, mas agora diferenciam-se consoante as perspetivas, opiniões ou as reivindicações interesseiras do momento. Há quem viva disso.

Parte significativa da população mundial sente necessidade (e ainda bem) de estar suficientemente a par dos acontecimentos, para ser capaz de responder de forma cabal aos desafios e de lutar por si ou pela comunidade em que se insere. Os meios de comunicação propõem-se a informar a opinião pública.

Nesta «sociedade da informação», os meios de comunicação desempenham um papel crucial, pois visam comunicar todo o tipo de assuntos – desde os problemas globais, aos específicos de cada região – para satisfazer a curiosidade ou a legítima necessidade de conhecimento das populações à escala mundial. Será mais forte nuns países, noutros nem tanto – provavelmente censurada e controlada pelos governos. Mas, em regra, a liberdade de imprensa é, atualmente, crescente.

Os telejornais divulgam notícias que devem ser objetivas e transparentes, mas como os temas e imagens a transmitir são selecionados por seres humanos (perspetiva subjetiva) num mundo globalizado e interdependente, e onde as audiências são uma questão de sobrevivência económica, mesmo quando não há segundas intenções, há influências. Neste processo, existe o risco de se conferir peso político a uma conjuntura irrelevante.

Paralelamente, temos a Internet, uma das mais recentes «revoluções na aldeia global». Assegura uma pesquisa rápida sobre qualquer tema, a qualquer pessoa que tenha acesso a ela; razão porque é, pelo menos em teoria, democrática; daí a expressão «democracia em rede» ou «teledemocracia», por permitir efetivar um direito inalienável – o direito à informação e à educação, através do acesso a uma circulação (intelectual) abundante. No entanto, nela convive a informação correta, a opinião fundamentada e a legítima prestação de serviços, com a delinquência, a análise perniciosa e a oferta fraudulenta, para além de vírus que minam sistemas e génios informáticos que espreitam ou conspurcam sistemas institucionais, cuja informação é secreta. Na Internet tanto se pode incitar à violência, como praticar crimes com tradução sonora, visual ou escrita, estabelecer a comunicação entre grupos criminosos. Há quem chame a esta ameaça «ciber-guerra» ou guerra da informação; outros preferem «teletirania».

É indispensável uma interrogação ética no campo dos meios de comunicação. Até porque a sociedade civil ainda não se apercebeu completamente do confronto de poderes que tudo isto envolve. É indispensável uma prática de verdadeira transparência e respeito pelas populações. A informação deve ser rápida, eficaz, mas igualmente legítima. Mesmo em excesso, é preferível à falta desta. É melhor conhecer a realidade do que viver num mar de silêncios e horrores dissimulados. Mas não se pode fazer drama da miséria humana, nem explorar as pessoas no momento mais difícil das suas vidas. Fez-me especial confusão ver um repórter desnudar as pernas de uma senhora para mostrar as suas feridas para a televisão, evidente falta de respeito por quem está demasiado fraca para se defender.

Portanto, enquanto quarto poder, as televisões, jornais e revistas, ou até o mundo virtual da internet – com as suas redes sociais e sites sobre todo o tipo de temas – várias vezes ultrapassam os limites que as leis não conseguem salvaguardar. Atualmente, há mais espetáculo

nas notícias que informação objetiva. No pragmatismo característico dos romanos antigos, há que garantir «pão e circo».

Ironicamente, ainda há zonas no mundo onde as populações só têm direito a circo, enquanto, no Ocidente, quem pode alimentar-se passa fome para salvaguardar ditames estéticos fomentados por uma indústria multimilionária ligada à moda. Afinal, os seres humanos são sociais, gostam de se sentir integrados. Uma época dominada pela interdependência incentiva à uniformização com base em padrões culturais definidos pelas grandes potências; ou favorece manifestações favoráveis à afirmação regional, religiosa, ideológica ou sexual. É uma luta de poder.

Urge conhecer as regras do jogo e perceber que luta de poder é protagonista no momento. No sentido de adjuvar o esclarecimento e a defesa das populações, surgem atores infraestaduais ou organizações não-governamentais (ONG), instituições que defendem os Direitos Humanos e outros grupos internacionais com voz. Acabam por ser aceites e considerados pela opinião pública. A própria ONU, através da UNESCO, apela sucessivamente ao exercício da cidadania, enquanto valor universal a defender, procurando um envolvimento público, promovendo a educação e o esclarecimento em todas as partes do mundo.

Ainda assim, a opinião pública não é tão controlável como se poderá suspeitar. A informação está disponível para quem a procurar. E hoje em dia, há cada vez mais as pessoas a frequentar a escola ou mesmo o ensino secundário e superior. Se mais formadas, devem ser menos influenciáveis – pois duvidam, selecionam informação e tomam uma atitude crítica relativamente ao mundo que as rodeia. Quem possui instrução tem o direito e a responsabilidade de não agir de forma ignorante.

Esta possibilidade da opinião pública ser mais global, com acesso rápido à informação local, regional e mundial – através dos vários meios de comunicação, incluindo a internet – é uma realidade produzida pela revolução tecnológica, um dos seus lados positivos. Permite a união dos povos na luta pelo legado humanista, tolerante, que reclama por uma maior justiça, pela igualdade de oportunidades. Movimenta-se a favor do bem-estar geral. Embora nem sempre se aperceba da força que tem, sempre se vai apercebendo. O que é particularmente evidente quando os países, movidos pelo legado maquiavélico, se propõem a impulsos belicistas.

As populações podem revoltar-se mas, no quotidiano, preferem que as deixem em paz nas suas rotinas diárias. Quem possui um emprego deseja mantê-lo. Quem procura trabalho, reivindica os seus direitos ou atualiza os seus estudos. Os afadigados sonham com desportos radicais mas, no fundo, utilizam a suas horas livres a ver a novela ou a conversar com as amigas, a ver o seu futebol na televisão, estatelado no sofá com uma cerveja na mão. Não quer chatices. Não quer saber de terrorismo, nem guerrilha, nem crime organizado. Prefere sentir-se seguro dentro de casa. Quando há harmonia sonha com a confusão, mas se a anarquia o confunde queixa-se de falta de democracia e até se predispõe a apoiar um ditador, desde que esse líder forte garanta a estabilidade e o território pessoal de cada um. Mas no fundo não quer perder os direitos que um Estado de Direito lhe oferece. O problema é o outro lado da balança: há responsabilidades que ninguém quer assumir. O conforto dentro de casa parece ser menos confuso que o desconforto em céu aberto. Os seres humanos queixam-se de limites mas precisam de os ter para sobreviver.

Se colocarmos uma rã numa tina de água quente, ela salta logo para fugir ao perigo. Mas se a mesma rã for deixada em água tépida, depois gradualmente aquecida, deixa-se estar confortavelmente. Até morrer.

Em sociedade, os indivíduos partem do princípio que os outros cidadãos vão entender o seu ponto de vista, mas o contrário é mais previsível, porque somos diferentes, ainda que todos humanos.

São muitas as lutas de poder neste mundo interdependente. A herança cristã, por exemplo, confere preferência à paz mas muitos dos seus altos-representantes ao longo da História abriram portas ao conflito – político-social (inquisição) e religioso (cruzadas).

Considera-se a guerra como «último recurso», quando não há alternativa que salvaguarde a independência dos Estados, o sistema em que governam, ou impeça um Estado ou um grupo marginal de exercer o domínio sobre terceiros.

A exceção ocorre quando os Estados – mesmo aceitando a existência de um Direito Natural de valores superiores e reguladores da legitimidade das suas ações, inclusivamente em defesa dos Direitos Humanos – optam por valer pelos seus interesses, apoiando-se no

normativismo jurídico que mais lhes for conveniente. O realismo político (*Realpolitik* ou até *power politics*) é, aliás, o processo político que atua independentemente das restrições do Direito Natural e em que um poder só é considerado importante desde que influente na balança interna ou externa dos poderes; com respeito apenas por alguns direitos reconhecidos a terceiros como o de soberania, o direito à integridade nacional ou à livre navegação.

Mas há um outro «equilíbrio de forças», mais alargado, envolvendo todo o tipo de agentes, singulares e coletivos; incluindo todos quanto almejam a concretização de objetivos, exercidos por vontades e capacidades distintas; isto porque o poder é instrumental e fruto de uma relação que deriva da combinação de recursos tangíveis e intangíveis à sua disposição, permitindo influenciar a colaboração, espontânea ou forçada, de outros que ajudem a atingir esses fins. Ou seja, antes de mais nada, falamos de «Poder».

No mundo, onde não se vive em conflito, vive-se em paz armada. Na Roma Antiga, o termo traduzia-se por uma capacidade de finalmente manter em paz povos que antes se digladiavam, ainda que sob uma proteção fortemente armada. O que, no meu entender, define em termos simples a situação atual, pois o mundo vive expectante, sob a ameaça do pior, simultaneamente controlada por essa mesma advertência.

Mas se a paz armada representava uma «sofisticação» para os romanos amantes da guerra, para a sociedade moderna defensora da paz constitui uma frustração e a revelação clara da incapacidade que os humanos têm de se organizar em paz. Por outro lado, quem se senta no seu trono de conforto, acaba destronado; e cair do altar pode significar a humilhação terrena e a submissão a regras de terceiros.

Assim, ou temos conflito ou paz armada. Se a paz um dia estiver assegurada, as gerações habituadas ao mimo vão cansar-se do conforto e pedir para lutar – de preferência heroicamente por uma causa, num palco de guerra com muitas mortes mas coloridas e virtuais, que os insetos são atraídos pela luz mas um corte na pele dói.

Os romanos caminhavam animados para o circo romano, levando o seu farnel para dele se degustarem nos intervalos. As famílias atuais confraternizam à mesa do jantar, enquanto a televisão mostra as consequências de sismos, de inundações, de guerras e de ataques terroristas. Param o trânsito para ver a desgraça alheia e adormecem a

ver programas sobre crime. A diferença que nos separa dos romanos antigos não é tão grande como gostaríamos que fosse.

Recordando como os políticos se digladiavam no tempo de Júlio César, é possível que, em termos de esquemas políticos sujos e de insultos mútuos, as equivalências também sejam muitas.

Mas, portanto, os conflitos individuais, corporativos ou internacionais são geralmente pelo poder. Quem não está disposto a lutar, acaba submisso. Desde o tempo dos sumérios e dos babilónios que é sabido: quem se senta confortavelmente no trono, acaba destronado.

A União Europeia não é uma federação nem uma zona de comércio livre; é um projeto em construção sucessivamente alargado, mas que não quer envolver países como a Turquia no projeto. Resultado, a Turquia está a gerir influências no espaço das revoltas árabes, enquanto a União Europeia não coincide com a Zona Euro que, por sua vez, se dilacera com uma lista extensa de países com défices excessivos e dívidas públicas elevadas em percentagem do PIB.

Apesar de ter entrado em vigor o Tratado de Lisboa, a União Europeia continua com uma agenda externa vazia de conteúdo. Não apresenta soluções para os palcos regionais mais problemáticos (Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, Egito, conflito israelo-palestiniano), deixa-se ultrapassar por países como os Estados Unidos, a China e a Rússia. Resultado, não se afirma no xadrez mundial e perde terreno à mesa das negociações.

A União Europeia hesita em afirmar-se como o mais forte, por muito que secretamente almeje recuperar o seu lugar de referência mundial. Neste processo, até os Estados Unidos, ainda a recuperar do abalo da crise financeira e da perda de credibilidade durante a presidência de George W. Bush, estão a deixar que o centro do poder passe gradualmente do Atlântico para o Pacífico, em particular se a China e a Índia continuarem a afirmar as respetivas redes baseadas num competitivo capital humano e material. Mas uma tal mudança geopolítica também está sujeita ao atual e futuro fortalecimento da relação transatlântica. Porque Washington pisca os olhos aos dois oceanos.

Portanto, a questão depende da «União Europeia pós-entrada em vigor do Tratado de Lisboa» e do seu posicionamento geopolítico à escala global – enquanto força regional não basta. Tem a ver com a afirmação internacional russa, não por o país ser atlântico, mas porque

se afirma como «europeu» (com um pé na Europa, pelo menos). E depende do Brasil, eterno rival regional dos Estados Unidos, mas ainda de fraco currículo à escala global. A surpresa poderá ainda vir do continente africano, mas ainda é cedo para ter a certeza.

Seja como for, o planeta Terra está em ebulição permanente e com violentos movimentos de placas continentais, que provocam sismos e tsunamis, está a «encolher o Pacífico» e a «aumentar o Atlântico». Para aproximar os países do Pacífico ou para aumentar a área de intervenção no Atlântico?

Portugal é país atlântico. Com pouco mais de um milhão de habitantes iniciou o processo de globalização. Não sabia muito bem no que se estava a meter e foi ultrapassado pelas circunstâncias com que se deparou. Mas as potências que vieram a seguir não aprenderam com os erros lusos e mantiveram o processo de exploração.

Para o bem e para o mal, a globalização que vivemos tem raízes num povo virado para o mar que nunca foi periférico – por muito que outros povos europeus sempre lhe tenham impingido essa ideia – mas que «nem se governa nem se deixa governar».

Neste périplo de séculos, Portugal possui o reinado mais longo da Europa (D. Afonso Henriques) e o reinado mais curto (D. Luís Filipe). Assinou a mais antiga aliança diplomática do mundo ainda em vigor (Tratado da Aliança Luso-Britânica, 1383). Portugal conseguiu a glória mas perdeu a fama mundial de ser o primeiro império global e o único destes que durou cinco séculos (impérios tão longos só o egípcio, o romano e o mouro, ainda que ambos de âmbito regional), algo excepcional só comparável à gesta dos romanos (Roma era apenas uma cidade).

O povo português nem quer ouvir falar neste passado desde que corajosamente se revoltou contra a guerra colonial, fez cair a ditadura e avançou para uma rápida descolonização que fizesse esquecer as desgraças perpetradas. Portugal culpabiliza-se. Ainda vive a ressaca de se ver confinado a fronteiras mais exíguas e conflituas com o seu novo papel de mero Estado de uma União Europeia que caminha para Federação. Portugal não se apercebeu das vantagens que existem na gestão de um território pequeno e mais homogéneo, na maximização da herança histórico-cultural do ponto de vista diplomático e turístico (por enquanto é mais discurso político que atividade rentável) e da necessidade de aprender com os erros passados que foram mais do

que muitos (a vitimização adoçada de orgulho ferido, atira o povo na autoflagelação periódica e na crítica voraz ao seu país perante qualquer estrangeiro, mesmo que desinteressado).

Ou seja, desbaratam-se as pratas (já não há ouro) enquanto os gatos gordos se assanham e fogem os cérebros. A população lusa acomoda-se à anarquia e à falta de liderança política, desprovida do entusiasmo que em tempos idos ouviram falar possível. O problema é que a população não pode ser sebastianista. Se assim fosse, tínhamos sido uma Galiza nos últimos quatro séculos e não se teria recolhido vantagem nenhuma disso.

Fraco rei faz fraca a forte gente

A situação está perigosamente má. Quem nos governa permitiu que chegássemos à situação de protetorado e à Troika tanto lhe faz quem ocupa o lugar, desde que cumpra as suas ordens. Um país com séculos de História ficou refém de terceiros e de si próprio (pois, numa Democracia, a responsabilidade última é dos votantes, que escolheram mal os seus representantes e não souberam puni-los após reconhecerem o mau desempenho do seu cargo).

Talvez seja hora da população deixar de confiar na sorte, investir em si própria, empreender e labutar com visão de futuro, mesmo com poucos recursos, e velar por si mesma se não houver liderança de jeito.

De um povo unido e valente nascem mais facilmente líderes que com esse espírito coincidem. Por isso, vale a pena recordar os dois termos romanos que definiam a credibilidade pública e privada de um cidadão: *auctoritas* e *dignitas*.

Auctoritas é uma palavra latina difícil de traduzir, pois significa mais do que o termo autoridade, implica a capacidade de influenciar o curso dos acontecimentos através da mera reputação pública ou pessoal. O que nos remete para a necessidade da autoridade ser legítima, não imposta mas aceite. Isto é uma qualidade indispensável em qualquer época, porque um verdadeiro líder político (ou religioso) não precisa nem deve recorrer à força ou à manipulação para mostrar às pessoas que esta ou aquela medida (valor moral) deve ser seguida; porque a relação líder/população envolve respeito genuíno; e essa autoridade deve ser conforme a Lei e a Justiça.

Dignitas, por sua vez, é muito mais do que «dignidade»; implica prestígio público na comunidade, baseado num valor moral e ético, numa reputação positiva, com direito a ser tratado com respeito. O termo vivia em função da Honra, cujos limites não eram definidos, o que permitia abusos. Mas hoje em dia deverá aperfeiçoar-se, no sentido de aplicar à prática o que é defendido pela *Declaração Universal dos Direitos do Homem*.

Dois termos muito empregues pelos romanos, nem tanto aplicados à prática. Depreende-se que, apesar de, entretanto, terem passado dois mil anos, continuamos a ter dificuldade em corresponder aos mandamentos que nos guiam.

Se quem aprende a andar de bicicleta nunca mais lhe perde o jeito, porque insistem os portugueses em fazer melhor figura em comunidades além fronteiras que no seu próprio território? Se o espírito empreendedor existe, a dificuldade nacional reside provavelmente na mentalidade e nos modelos adotados em Portugal.

Mas o tempo urge. Infelizmente, os portugueses estão a viver um momento de viragem, que pode não ter retorno e assim marcar um futuro incerto. Não estamos a dar descanso aos egrégios avós e as armas pertencem ao passado. Portanto, ou voltamos à ribalta ou afundamo-nos no esquecimento. Neste momento, os lusos possuem duas hipóteses: ou voltam a ser senhores de si ou vergam.

Os portugueses costumam «desenrascar-se» em momentos de crise e de especial dificuldade; superam-se na adversidade e levantam-se miraculosamente quando ninguém já esperava que o fizessem. Tem sido, pelo menos, a nossa experiência histórica. Enfim, se conseguirmos sair desta nova crise estrutural, talvez possamos suspirar de alívio. O que não é algo muito positivo. Sendo assim, no melhor prognóstico, continuamos na corda bamba de um percurso inseguro e periclitante, quase sempre a cair no abismo. O futuro mantém-se incerto, conjuntural, inconstante mas orgulhoso. Andamos sempre de corda ao pescoço. Até parece que o nosso primeiro rei foi D. Egas Moniz. Pergunto-me quando o país percebe que descendemos de D. Afonso Henriques e que, em cada nova etapa, o temos de demonstrar. Ele nunca deixou de lutar mas governou até morrer.

Conclusão

Vivemos um mundo que, não tendo aumentado de tamanho, é povoado por um número crescente de pessoas, todas aspirando ao «seu espaço» e ao «respeito pela sua identidade», num equilíbrio bem ou mal gerido entre tradição e modernidade. Como os humanos são naturalmente insatisfeitos, querem sempre mais do que têm. A revolta é maior quanto maiores forem as suas frustrações. Os descontentes acabam por se revoltar contra o fenómeno da globalização que, através de um maior controlo sobre os efeitos à escala mundial, tem vindo gradualmente a transformar a vida das pessoas, as que, estimulando o mercado através da procura, criaram a «sociedade de consumo» em que vivemos.

A crescente interdependência internacional é aproveitada por todos aqueles que querem uma vida melhor. Dentre estes, os que se refugiam na clandestinidade, favorecem as máfias e os preconceitos da comunidade. Ao que se somam os problemas nacionalistas que vêm de há muito tempo, com fações rebeldes a valer por diversos interesses. Toda esta frustração mergulhada em possíveis cumplicidades silenciosas, corrupção, exploração económica ou crise e violência, desemboca nas redes criminosas internacionais ligadas ao tráfico de droga e de armas, ou até ao terrorismo, que se aproveitam da instabilidade política ou até militar, em especial em África, nalguns países da América Latina e no Médio Oriente, para ampliar influências.

Para passar despercebidas, as atividades ilícitas reciclam-se, principalmente no Mercado Financeiro Internacional, onde a origem dos capitais é mais fácil de encobrir. Assim, um dos melhores e mais legítimos mecanismos de dinamização da economia e de desenvolvimento das regiões, promovendo a indústria, a ciência e a tecnologia, passa a ser usado para lavagens de dinheiro; e, no fluxo que visa melhorar o bem-estar das populações, infiltra-se o que pode minar esse mesmo bem-estar. Ou seja, o crime usa e abusa de todo o tipo de estruturas da sociedade livre e democrática para alcançar os seus objetivos. A Al-Qaeda, associação terrorista desterritorializada mas de índole religiosa, fanaticamente contra a cultura ocidental e inspirada no saudita Bin Laden, soube aproveitá-las, qual vírus nos sistemas informáticos.

Uma possível solução consiste na promoção da «cidadania», para estreitar relações entre Povos, Nações e Estados, ao mesmo tempo que se fomenta a chamada «cidadania global», visando uma união fraterna, sob a égide do interesse comum e da salvaguarda do teor da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*.

Outra forma de promover o interesse comum é através dos meios de comunicação, que têm acesso a todas as camadas da população, sendo, pelo menos em teoria, democráticos; assim, enquanto informam e lutam pela transparência, esclarecem e de certa forma garantem a existência de uma opinião pública forte e empenhada, capaz de cumprir com os seus deveres, apta a lutar pelos seus direitos. Simultaneamente, os *media* atingiram uma tal dimensão que se transformaram em empresas de milhões, privilegiando, mais do que deveriam, o poder dos números, os interesses empresariais que podem afastar-se do objetivo primordial que é informar. No caso especial da Internet, uma das mais recentes revoluções da aldeia global, ao assegurar uma participação e uma pesquisa rápida a qualquer pessoa que pode assumir o anonimato, está cada vez mais a ser usada ilicitamente, com o inconveniente de ser muito difícil de fiscalizar pelas autoridades.

A sociedade livre, plural e equilibrada, onde também atuam as organizações não-governamentais (ONG) e outros grupos internacionais capazes de defender o Direito Natural em qualquer parte do mundo, além de exigir liberdade pede também responsabilidade, inclusivamente da chamada «diplomacia pública», para que não se perpetuem abusos. Em compensação, a opinião pública parece menos manipulável; supostamente mais informada e atualizada, autonomizou-se, enquanto progressivamente se fortalece; tornou-se, inclusivamente, num poder considerável, dificilmente negligenciável por outros poderes; ao defender o seu interesse pessoal, mostra-se capaz de velar pelo interesse comum, pedindo valores. Uma *dignitas* mais elevada exige uma *auctoritas* sábia e moderada, capaz de inspirar admiração nos seus seguidores.

Uma sociedade livre e democrática não se substancia sem autoridade legítima, garantindo as liberdades de cada um através da lei e de um governo estruturado e saudável que salvaguarde o interesse comum. A paz e a diplomacia, sem descurar a segurança das populações, são cada vez mais encaradas como prioridades a prosseguir.

A geopolítica internacional afirma-se à mesa de negociações, num xadrez altamente competitivo e, com realismo político, nele reinam os mais fortes. A União Europeia procura manter um lugar que está a perder com base numa agenda internacional desprovida de liderança e protagonismo político.

Portugal, por seu lado, continua num caminho descendente que ainda não conseguiu reconstruir, acossado pelo desequilíbrio das suas contas públicas, por rivalidades políticas, falta de justiça e de segurança. E o povo luso, confuso, mina o seu entusiasmo em taxas de desemprego elevadas, enquanto sonha em emigrar.

Os portugueses são sebastianistas e preferem a ideia de começar de novo além fronteiras a reconstruir a casa que perdeu o telhado. Pode ser uma solução mas não será para todos.

Por estranho que pareça, se os alemães são mais fortes na Alemanha e os ingleses na Grã-Bretanha, os lusos são mais fortes fora de Portugal. São grandes empreendedores, criativos e visionários no estrangeiro, mas no país de origem não se atinge coletivamente a excelência. O que significa que o sistema interno é de alguma forma castrador.

A questão só se resolve quando o povo do primeiro Estado-nação do seu continente, com as fronteiras mais estáveis e antigas da Europa, perceber que sabe marcar a diferença, que precisa reaprender a jogar o xadrez internacional de forma altamente competitiva e afirmar-se no mundo que ajudou a globalizar. E que tem de fazê-lo, como em quase todas as suas épocas históricas, «por necessidade».

Bibliografia

Farage, N. (2010). *Eurocéptico Britânico Insulta Herman Van Rompuy* (vídeo). Online: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/viacutedeo_euroceacuteptico_britacircnico_insulta_herman_van_rompuy.html> (referência de 20-06-2013).

Morris, D. (1969). *O Zoo Humano*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.

«No Logo», ou os Problemas da Globalização. A Propósito do Livro de Naomi Klein

João de Almeida Santos*

Resumo

Partindo de uma análise da obra de Naomi Klein, no essencial, trata-se, neste ensaio, de compreender em profundidade a forma que assumiu a globalização do ponto de vista da economia, do processo produtivo, do consumo e da envolvimento cultural, ou hegemonia da marca, e os efeitos que este fenómeno está a induzir nas sociedades desenvolvidas, num mundo onde as multinacionais já detêm mais poder económico, social e cultural do que os próprios Estados nacionais.

Palavras-chave: globalização, marca, antiglobalização, empresa multinacional

Abstract

Based on an analysis of the work of Naomi Klein, essentially I intend, in this essay, to understand in depth the globalization phenomenon from the point of view of the economy, of the production process, of the consumption and of the cultural surroundings, or of the branding hegemony, and the effects that this phenomenon is inducing in developed societies, in a world where multinational corporations have already more economic, social and cultural power than the nation-states themselves.

Keywords: globalization, brand, antiglobalization, multinational corporation

* Professor Catedrático e Diretor do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT. Diretor da *ResPublica*. Diretor do CICPRIS

1. «Pro Logo»

The Economist, há uns bons anos (8-14/09/2001), dedicou a sua atenção ao famoso livro de Naomi Klein *No Logo* (2001), publicado um ano antes e considerado como a bíblia dos movimentos antiglobalização. Discordando radicalmente das teses da autora, concedeu-lhe, todavia, toda a capa, embora com um título nitidamente adverso: *Pro Logo*. O dossier é claro na refutação da linha radical de esquerda da autora. Mas não creio que a argumentação expendida atinja o essencial do discurso de Klein. Os argumentos são, com efeito, de uma candura impressionante: «a verdade é que as pessoas gostam de marcas; elas não só simplificam as escolhas e garantem a qualidade, mas também acrescentam divertimento e interesse». Tal como «têm uma qualidade de culto que cria um sentimento de pertença». Ou, como diria Wally Olins: «num mundo irreligioso, as marcas proporcionam-nos crenças». Ou, ainda, os consumidores são exigentes e soberanos e as marcas cada vez mais têm de corresponder às suas exigências. De resto, a evolução das marcas para uma efetiva intervenção social parece ser já um facto, segundo *The Economist*. Mas, acrescenta, com evidente sabor crítico: «no futuro, a diferença consistirá em que serão os consumidores, e não os filantropistas, quem ditará a agenda social». Sentimento de pertença, crenças: o mundo das marcas como eficaz substitutivo das ideologias e das religiões. Tal parece ser a lógica da ideologia consumista: o clube cromaticamente correto da *Benetton* ou a mundividência mobilizadora da «empresa desportiva» *Nike*, que mantém permanentemente viva «a magia do desporto» (Klein, 2001: 44). Em particular, quando as marcas se lançam na busca incessante de «estilos de vida», de «intensidades afetivas» que aprofundem e «marquem» a relação com o consumidor, dando origem a afinidades coletivas mobilizadoras, envolventes, onde o sentimento de pertença é ativo e distintivo. É assim que a *Polaroid* surge não como máquina fotográfica, mas como «lubrificante social», que a *IBM* não vende computadores, mas fornece «soluções» para as empresas, que a *Swatch* não é simples marca de relógios, mas o «próprio conceito de tempo». Ou a «visão do mundo» que se transforma em «visão de marca». Ou seja, quando a nossa relação cognitivo-emocional com o mundo surge mediada irremediavelmente pela mundividência da marca: «*Just do it*», ou a força de decisão de quem usa sapatilhas *Nike*. Ou «a marca

44 como experiência, como estilo de vida»: quando a simples «mercadoria» passa a sofisticado conceito. Ou quando as empresas se tornam autênticas promotoras de significado ou mesmo de sentido (Klein, 2001: 40).

2. O Poder das Multinacionais

A verdade é que o dossier do *The Economist* não se confronta com o essencial do livro de Naomi Klein, um texto infelizmente muito pouco debatido em Portugal. É certo que o seu posicionamento está numa clara linha de radicalismo de esquerda e que a sua é uma crítica impiedosa do capitalismo que se exprime nas grandes multinacionais. E que, aparentemente, dá continuidade à velha linha crítica anti-imperialista própria do radicalismo de esquerda tradicional, daquele que se alimentava de ideologias de expressão marxista. Só que o faz justamente em moldes completamente novos. Pressupondo já uma clara distinção entre imperialismo e novo império pós-nacional. Ou seja: a poderosíssima rede de poderes fortes multinacionais que domina a cena mundial, para além dos próprios Estados nacionais, nos vários planos que vão desde a esfera produtiva até ao domínio do simbólico (veja-se Negri, 2001: 3). Klein vai diretamente ao assunto, sem se deter em reflexões abstratas sobre os grandes princípios ou sobre as grandes fraturas que determinariam a evolução da história. Não parte, portanto, de uma ideologia sistematicamente organizada que determinaria previamente as opções de leitura do real, não se filiando explicitamente na mesma tradição que serviu de denominador político-ideal comum às ideologias radicais de esquerda, o marxismo. Verifica-se, todavia, na obra, uma influência explicitamente assumida, a da «Internacional Situacionista», de Guy Debord, no caso da *culture jamming*, ou interferência cultural: os sabotadores (*jammers*) que, utilizando a técnica do desvio simbólico, invertem militantemente, para o ferir de morte, o sentido das fórmulas publicitárias das grandes marcas multinacionais. E que praticam um autêntico «robin-hoodismo semiótico» (Klein, 2001: 247-284). Klein analisa o *modus operandi* das grandes marcas multinacionais para daí retirar as suas conclusões e os ensinamentos sobre o melhor modo de as combater. Para ela, o poder político transnacional reside verdadeiramente nas multinacionais, pelo que é a elas que o combate se deve dirigir: «as empresas não se limitam a fornecer os produtos que nós

pedimos, mas são também as mais potentes forças políticas do nosso tempo («em condições de fixar a ordem-do-dia da globalização») – «os dados hoje disponíveis falam claro: sociedades como a *Shell* e a *Wall-Mart* deliciam-se com lucros superiores ao produto interno bruto da maior parte dos países, e na classificação dos 100 melhores sistemas económicos do mundo há 49 nações e bem 51 empresas multinacionais» (Klein, 2001: 318).

3. EPZ

O discurso centra-se em três frentes fundamentais. Em primeiro lugar, no sistema produtivo que alimenta as multinacionais. Ela constata que estas exploram, em condições inacreditáveis, a mão de obra indefesa do Terceiro Mundo, recorrendo às tristemente famosas EPZ (*Export Processing Zones*), ou zonas livres de produção, situadas em países que aceitam criar autênticos enclaves produtivos libertos das normas mínimas que devem regular qualquer processo produtivo, verdadeiros paraísos fiscais, «territórios soberanos nos quais as mercadorias não se limitam a transitar, mas são efetivamente produzidas sem taxas de importação/exportação e, frequentemente, sem impostos sobre o rendimento ou sobre a propriedade» (Klein, 2001: 183). Zonas onde impera uma autêntica ordem de tipo militar e onde os direitos sociais e políticos dos trabalhadores são coercitivamente impedidos. Em segundo lugar, as multinacionais não só tendem a desativar todos os seus centros de produção nos países desenvolvidos, gerando desemprego, como também tendem cada vez mais a generalizar, nos seus próprios postos de venda, a precariedade laboral. Em terceiro lugar, elas não só pretendem apropriar-se do poder político como também procuram fagocitar todo o espaço público para impor o mundo da marca como autêntico *way of life*, saqueando culturalmente o próprio espaço mental (Klein, 2001: 319).

Estes três aspetos resumem o essencial das dimensões que Klein põe em relevo nesta vasta obra, com enorme abundância de exemplificações e de análises empíricas no terreno. O novo mundo é o mundo da marca, não o universo do produto. É o «mundo do *branding*» e não o universo da produção. Às marcas multinacionais deixou de interessar o processo produtivo, que alienam em subempreitadas por esse mundo fora. O que lhes interessa é a «marca», o símbolo envolvente, o estilo

de vida que promovem, a alusão a formas de autêntica experiência cultural. Gastam mais na publicidade do que no próprio processo produtivo. Processo que alienam, libertando-se de todas as obrigações sociais a ele inerentes. Elas tendem, por isso, a esquecer e a ocultar as condições em que decorre a produção para se empenharem no processo de promoção do universo simbólico que a marca representa. Enquanto a produção decorre no Terceiro Mundo, e nas condições de exploração que são conhecidas, a marca afirma-se no primeiro mundo com os lucros que também são conhecidos: «Não obstante todos os discursos retóricos sobre o Mundo-Globalizado-e-Unido, o planeta permanece sempre claramente dividido em produtores e consumidores e os enormes lucros obtidos pelas grandes empresas baseiam-se no pressuposto de que estas duas realidades contrapostas permanecem o mais possível separadas entre si» – «é como se a cadeia de produção global fosse baseada no pressuposto de que os trabalhadores do hemisfério Sul e os consumidores do hemisfério Norte nunca consigam encontrar um modo para comunicar entre eles» (Klein, 2001: 327-28). Naomi Klein percorre o vasto e complexo universo das marcas para lhes descobrir as grandes contradições, querendo, com isso, pôr a nu as próprias contradições da globalização económica neoliberal e, por essa via, as contradições do capitalismo. A incursão no universo daquilo a que eu chamaria pós-publicidade das marcas tende a mostrar que vivemos cada vez mais num mundo simbolicamente colonizado por uma nova lógica mercantil, onde os próprios espaços de liberdade cultural que ainda restam começam também eles a ser sinalizados sub-repticiamente pela marcas. São os patrocínios. Ou mesmo mais do que os simples patrocínios: as marcas querem mais do que patrocinar a cultura. Elas querem ser a própria cultura. Lembro, a propósito, a publicidade da *Benetton* feita em coprodução com um organismo da própria ONU. Poder-se-ia falar de «*co-branding*» (Klein, 2001: 52).

Os alvos de Klein são, de facto, as grandes marcas multinacionais. Ela própria fez uma investigação exhaustiva, deslocando-se designadamente a vários países do Terceiro Mundo onde estas têm os seus centros de produção. Coloca-se numa clara posição de contestação radical deste universo. E aprofunda a análise dos movimentos que têm vindo a dedicar-se à contestação das multinacionais, descrevendo as suas razões, as suas estratégias e as suas finalidades. Não se trata de uma obra de reflexão sobre as grandes causas morais ou sobre os grandes

princípios. Eles estão lá, mas do que se trata é de entrar concretamente no assunto. O que faz de forma admirável. Como ela própria diz: «o ponto axial deste livro é uma simples tese: quanto mais pessoas tomarem conhecimento dos segredos da rede global das marcas e dos “logo”, tanto mais a sua indignação alimentará o grande movimento político que se está a formar, isto é, uma vasta onda de contestação que tomará como alvo precisamente as sociedades transnacionais, em particular as que têm marcas mais conhecidas» (Klein, 2001: 19). Não se trata de uma realidade insignificante. As pessoas que, na altura em que Klein fez a sua investigação, trabalhavam nas cerca de 1000 EPZ eram 27 milhões, em todo o mundo e em cerca de setenta países. Indonésia, China, Sri Lanka, México, Filipinas, Nigéria, Coreia do Sul (conhecida nos anos oitenta como a «capital mundial dos ténis para ginástica»), Hong Kong, Guatemala, etc., etc., para outras tantas marcas multinacionais, *Nike, Reebok, Burger King, Disney, Levi's, Wall-Mart, Champion, General Motors, Shell, McDonald's, Coca-Cola, Starbucks, Pepsi-Cola, Microsoft.*

4. Globalização

A questão é vasta. Como diz Ulrich Beck (1999: 13-14): «poder-se-ia dizer que aquilo que para o movimento dos trabalhadores do século XIX foi a questão de classe, no limiar do século XXI é, para as empresas que agem numa dimensão transnacional, a questão da globalização. Com a diferença essencial, todavia, de que o movimento dos trabalhadores agia como um contrapoder, enquanto as empresas globais até agora agem sem um contrapoder (transnacional)». E esta é, de facto, a diferença, já que a crise do Estado-Nação, ainda sem reais contrapartidas transnacionais, deixou estas empresas sem controlo político e social visível, permitindo-lhes que se movam livremente no fluxo global, «fazendo o ninho» onde a meteorologia política e social se apresente mais favorável. Autênticas empresas-andorinha capazes de múltiplas migrações na geografia mundial do trabalho (Klein, 2001: 207). Se é verdade que é no seio das democracias nacionais que funcionam os mecanismos de controlo e de regulação das instâncias de poder económico, produzindo-se, assim, uma efetiva presença da legitimidade social no interior dos processos sociais, a globalização, superando os Estados nacionais, gera, por isso mesmo, um efetivo vazio

de mecanismos de controlo nesta escala, permitindo, por isso, que os processos transnacionais se expandam sem regras, sem regulação. O princípio exclusivo passa a ser, então, o do menor custo para um máximo de lucro. Aliás, a ausência de mecanismos democráticos de garantia e de controlo constitui a base de partida comum para que as migrações das empresas se concretizem: procuram países não democráticos ou de democracia mitigada e, no interior destes, zonas onde os direitos e as obrigações sociais são ulteriormente reduzidos, as famosas EPZ. É certo que os movimentos antiglobalização contestam as políticas das grandes instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional. Mas também é certo que se o livro de Klein ganhou o prestígio de bíblia destes movimentos foi porque encontrou uma frente bem concreta de luta e uma lógica bem precisa de combate que envolve a esfera da exploração no processo produtivo, mas também a esfera da opressão simbólica da pós-publicidade. Todo um programa que vai do produto ao símbolo.

5. Antiglobalização

Em boa verdade, os movimentos antiglobalização nem se consideram como tal: «"no-global" é um "logo", e nós somos "no logo"», dizia Luca Casarini, o então porta-voz das «tute bianche» e dos Centros Sociais do Nordeste italiano; «somos "global"», acrescenta, «mas somos por uma globalização dos direitos, das solidariedades». Eles combatem a globalização neoliberal, mas também afirmam aqueles que são os valores clássicos do velho radicalismo de esquerda: a excelência da dimensão comunitária, o primado da experiência cultural contra a ditadura das fórmulas abstratas e opressivas, o triunfo dos direitos e das garantias, a força da solidariedade, o primado da autenticidade contra a cultura da hipocrisia, o domínio da ética. Mas o filósofo italiano Massimo Cacciari viu – e a meu ver bem – nestes movimentos uma lógica de afirmação oposta à dos movimentos «vanguardistas» tradicionais, que se punham o problema da hegemonia e da respetiva forma organizativa: então, no «maio de 68», por exemplo, existia «um método dedutivo, com o qual se aplicava um esquema pré-determinado – em geral uma das variantes contempladas na tradição que vai das posições de Lenine àquelas, bem diferentes, de Rosa Luxemburgo». «Hoje,

parece-me, aplica-se um critério indutivo e experimental na organização do movimento» (Cacciari et al., 2001: 25). Posta a crise das formas tradicionais de representação, um método deste tipo dá mais força democrática e maior expressividade aos próprios movimentos. Trata-se de redes, num duplo sentido: por um lado, exprimem diversas experiências e filões culturais que se condensam e articulam em ações estratégicas precisas e, por outro lado, comunicam em rede, também no seu sentido literal, o da Internet. Uma das críticas que é habitualmente feita a estes movimentos consiste em afirmar a sua contraditoriedade, já que sendo movimentos antiglobalização se servem de instrumentos que são produtos da própria globalização, desde o sistema dos *media* até à Internet.

Conclusão

A obra de Klein demonstra que a contradição é puramente retórica: os movimentos têm um alvo bem preciso, a globalização neoliberal, maximamente desregulada, as suas práticas e a sua mundividência. As suas práticas são contestadas pela verificação no terreno dos seus efeitos, pelo aumento exponencial da fratura entre os mais ricos e os mais pobres: nos últimos dez anos, a pobreza intensificou-se por todo o lado e, atualmente, os países mais pobres gastam mais para pagar a dívida aos países ricos do que para fornecer assistência sanitária e educação aos próprios cidadãos (Beck, 2000: 10). A sua mundividência é contestada pela incessante e progressiva colonização simbólica do mundo da vida, sob o registo da mercantilização dos espaços públicos físicos e mentais, suscitando, como reação, um desejo irreprimível de reconquista permanente de espaços livres da invasão publicitária e mercantil. Trata-se, entretanto, de uma geração que cresceu e se desenvolveu no interior da cultura da marca: que, portanto, a sente por dentro, vivendo-a como opressão interior. É claro que não é possível reduzir estes movimentos à sua expressão mais violenta, como apressadamente alguém já fez. Do que se trata é de respostas à crise de representação que se verifica no novo universo político global, após a queda da utopia comunista e perante o domínio exclusivo da utopia consumista, daquela que tem por lema: «se não estás em toda a parte não estás em parte nenhuma». Os valores cosmopolitas que ficaram sem representação política foram assumidos por movimentos de diversa inspiração, mas

50

que exprimem razões profundas e não anuláveis. A questão da legitimidade destes movimentos e do seu protesto não é, entretanto, redutível à simples expressão do voto. Estes movimentos exprimem transversalmente causas e, por isso, não é possível medi-los com o metro da simples legitimidade institucional. São movimentos que respiram com o pulsar das sociedades modernas. Que exprimem novas formas de procura do social e do político, incompreensíveis com as categorias da primeira modernidade, já que irrompem a partir de novas «contingências, complexidades e incertezas» (Beck, 2000: 5). E irrompem num tempo em que a política global apenas se sente como expectativa, mas quando ainda não encontrou efetiva consistência, aquela consistência que, por exemplo, se pode, hoje, encontrar nas organizações nacionais – sindicatos, por exemplo – que interagem fortemente com as respectivas instituições políticas. E isto porque a política global ainda vive no limbo do simulacro mediático.

Bibliografia

Beck, U. (1999). *Che cos'è la globalizzazione*. Roma: Carocci.

Beck, U. (2000). *Manifesto Cosmopolitico*. Trieste: Asterios.

Cacciari, M., Bettin, G.; Casarini, L. (2001). "Dopo Genova, mentre Manhattan brucia". *MicroMega*, nº4/2001, pp. 20-29.

Klein, N. (2001). *No Logo*. Milano: Baldini & Castoldi.

Negri, T. (2001). "L'«Empire», stade suprême de l'impérialisme". *Le Monde Diplomatique*, janvier, p. 3.

Num Novo Paradigma para o Desenvolvimento Humano: «Comunicação e Cultura Inclusivas»

Augusto Deodato Guerreiro*

Resumo

A «comunicação e a cultura inclusivas» constituem o móbil de um amplo desenvolvimento biopsicossocial e humano, numa dimensão de igualdade de circunstâncias e de oportunidades para todos, com lugar e qualidade de vida para todos, independentemente de dificuldades como, por exemplo, sensoriocognitivas, sociocognitivas, sociocomunicacionais, intelectuais, psíquicas, patologias neurogénicas da comunicação.

Trata-se de uma «viagem» concisa, «passeando» num paradigma novo para o desenvolvimento humano, o da «educomunicação inclusiva», uma aglutinação conceptual consubstanciada no polinómio «educação+comunicação/TIC+cultura+pedagogia», que é o caminhar livre e seguro, digno e socializante, numa perspetiva ecoevolutiva humana profícua e eticizante da vida.

Palavras-chave: educomunicação inclusiva; inclusão; comunicação inclusiva; cultura inclusiva; pedagogia inclusiva; segurança inclusiva; desenvolvimento biopsicossocial; desenvolvimento humano; qualidade de vida

* Investigador e Professor Catedrático Agregado na Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da ULHT

Abstract

«Inclusive communication and culture» are the mobile of a large biopsychosocial and human development, in a dimension of equal circumstances and opportunities for all, with place and quality of life for everyone, regardless of, for instance, sensory-cognitive, socio-cognitive, socio-communicational, intellectual, psychic difficulties and neurogenic pathologies of communication.

It is a concise «journey», «walking» in a new paradigm for human development, the «inclusive edu-communication», i.e. a conceptual assemblage embodied in the polynomial «education+communication/ICT+culture+pedagogy», that represents a free and safe, dignified and socializing tread, in a fruitful and ethicizing human eco-evolutionary perspective of life.

Keywords: inclusive educommunication, inclusion, inclusive communication, inclusive culture, inclusive pedagogy, inclusive security, biopsychosocial development, human development, quality of life

Envolvidos empenhadamente na comunicação e cultura inclusivas, no relacionamento e interação, na socialização e desenvolvimento de competências pessoais e sociais, bem como biopsicossocial e humano, faremos uma celeríssima reflexão numa curta viagem de perímetro e substância imensuráveis, vestindo e sentindo, abraçando e vivendo este reconfortante e revitalizante contexto eticizante da vida e do progresso no mundo global e cosmopolita, infelizmente também caos político. Enunciaremos intenções e práticas, manifestações e reflexões concisas e problematizantes em perspectivas teórico/empíricas inclusivas. Equacionaremos o desenvolvimento da nossa abordagem em relação à relevância atribuída ao escoreito desempenho inclusivo de todos os cidadãos, em novos caminhos de um mundo novo de um tempo pedagógico novo, respirando contextualizações e efeitos da pós-modernidade e das atuais estratégias políticas de inclusão, como uma afinada e ecoante «orquestra» repensada, reformulada e transformada numa bela e fecunda sinfonia humana, sob uma «batuta» educacional ilimitadamente abrangente e com espírito missionário, num novo paradigma pedagógico, sem oportunismos nem fronteiras. Poderíamos alicerçar e alargar mais a nossa reflexão, numa profundidade ecossistémica no seio de sistemas/contextualidades – micro, macro/exosistémica (Bronfenbrenner, 1987), no âmbito da teoria geral dos sistemas (Bertalanffy, 1972) –, no pensamento contemporâneo, holista e globalizante, mas ficar-nos-emos por especificidades do tempo pedagógico novo que nos consciencializam e fortalecem nas metodologias e estratégias para o desenvolvimento humano em segurança comunicacional/informacional e inclusão.

É nesta aceção, subordinados aos conteúdos investigados, principalmente em Guerreiro (2012a), que fazemos esta significativa viagem, passeando e observando, ideando e descobrindo novos caminhos inclusivos da comunicação e da cultura, provocando e justificando um «mundo da vida» acessível, de todos e para todos, «fundamentando e experienciando esses novos caminhos espalhados» pelo imensurável horizonte sociocomunicacional e cultural, filosófico, científico e tecnológico, pedagógico e interacional, relacional e do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, de esclarecimento e sensibilização pública no que respeita às prementes questões a implementar nos procedimentos solidários e da partilha, que todos estamos obrigados a

cultivar na dignidade que somos e semeamos, fertilizando e eticizando a vida para todos, com todos.

Não podemos ignorar ou menosprezar o facto de andarmos por cá muito pouco tempo e que, nessa medida, tal circunstância a pouco ou a nada parecer vincular-nos a compromissos com questões que podem ajudar a melhorar o mundo. Há quem se sirva dessa circunstância para justificar a sua opção de estar na vida, espoliando os outros ou vegetando no «deixa andar». Mas no que nos temos de fixar é no facto de a vida só ter sentido se a vivermos e a rentabilizarmos em favor do digno desenvolvimento humano e do progresso no mundo, que se anseia cada vez melhor. «A vida ganha renovado e inovador sentido desde que sejamos capazes de viajar, com espírito de descoberta e êxito, no fascínio dos efeitos dos desafios do mundo multidiferente e multissensorial, pluricultural e intercultural» (Guerreiro, 2012a: 105). Para além das partidas à nascença ou demasiado precoces na esperança de vida, o tempo de vida que Deus nos proporciona é sempre o tempo suficiente para nos podermos comprometer, com alegria e empenho, desempenho e concretização de objetivos em resultados práticos e eficazes, na promoção da tão necessária e vital edificação sólida de mais generosidade e solidariedade, dignidade e partilha, o que só acontece comunicando com todos, na mais vasta diversidade comunicacional e cultural:

1. Na «comunicação», porque se trata de um fenómeno psicossociológico infinitamente complexo, o móbil e edificação do desenvolvimento e progresso, que se traduz em processos de interação simbólica para satisfazerem uma necessidade inata de todos nós, que é o relacionar-mo-nos e o interagirmos, efetuando-se o relacionamento através da emissão, receção e interpretação de imagens simbólicas mediante a utilização de códigos comuns e de ordem cultural, partilhados como resultado de um processo de aprendizagem e de socialização, (con)vivendo, não podendo ninguém viver em incomunicação – secundando também Watzlawick (1993) na inevitabilidade da comunicação –, sob pena de sucumbir intelectualmente ou de se tornar num inepto e vegetante ser. Isto porque «comunicar é partilhar uma mesma ou mais experiências de vida (ou apenas qualquer informação, mesmo de índole simbólica, de cortesia e por intermédio das mais diversas manifestações) por pessoas que se reconhecem (ou não) como detentoras de uma identidade comum (ou não), bem assim numa dimensão multi-

cultural ou intercultural/pluriétnica, multissensorial ou nas diferenças, independentemente de condicionantes comunicacionais impostas ou decorrentes das variadíssimas circunstâncias, metodologias e estratégias humanas ou de especificidades de natureza sensorial, sociocognitiva (e patologias neurogénicas da comunicação), intelectual, psíquica, neuromotora e outras» (Guerreiro, 2012a: 7).

Temos vindo a ocupar-nos de questões investigacionais, desde há mais de três dezenas de anos, subordinadas à «comunicação, educação, cultura, pedagogia (numa espécie de polinómio educacional), inclusão e qualidade de vida das pessoas com deficiência», equacionando e lançando desafios e propostas, com enfoque nas «teorias comunicacionais inclusivas, intervenção precoce nos processos de inclusão no âmbito do “trinómio” comunicação-escola-sociedade, perspetivando acessibilidade e usabilidade na multidimensionalidade comunicacional no desenvolvimento sensoriocognitivo e humano», em que intervêm especialistas de reconhecida competência e idoneidade na matéria em Portugal. Tudo isto em consonância e no seguimento de vários eventos científicos para a promoção do «comunicar e interagir num novo paradigma para o direito à participação social das pessoas com deficiência» (Guerreiro, 2011), iniciativas que nos incutem responsabilidades cada vez mais aprofundadas no capítulo da ampliação do paradigma comunicacional. A preocupação com as questões essencialmente relativas aos processos especiais de comunicação interpessoal, que nos permitem comunicar e interagir sem nenhum tipo de obstruções, mesmo que por vezes fantasmas, aparentemente dependentes de dificuldades ou desvantagens comunicacionais de cada pessoa, que nos podem isolar uns dos outros apenas por inabilidades ou incapacidades dessa natureza, podendo apresentar-se como falsas realidades, a que as circunstâncias do comodismo quase sempre nos habituaram só pela simples razão de nunca nada ou ninguém nos ter alertado e motivado para tentar experienciar essas dificuldades e imaginar formas possíveis de diminuí-las ou solucionar os problemas que as originam. Este desafio deve sensibilizar-nos, motivar-nos e mobilizar-nos a todos para nos transformarmos numa espécie de «paraísos» interventores e decisores integrantes de um imensurável e belo horizonte, um mundo novo de um tempo novo, onde todos, sem exceções, possamos ter lugar. E este é também um imenso e apaixonante desafio da ULHT e da sua Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação,

no âmbito do Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio, da Pós-Graduação/Curso de Formação Especializada em Educação Especial: Alunos Cegos e com Baixa Visão e da linha de investigação em Linguagens Especiais e Novas Tecnologias do Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT) desta Escola, agora também em parceria com o Instituto de Educação da ULHT e o seu Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Formação (Ceief).

Tratando-se de comunicação e de capacidade/competência para comunicar e interagir, esse domínio implica, seja em que língua ou em que modalidade comunicacional for, que todos tenhamos de entender e ser capazes de explicitar teorias e estruturas metodológicas, estratégicas e científicas em relação ao desenvolvimento do processo linguístico e comunicacional ao longo da história. E foi mediante a comunicação verbal (oral e escrita) que se criaram todos os demais modelos comunicativos e correspondentes teorias, sendo a «oralidade» o processo interlocutivo que utilizamos nas relações interpessoais face a face e a distância, e sendo a «escrita», como representação gráfica/fonética dos signos linguísticos, para guardarmos a história dos homens e do mundo desde o fundo dos tempos, para nos perpetuarmos na memória e no estudo e interpretação dos tempos e da história humana. Nesta aceção, têm vindo a conceber-se, a estudar-se e a desenvolver-se outras formas de comunicação, como, por exemplo, a língua gestual, que se traduz na língua natural da comunidade surda, sendo um processo de comunicação e interação humana que utiliza os gestos como comunicabilidade e manifestação, envolvendo vários intervenientes com expressões não-verbais, numa dimensão linguisticamente estruturada.

Sobre a complexidade do conceito de comunicação e a respetiva evolução teórica ao longo dos tempos, basta revisitarmos o amplo e sempre a crescer «estado de arte» a propósito das cerca de mil e quinhentas teorias comunicacionais mais universalmente aceites, um número já considerável na diversidade das tradições, práticas e doutrinas em que têm vindo a elaborar-se definições e teorias. Verificamos que essa dimensão cognitiva tem abrangido domínios desde a «teologia» à «filosofia», da «antropologia» à «sociologia», da «linguística» à «psicologia», da «ciência política» ao «direito», até uma reflexão sobre as relações entre comunicação e sociedade, com preponderante relevância para a comunicação direta, técnica e social, comunicação

linguística, aumentativa e alternativa, produtos tecnológicos de apoio e meios humanos auxiliares e veículos de comunicação especial, em cujos domínios ocorrem reflexões com uma heterogeneidade de importante interesse científico e tecnológico, pedagógico e cultural e de sensibilização pública para o estabelecimento da comunicação multisensorial, pluriétnica e intercultural, em que ninguém se ache vazio de conhecimento e de saber, de intervenção na vida em igualdade de circunstâncias e de oportunidades, desde que tenha, é claro, as indispensáveis capacidades e competências pessoais e sociais para entender e interagir com profundidade em tudo o que somos e em tudo o que nos rodeia. São vertentes sociocomunicacionais e sociocognitivas que nos possibilitam conviver em partilha e gerar desenvolvimento e progresso, na medida em que:

- «Só comunicando», seja por que forma for, partilhamos saber e conhecimento e nos afirmamos com a justificação crítica dos nossos discursos e ações, estabelecendo intercompreensão em todas as áreas do saber, no geral e em particular.
- «Só comunicando», nos podemos sentir e assumir como responsáveis e lúcidos intervenientes na promoção equilibrada da vida humana.
- «Só comunicando», criamos e alimentamos alicerces para os estudos comunicacionais especiais, a didática comunicacional e o desenvolvimento sensoriocognitivo dos cidadãos com as mais diversas tipologias da deficiência ou incapacidades.
- «Só comunicando», impulsionamos interesse, empenho e desempenho científico pelos estudos e estratégias que visam sensibilizar e capacitar responsáveis decisores, as diferentes instituições, organizações e empresas para a adequada comunicação com todos os cidadãos, independentemente das suas dificuldades ou desvantagens sociocomunicacionais e de interação.
- «Só comunicando», incentivamos os estudos de gestão funcional e operacional para a inclusão dos diferentes graus de dificuldade comunicacional, criando possibilidades de investigação e aplicações bidirecionais para melhorar o desempenho global nos planos educacional e profissional das escolas regulares/de referência e especiais e das várias instituições, organizações e empresas, públicas e privadas, orientadas para o mercado, para

o serviço público ou para as questões da solidariedade social.

- «Só comunicando», somos audazes em ideias e no desenvolvimento da dinâmica investigacional decorrente dos contactos e parcerias com os organismos e instituições nacionais e as associações científicas reconhecidas mundialmente no âmbito das nossas preocupações com a implementação dos recursos investigacionais e aplicação dos modelos especiais de comunicação no contexto da educação especial, propósito de «singular inovação e criatividade em Portugal», sobretudo no que respeita ao estudo e enquadramento das especificidades comunicacionais na política nacional de educação, habilitação/reabilitação, emprego, inclusão e qualidade de vida das pessoas com deficiência.
- «Só comunicando», nos consciencializamos e pugnamos por resultados inovadores e criativos para o bem-estar social de todos os cidadãos e nos impomos como os supra enunciados «paraísos» dialogantes que somos na beleza interior de cada um, numa reciprocidade de valores e de dignidade humana que engrandece as pessoas e o mundo.
- «Só comunicando», ficamos cientes desse caminho, fecundo de indeléveis «paraísos», e de percorrê-lo, revolucionando e transformando pessoas e instituições, para alcançar um «paraíso» de «paraísos», «paraísos» que naturalmente somos e que mutuamente nos procuramos e nos podemos atrair sem a preponderância da química dos oportunismos ou da sobrevivência egoística que habitualmente se sobrepõe a tudo e a todos.
- «Só comunicando», nos conseguimos cultivar nessa modalidade paradisíaca (mas não utópica) de proficuidade que cada um de nós é, com invioláveis segredos e desafios de força e determinação para mudar e descobrir mais; com férteis paisagens de imaginação e realização de propostas para idear e liderar, mobilizar e sensibilizar mais; com vales e montes de mensagens, planícies e itinerários de reflexão e ponderação para incluir mais em equidade e qualidade de vida; com silêncios e gritos para estimular e investigar, estudar e fomentar mais; educar/educando-nos e formar/formando-nos mais; inventar e fazer mais para garantir mais a todos os direitos humanos e de cidadania, num permanente ensinar/aprender a ser mais e a conviver mais nas diferenciações culturais, nas diferenças das diferenças, numa perspectiva multiculturalista e interculturalista mais inclusiva;

conhecendo e pensando mais o todo global para um agir mais pedagógico-produtivo num qualquer lugar.

2. Na «cultura», porque, basicamente, temos de ser capazes de viver e conviver, de forma natural, intercompreensiva e cívica, no conjunto de todos os valores, normas e regras de conduta, dos símbolos, obras e rituais de cada comunidade humana, em todos os contextos sociocomunicacionais e culturais, como interculturais, multiétnicos, na cultura de massa (produzida pelos dispositivos de informação mediática), erudita, popular, etc., mesmo com dificuldades decorrentes das mais diversas problemáticas da deficiência (Guerreiro, 2012a: 67-78).

A cultura também passa pelo despertar/ativar consciências e comportamentos simultaneamente de pessoas escoreitas e com deficiência, como ato civicamente feliz e de promoção da cidadania, numa vital prevenção inclusiva, perante as mais diversas hipóteses de risco/perigo, sísmico e/ou de situações adversas de segurança, anómalas ou catastróficas, mesmo no garantir segurança através da adequabilidade de serviços e equipamentos públicos e privados a quem tem problemas de orientação e mobilidade, de visão ou audição, de foro psicológico ou intelectual, de fala, escrita ou de leitura...

Há que sensibilizar a generalidade dos cidadãos para uma formação mais alargada e específica nestes domínios, de modo a prevenirem-se, com o indispensável rigor securitário, em eventuais ocorrências de risco ou perigo para todos os cidadãos, independentemente das suas dificuldades, ministrando-lhes, na medida do possível também, formação em prevenção e segurança pessoal para autodefesa e atuação em situações de alerta ou efetiva emergência de risco ou catástrofe.

3. Na «inclusão», porque temos de ter a naturalidade, capacidade e competência para viver e conviver em plena cidadania esta redundância conceptual transitória, que entendemos como doutrina/filosofia ou postulado que, como processo integrativo equacionadamente perspetivado e estruturado, visa criar e exercitar competências pessoais e sociais e de relacionamento humano para implementar formas escoreitas de desenvolvimento sociocognitivo, de interação e intercompreensão. É um conceito nobre e generoso que todos devemos cultivar e incorporar nos nossos saberes e conhecimentos, sentimentos e ações, despertando consciências e ativando comportamentos socializantes e universa-

lizantes, sem reservas em relação às desvantagens ou condicionantes sensoriocognitivas, neuromotoras e outras. É relacionarmo-nos num olhar natural, abrangente e com empenho pedagógico, sociocomunicacional, educacional e cultural, generalizando a partilha da compreensão e da cultura sobre essas diferenças, as quais também implicam em si o dinamismo das capacidades e competências humanas (Guerreiro, 2012a: 110-111).

Pela principal relevância que cabe aos media na regulação social e na responsabilidade da manutenção da coesão interna da sociedade, os diferentes meios de comunicação deveriam assumir uma função crucial no rigor e clareza, objetividade e coerência, pedagogia e cultura no processo e na forma de produzir e divulgar a informação que pesquisam, investigam e publicam, para esclarecer, educar e formar todos os cidadãos sobre o mundo à nossa volta, o mundo que todos ajudamos a construir e que somos, na imensa diversidade de meios de comunicação social e de tanta informação séria que há para noticiar.

Também sabemos que nem sempre os jornalistas dispõem do tempo e dos recursos e sensibilidade necessários para relatar, com fiel rigor, objetividade e clareza, questões de e sobre as pessoas com deficiência, retratando-lhes as vidas, capacidades e competências (sendo ao mesmo tempo acessíveis e interativos com todas as tipologias da deficiência), de maneira a que as histórias de vida destes cidadãos sejam ouvidas e escritas/publicadas, transmitindo-se ao público em geral uma imagem dos mesmos correta e positiva.

Nas suas funções prioritárias – designadamente vigilância do meio ambiente, difusão de informação, entretenimento, transmissão de valores culturais, oferta de espaços de debate e de formação de opiniões, abertura de fluxos comerciais –, é tempo, no tempo pedagógico novo a que nos reportamos, para os *media* não continuarem a menosprezar ou a ignorar as pessoas com deficiência e as suas inquestionáveis capacidades e competências na vida em sociedade e em rede, no comunicar e interagir num novo paradigma para o direito à participação social, no emprego e qualidade de vida.

Para que a «inclusão» possa acontecer e chegar a todos os domínios do conhecimento e de ação, com a naturalidade ecoevolutiva desejável, há que sensibilizar e envolver também os *media* nesse «processo», essencialmente no que se refere ao saber comunicar com os jornalistas de imprensa, rádio e televisão (Deschepper, 1992), ao saber estabele-

lecer relacionamento e interação com os *media* (Lindstone, 1994), no meio ambiente e na sociedade da informação/em rede (Cardoso, 2006; Castells, 2005) e à comunicação, educação e cultura inclusivas nos *media* (Guerreiro, 2012b), de forma a que a informação/mediatização seja sempre «correta» e «positiva» sobre a vida ativa e em sociedade, capacidades e competências das pessoas com deficiência.

É no âmbito desta reflexão e feliz dimensão humana que nos procuramos valorizar e fortalecer, sustentando-nos nas mais indispensáveis essencialidades que nos permitem existir e viver, numa coevolução batesoniana, precisamente eticizando a vida. Todavia, falar de «inclusão» numa qualquer situação ou contexto (numa escola, em atividades diversas, na sociedade...), indicando o vocábulo «inclusão» que deve ser de todos e para todos, mas sendo sobretudo uma formalização conceptual ou expressão que deverá encerrar o necessário sentimento substantivo que envolve todos no todo que pertence a todos, partilhado por todos. Trata-se de uma substância conceptual, teórico/empírica, inequivocamente experienciável com sucesso e que nos encaminha para o universal, que só pode ser concebido e entendido como «inclusivo» (onde todos, sem exceção, tenhamos condigno lugar), num redimensionado *Lebenswelt* («mundo da vida» husserliano), expressão fenomenológica também hoje associada a todo o tipo de reflexão, estética e ética sobre a comunicação e influência dos *media*. É preciso que encontremos uma harmonia vivencial e convivencial em que, numa perspetiva de universalidade, todos caibam em todo o lugar. Mas é fundamental termos dentro de nós esse olhar e esse sentir universal, com sensibilidade e competência pessoal e social, razão e também coração.

Para que este domínio possa evoluir até à sua concretização, com proficiência e solidez, de forma a que todos os caminhos se tornem acessíveis, cabe a todos nós, especialmente pais e professores, sermos sempre o exemplo vivo, de saber e missão, do muito que podemos fazer para ajudar todos os alunos a vencerem com tenacidade, persistência, boa vontade e cidadania, mercê dessa elevada responsabilidade que todos temos de vestir e atuar em permanência com ela na consecução de resultados. Às vezes há questões da ciência que são intuitivas pelo pensamento e pelo coração, parafraseando de certa maneira Saint-Exupéry. Não podemos, numa aceção algo hegeliana, cumprir nada de grande no mundo sem paixão, sem olharmos para as coisas, concebemos e implementarmos soluções sem a força anímica da vontade

e do querer, sem uma destemida volição. E em sintonia com Eduardo Lourenço, a propósito da universalidade que procuramos promover e generalizar, o universal não é apenas um espaço global e cosmopolita, mas a universalidade do olhar de quem pensa esse espaço, no qual se enquadram dificuldades da mais diversa natureza, designadamente as de ultrapassar os terríveis «muros invisíveis» de que tantas vezes os «reais» são feitos.

Estamos a procurar, com o recurso a esta espécie de construções significantes materializáveis em ações, reforçadas pela reflexão e atividade teórico/empírica nossa, no sentido de contribuirmos para irmos eliminando aos poucos, e de forma natural, o peso e o efeito negativo, por vezes nefasto, da necessidade de se utilizar o transitório e redundante conceito de «inclusão» em todos os domínios, no relacionamento e interação, na comunicação e educação e formação, no desenvolvimento humano. Obedecendo a esta estratégia, um dia, quando deixarmos de sentir a necessidade de reforçar os diferentes domínios do conhecimento com o adjetivo ou especificação «inclusivo», que é um pleonasma e que acaba por carregar consigo uma dimensão supostamente valorativa mas que é marginalizante, porque acorda fantasmas que não há meio de conseguirmos exorcismar, o termo «inclusão» perderá, nesta conceção, o significado objetivamente pedagógico tão bem refletido e equacionado na célebre «Conferência de Salamanca», organizada pela UNESCO em 1994.

Um pouco empiricamente, todos sabemos que inclusão, comunicação ou educação «inclusiva», sobretudo educação «inclusiva», o «inclusivo» é para a concretização em sala de aula do ideal de uma escola de todos e para todos, generalizando-se a todas as áreas do conhecimento, funcionais e operacionais. No entanto, educação «inclusiva» é em si própria um conceito transitório e de certa maneira redundante, uma vez que o conceito educação, em termos éticos e democráticos terá que pressupor sempre o ideal de «inclusão». Quando, no plano da educação especial (que haverá sempre, infelizmente), soubermos agir e interagir naturalmente e sem a presença de determinados estereótipos que rotulam, que marginalizam, o adjetivo ou especificação «inclusivo» vai-se esbatendo e desaparecendo como efeito de redundância ou de reforço de um termo para o interpretar como «inclusivo», para todos e com todos. Sendo uma escola de todos e para todos, todos lá têm lugar, não há lugar para a excrescente *nuance* «inclusão».

Não há dúvida de que, progressivamente, temos vindo a tornar-nos cada vez mais especialistas em competências pessoais e sociais e humanas, na transmissão e partilha, no que se refere ao conhecer e saber, no que respeita ao saber atuar e saber fazer acontecer proficuidade, numa perspetiva de igualdade de oportunidades para todos. E estamos cientes de que, na intercompreensão do conceito de educação especial, teremos que ser capazes de conhecer bem e de atuar bem na dimensão e concretização do conjunto de recursos e de serviços especificamente vocacionados para proporcionar procedimentos de apoio ao processo de aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais. Está implícita neste processo a didática, que é o «saber» e a «responsabilidade» de converter os conteúdos programáticos (transformando-os) em situações de aprendizagem, «em efetiva aprendizagem». E é preciso olhar para esses conteúdos em termos de acessibilidade e usabilidade, sobretudo quando se trata de os transmitir a alunos com necessidades educativas especiais e de os partilhar com esses mesmos alunos. Mas, à medida que vamos chegando às diferentes e (com convicção) melhores soluções para a variedade de problemáticas da deficiência, vamo-nos confrontando (também numa aceção popperiana) com a emergência de «toda uma família de problemas-filhos», que são «encantadores ainda que talvez difíceis» (Popper, 1992: 7) – a dinâmica da inteligência e da generosidade na investigação e desenvolvimento –, «para cujo bem-estar» poderemos trabalhar, «com um sentido», até ao fim dos nossos dias. A riqueza e beleza de tudo isto está no facto de sermos um *megapuzzle* sem medida e em permanente evolução. «A vida é um difícil, complexo e incomensurável “megapuzzle” que leva tempo e tolerância a montar, que impõe ajustes, invenção e/ou redimensionamento de peças, e que nunca se considera concluído. Se edificarmos e integrarmos uma sociedade inclusiva, que reconheça, respeite e valorize a diversidade humana, sorriremos à vida e a vida sorrir-nos-á!» (Guerreiro, 2012a: 110).

Concluindo, pretendemos partilhar esta investigação (Guerreiro, 2011, 2012a) com os estudiosos e investigadores no âmbito dos aludidos «novos caminhos de um tempo pedagógico novo» e envolvê-los no vital e inclusivo universo comunicacional e cultural, educacional e formativo – num processo de desenvolvimento biopsicossocial, biosso-

ciocognitivo e humano, sobretudo com particular enfoque nas pessoas com deficiência visual, principalmente centrado:

- Na sociocomunicabilidade, competências, dinâmica e influência comunicacionais.
- Na linguagem – «comunicação verbal» (oralidade e escrita), «gestual», «não-verbal» e «língua gestual» nas emoções, na conversação e influência na diversidade de capacidades e competências comunicativas.
- Na comunicação e cultura – base interacional para a socialização, edificação e promoção dos grandes valores humanos na solidariedade e na partilha.
- Na cultura da suplência sensoriocognitiva e intelectual, relacionamento e interação.
- No impacto da cultura da imagem humana na sociocomunicabilidade – para uma teoria sociocomunicacional do corpo humano (direitos e deveres do corpo e da película que somos, em que nos exteriorizamos e nos permitimos ser visualizados), num sentimento de missão na tolerância, na solidariedade e na cultura da partilha.
- No desenvolvimento tifloperceptivo-psicomotor, literácito (nas várias modalidades discursivas e de suporte) e cognitivo, da orientação e mobilidade, autonomia e independência, sociocomunicabilidade, empregabilidade e qualidade de vida dos cidadãos com as diferentes idiosincrasias, desvantagens ou dificuldades comunicacionais, de socialização e interação.
- Numa fundamentação científica que assenta numa substancial «bibliografia» e «webografia», base da sistematização e enquadramento teórico-empírico da obra de referência em que temos vindo a viajar e a refletir na elaboração desta breve abordagem sobre a mesma, como forma de sugerir a sua leitura a um número tão alargado quanto possível de interessados no estudo, no aprofundamento e na partilha (que abertamente propomos) da matéria nela exposta, algo complexa mas evidente e que, muito justamente, exige urgente e séria reflexão, para ajudar a despertar consciências e a ativar comportamentos socializantes e universalizantes em favor da adequabilidade, acessibilidade e usabilidade do universo do conhecimento para todos os cidadãos, no maravilhoso mundo da vida que a todos pertence.

Neste sentido, por indiscutível opção e persistência, à medida que aceitarmos o desafio explanado neste texto e nos dispusermos a participar numa saudável coevolução humana, valorizando-nos nesse sublime desafio de sinérgico empenho e desempenho sem egoísmos, numa relação de dignas influências mútuas e numa interação de envolverências recíprocas e cumulativas, havemos de ir chegando aos «bons portos» possíveis, dentro da inevitabilidade de continuarmos a investir na descoberta e validação, implementação e promoção de caminhos em busca de um mundo melhor e acessível a todos, em consonância com as capacidades e competências que vamos adquirindo na força da dinâmica evolutiva do *megapuzzle* que somos, apesar de nunca estar concluído. Mas a soma de sucessos será cada vez mais farta e fecunda, já que o estudo e a cultura é que nos ajudam a encontrar esse mundo e nos gratificam no processo a ele conducente. Vamos continuando, numa firme convicção nossa e aceção confucionista, a «polir a pedra» (estudando, aprofundando e fundamentando a nossa pretensão e investigação) e a «purificar o espírito» de ação e concretização (que sempre temos de ser) pela cultura da solidariedade e da partilha, pela cultura espiritual e intelectual, moral e cívica, pedagógica e educativa/formativa, dando as mãos (às ordens da disponibilidade e responsividade adequadas), num legítimo propósito coevolutivo nos processos de inclusão no mundo de todos e para todos, em conformidade com o que explicitamos na obra em que temos vindo a «passear» (Guerreiro, 2012a).

Assim, as grandiosas e afinadas «orquestras» poderão começar a surgir, sob as «batutas» educomunicacionais e formativas dos sensíveis, harmónicos e habilitados, sensatos e virtuosos, inovadores e proficientes/profissionais «maestros», dando/operando concertos despertadores de consciências e ativadores de comportamentos, concertos consertantes de desarmonias ou desarranjos percecionais/conceptuais/intelectuais na intercompreensão das realidades, sem os fantasmas do preconceito e das erróneas concepções instauradas e alojadas em determinadas utensilagens mentais. O século XXI é o século da comunicação e das especificidades comunicacionais, havendo lugar para o aprofundamento da «voz» das mãos e do corpo para os olhos que veem e «ouvem», dos «olhos» das mãos, hapticidade e audibilidade, que sensorializam à semelhança do órgão mais absorvente do ser humano (o da visão), da comunicabilidade através de sistemas pictográficos de

66 comunicação, da comunicação aumentativa e alternativa nas mais diversas tipologias da deficiência, da promoção e orientação da adequabilidade de serviços e equipamentos públicos e privados a quem tem desvantagens ou dificuldades de mobilidade e orientação, a quem não pode entender, ouvir, falar, escrever ou ler. Só com comunicação e educação, pedagogia e cultura inclusivas é possível fomentar e promover o desenvolvimento humano e o progresso, bem-estar e qualidade de vida para todos os cidadãos. Temos que interiorizar e exercer a convicção de que (outra virtude) os «problemas» (como nos habituámos a chamar-lhes) são sempre «desafios». E, a «desafios», só podemos corresponder com «desafios», se quisermos encontrar soluções.

Referências Bibliográficas

- Bertalanffy, L. (1972). *Théorie Générale des Systèmes*. Paris: Dunod.
- Bronfenbrenner, U. (1987). *La Ecología del Desarrollo Humano*. Barcelona: Paidós.
- Cardoso, G. (2006). *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2005). *A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura. I: A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Deschepper, J. (1992). *Saber Comunicar com os Jornalistas de Imprensa, Rádio e Televisão*. Lisboa: Edições CETOP.
- Guerreiro, A.D. (org.) (2011). *Comunicar e Interagir: Um Novo Paradigma para o Direito à Participação Social das Pessoas com Deficiência*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Guerreiro, A.D. (2012a). *Comunicação e Cultura Inclusivas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Guerreiro, A.D. (2012b). "Comunicação, educação e cultura inclusivas nos media". *Atas do X Congresso Lusocom*. Lisboa: ISCSP/UTLisboa, 27 a 29 de setembro.
- Lindstone, J. (1994). *Como Lidar com os Media*. Lisboa: Edições CETOP.
- Popper, K. (1992). *Em Busca de um Mundo Melhor*. Lisboa: Fragmentos.
- Watzlawick, P.; Beavin, J.H.; Jackson, D.D. (1993). *A Pragmática da Comunicação Humana*. São Paulo: Editora Cultrix.

Esquerda-Direita: Uma Dicotomia Atual ou Anacrônica?

Sílvia Mangerona*

Resumo

A partir da Revolução Francesa, a dicotomia esquerda-direita domina a referência interpretativa das ideologias. Ser de «esquerda» ou ser de «direita» invoca valores que fazem parte da afirmação política dos indivíduos e dos partidos. Apesar das críticas, a díade permanece atual e necessária no discurso político-ideológico.

Palavras-chave: esquerda, direita, ideologias

Abstract

Since the French Revolution, the left-right dichotomy dominates the interpretive reference of ideologies. Being of left or right invokes values that are part of the political assertion of individuals and parties. Despite criticism, the dyad remains topical and necessary in political and ideological discourse.

Keywords: left, right, ideologies

* Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica Portuguesa. Docente na ULHT

A dicotomia esquerda-direita continua, mais de dois séculos depois, a ser utilizada na linguagem política. Qual o motivo? Será apenas um suporte descritivo ou uma matriz conceptual que se tornou indispensável em ambiente democrático?

A objetividade descritiva da dicotomia tem facilitado a identificação da pessoa e do grupo face à sociedade em que se encontra. A forma objetiva como esta matriz posiciona as ideologias clarifica a ação política e organiza o debate das ideias. Este conceito antitético faz parte de um conjunto de dicotomias que ajudam a caracterizar as várias áreas do saber. Os sistemas políticos democráticos e pluripartidários da atualidade continuam a ser organizados numa espécie de linha sociológica horizontal que opõe a esquerda e a direita.

1. A dicotomia esquerda-direita nasce durante a Revolução Francesa. Na sequência de um forte descontentamento social e na tentativa da edificação de uma nova sociedade, Luís XVI permite, em 1789, a Assembleia Nacional Constituinte com a representação de todas as classes sociais. Na presidência do «hemiciclo», o Rei colocou à sua esquerda os que se opunham ao seu veto legislativo; à direita sentaram-se os apoiantes da continuação do poder monárquico e do veto do Rei. À esquerda estavam os que queriam a mudança; à direita os defensores da velha ordem e da tradição. Esta organização topográfica das várias posições políticas proporcionou, até aos dias de hoje, um novo paradigma da organização política. Do posicionamento por comparação, da defesa das idiosincrasias de cada classe social, nascem novas orientações políticas, sociais e económicas que resultam no nascimento de várias ideologias¹.

As novas formas e derivações posicionam-se nessa linha horizontal, estabelecendo comparativos de pensamentos e ações. O próprio conceito de horizontalidade democratizou as ideias políticas, deixando para trás o velho paradigma do eixo vertical. A sociedade do Antigo Regime organizava-se em esquema vertical, com classes e correntes de pensamento superiores e inferiores. O Estado constitucional moderno e a dicotomia interpretativa esquerda-direita rompem com uma hierarquia discriminatória, polarizando as ideias num mesmo plano de ação e,

1. É depois da Revolução Francesa que nasce o Liberalismo, o Conservadorismo e o Socialismo, ainda hoje pilares da organização ideológica mundial.

dessa forma, contribuindo para a democratização do sistema político-partidário.

2. A organização social e política apoia-se em bases coletivas baseadas em fontes intelectuais. Em contexto democrático, as ideologias são representações coletivas que ajudam a posicionar o cidadão face ao outro, face à comunidade a que pertence.

As ideologias são conceitos de aplicabilidade comparativa. Há até quem as considere diferentes das ideias «puras» da filosofia ou dos conceitos próprios da natureza de cada um. Émile Durkheim (2004) define ideologia como figura de «representação coletiva», ou seja, a ideologia nasce, reflete e promove uma natureza comum, um pressuposto de grupo que se posiciona por comparação.

A introdução dos conceitos esquerda e direita, como grupos ideológicos que arrumam as diversas forças políticas, proporciona uma simplificação das ideias, posições e reivindicações que a pluralidade democrática imprime ao tecido e organização social. Com o tempo e a crescente complexidade das sociedades democráticas ocidentais, a dicotomia esquerda-direita ganha novas relações e subdivide-se em novas derivações. O surgimento de novas correntes², como a «terceira via» e o «conservadorismo compassivo», questiona a solidez da análise dicotómica esquerda-direita. No entanto, a História recente mostra que a distinção analítica no eixo esquerda-direita tem permitido «encaixar» posicionamentos intermédios.

3. Mas nem todos consideram a dicotomia esquerda-direita a matriz essencial, questionando a sua legitimidade no atual cenário político. Jean-Paul Sartre (1970) foi um dos primeiros pensadores a atribuir a esta dicotomia uma relevância meramente contextual, considerando direita e esquerda apenas «duas caixas vazias». Também o seu contemporâneo Julien Freund (1974: 23) afirmou que a dicotomia não

2. Giddens (1996) abre uma «terceira via» no debate político na última década do século XX e mostra, mais uma vez, que o seu pensamento político se espraia numa análise espacial. O objetivo de Giddens em criar uma síntese dos opostos acaba por reiterar a visão diádica da política. Também o «conservadorismo compassivo» de Myron Magnet (2001), que abre caminho a novas posições de cidadania e de *workfare*, não deixa de ser interpretado através de posições relativas do paradigma explicativo esquerda-direita.

tem especificidade própria e não passa de uma disputa entre tradição e aventura.

A introdução dos «neos» na caracterização e definição das ideologias veio colocar um novo desafio à bipolarização espacial esquerda-direita. Seymour Martin Lipset (2006) considera impossível posicioná-los no «velho» eixo: «Claramente, é difícil, senão impossível, colocar os “neos” numa escala de tipo esquerda-direita». Lipset levanta ainda algumas reticências ao paradigma esquerda-direita, lembrando que há novos «ismos» que se posicionam fora da linha matriz e são até transversais a ela, como é o caso do ecologismo.

Também Michael Freeden (1996), especialista em ideologias políticas, rejeita a ideia de contínuo diferenciador e interpretativo da linha esquerda-direita. Divide as ideologias em conceitos macro e micro, que as colocam num plano tridimensional afastando-as da dicotomia esquerda-direita. As macro-ideologias são, para Freeden (1996), o Socialismo, o Liberalismo e o Conservadorismo. As micro-ideologias não são autónomas, definem-se em planos diferentes mas representam um papel fundamental na vida política, como são os casos do Comunismo, do Neo-Liberalismo e da Democracia Cristã.

A colocação de uma nova dimensão na avaliação das correntes ideológicas imprime uma avaliação mais contextual da dicotomia esquerda-direita. A aplicação das dimensões micro e macro das ideologias reclamam a relativização da relevância da definição horizontal esquerda-direita, apelando à sua contextualidade.

4. Apesar dos argumentos que a definem como anacrónica, a dicotomia esquerda-direita permanece atual. A ampliação das ideologias num plano tridimensional pode resultar num afastamento meramente descritivo, podendo ser facilmente transposto para o plano horizontal bipolarizado pela esquerda e direita numa reta atual e complexa onde se podem identificar várias posições relativas.

A complexidade crescente das ideias políticas transformou rapidamente a linha esquerda e direita em linha com centro esquerda, centro direita, extrema esquerda e extrema direita. Mas esta pluralidade não põe em causa a permanência e utilidade da dicotomia, continuamente validada pelas atualíssimas expressões «governo de esquerda», «governo de direita», «direita parlamentar», «esquerda parlamentar», «centro-esquerda» e «centro-direita».

O reconhecimento da atualidade da matriz esquerda-direita e da importância que ela continua a representar para organização dos Estados democráticos foi reiterada na obra de Norberto Bobbio (1995). Este filósofo, historiador e politólogo considera a dicotomia esquerda-direita uma «banalíssima metáfora espacial» resultante de circunstâncias casuais da Revolução Francesa e vai mais longe considerando até que a terminologia pode mudar. No entanto, defende que a estrutura política é originalmente dicotômica e que, portanto, se manterá.

Ao contrário do que aconteceu à dicotomia alto-baixo³, a esquerda-direita permanece na definição formal e real da política e da sociologia. O estigma interpretativo associado à oposição alto-baixo não está presente na esquerda-direita. Apesar do seu significado semântico ser também caracterizador de valorização axiológica⁴, a dicotomia esquerda-direita tem significado valorativo num mesmo plano, feito por oposição e contraste com juízos⁵ de valor apostos, mas positivos e com os mesmos direitos de intervenção e por isso permanece no tempo: «A divisão entre esquerda e direita ajuda-nos a compreender o mundo e – o que é talvez mais importante – a nos compreendermos a nós próprios» (Currito, 2012: 84).

5. As diferenças entre esquerda e direita são complexas mas muito intuitivas. À direita reconhecem-se os valores da tradição, do respeito máximo pela lei e pela ordem, pela defesa dos valores da Igreja, da

3. A dicotomia alto-baixo tem origem na estrutura eclesiástica alto clero e baixo clero e é aplicada no sistema parlamentar inglês – Câmara Alta e Câmara Baixa. Há quem considere que o ordenamento espacial horizontal direita-esquerda, que a Revolução Francesa introduz, não exclui o ordenamento vertical da metáfora alto-baixo. Jean Lapouze (1981) coloca a par as duas dimensões e reitera que a metáfora horizontal nunca eliminou totalmente a vertical. O autor defende que as duas representações são necessárias e coexistem.

4. A direita apoia o poder estabelecido, reage às mudanças e está associada à *right*, *droit*, *destra*, ao cumprimento e respeito das leis; já a esquerda é *sinistra*, é *gauche* (de *gaucherie* – desordem), de mudança e de revolução.

5. A definição de esquerda e direita é também feita através da oposição dos conceitos das pessoas que os assumem. Norberto Bobbio (1995) assume-se um homem de esquerda, apesar da manifesta pretensão de não ser por isso influenciado, concluindo que atribui aos conceitos conotações valorativas: «...Sempre me considerei um homem de esquerda e portanto sempre dei ao termo “esquerda” uma conotação positiva...e ao termo “direita” uma conotação negativa».

Família e pelo direito inalienável da propriedade⁶. A esquerda representa a mudança, a revolução, o coletivismo e o igualitarismo. Também para estas definições entram dicotomias políticas que ajudam ao reconhecimento espacial das diferentes ideologias: igualdade-desigualdade, revolução-tradição, liberdade-autoridade. Segundo Bobbio (1995), a igualdade sustenta a oposição da direita e da esquerda e funciona como «estrela polar» que continua a guiar esta distinção. A esquerda promove a defesa de uma maior igualdade entre as classes e grupos sociais, a direita reconhece e defende uma hierarquia social legitimada pela desigualdade natural «interpretada positivamente como reconhecimento da irreduzível singularidade de cada indivíduo».

Num jogo onde se gerem os conceitos da liberdade e da autoridade, a esquerda e a direita assumem uma oposição que deixa aos vários agentes políticos uma escolha de posições mais libertárias (à esquerda) até um posicionamento mais autoritário de defesa da ordem estabelecida (à direita). O lado da ordem, da tradição, da moral legal e legítima tem sido associado à direita; à esquerda associa-se a revolução, o progresso e a mudança.

Conclusão

Na História, a evolução social é feita a partir de opostos que nos aparecem maioritariamente em díade⁷. A dicotomia esquerda-direita começa por ser conjuntural, historicamente identificada e até casual, mas permanece para além da Revolução Francesa como um novo paradigma semântico e conceptual.

Os conceitos esquerda e direita, à semelhança da representação de quem estava à esquerda ou à direita do Rei, significam posições socio-políticas antagónicas: esquerda significa mudança e revolução, direita

6. A questão do direito de propriedade é fundamental para a caracterização das diferenças entre esquerda e direita. A esquerda considera ser a propriedade o obstáculo principal à sociedade igualitária e, por isso, luta pela coletivização dos meios de produção e pela abolição da propriedade individual. A direita considera a propriedade um direito inalienável, que é defendido desde sempre pela Doutrina Social da Igreja. Em 1891, na encíclica *Rerum Novarum*, o Papa Leão XIII reconhece ao Homem a legitimidade natural da posse sobre as coisas, assim como a faculdade de usar os bens e o direito perpétuo de os possuir.

7. Na organização social, dos grupos, dos partidos e dos Estados, a arrumação primária é entre amigo-inimigo, entre pró e contra. A díade surge naturalmente na organização pessoal e social, remetendo para a axiologia cristã do bem e do mal, Deus-demónio, ordem-caos.

significa ordem e tradição. Nesta conceção, a pluralidade é fator essencial. Só perante dois ou mais intervenientes políticos se reconhecem posições mais à esquerda ou à direita.

Nos Estados constitucionais democráticos, a pluralidade partidária é imprescindível e, com ela, nasce naturalmente a comparação de posicionamento. Mas até os Estados não democráticos e com regimes de partido único revelam uma ideologia definida, por oposição, a outras realidades políticas, provando a dimensão global da dicotomia esquerda-direita.

A linha horizontal esquerda-direita permanece atual, apesar das críticas, salvaguardado uma paridade de ação que não era conseguida na dicotomia vertical alto-baixo. A utilidade deste paradigma interpretativo resulta da sua própria edificação e reconhecimento, sendo um importante instrumento organizador e clarificador das sociedades.

Do lado dos argumentos que a declaram relativa e anacrónica, defende-se o fim da dicotomia esquerda-direita, considerada simplista e manipuladora do debate, investindo para que se desista da polarização que julgam perigosa. Entre os que sustentam a objetividade e atualidade da díade, reconhece-se o carácter acidental dos conceitos esquerda e direita, mas defende-se que a estrutura dicotómica que a caracteriza e define é natural, permanente e necessária nos Estados democráticos.

As recentes teses do apaziguamento ideológico não colocaram em risco a atualidade da dicotomia enquanto paradigma interpretativo. Continua a existir interesse teórico na definição de esquerda e direita como elemento de medição entre ideologias e os conceitos continuam a ser utilizados na linguagem política do debate, luta e exercício do poder.

Bibliografia

- Bobbio, N. (1995). *Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política*. Lisboa: Editorial Presença.
- Currito, E. (2012). "Repensar a dicotomia direita-esquerda". In: V. Correia, *A Dicotomia Política Esquerda-Direita: A Problemática da Sua Validade e Atualidade*. Lisboa: Fonte da Palavra.
- Durkheim, E. (2004). *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone Editora.
- Freeden, M. (1996). *Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach*. Oxford: Clarendon Press.

- Freund, J. (1974). *O Que é a Política?* Lisboa: Edições Futura.
- Giddens, A. (1996). *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A. (2000). *A Terceira Via: Reflexões Sobre o Impasse Político Atual e o Futuro da Social Democracia*. Rio de Janeiro: Record.
- Laponce, J. (1981). *Left and Right: The Topography of Political Perceptions*. Toronto: University of Toronto Press.
- Leão XII (1991). *Encíclica Rerum Novarum*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Lipset, S.M. (2006). "Esquerda Direita: O Conflito Ideológico do Século XX". In: J.C. Espada (ed.), *Direita e Esquerda? Divisões Ideológicas no Século XXI*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Magnet, M. (2001). "O que é o Conservadorismo Compassivo?". *Revista Nova Cidadania*, nº 8, abril/junho.
- Rosas, J.C. (org.) (2008). *Manual de Filosofia Política*. Coimbra: Almedina.
- Sartre, J.P. (1970). *O Existencialismo é um Humanismo*. Lisboa: Editorial Presença.

O Conceito de «Perceção do Risco»: Contributo da Psicologia Social

José-António Carochinho*

Resumo

Este artigo refere-se à forma como a Psicologia Social estuda o risco, a qual parte de fenómenos intrapsíquicos para explicar as realidades em que os diferentes atores sociais se movem. Nele apresentamos os conceitos de «perceção de risco» e de «avaliação do risco». Apesar do segundo conceito ser mais objetivo que o primeiro, é o primeiro que tem maior importância na adesão a comportamentos preventivos.

Palavras-chave: perceção do risco, avaliação de risco, conceito multidimensional

Abstract

This article refers the way how Social Psychology studies the risk, to which part of intra-psychic phenomena to explain the realities in which the different social actors move. In this article we introduce the concepts of «risk perception» and «risk assessment». Despite the second concept being more objective than the first one, is the first concept that has a greater importance on supporting preventive behaviours.

Keywords: risk perception, risk assessment, multidimensional concept

* Professor Auxiliar da Universidade Lusíada de Lisboa e da ULHT

Os riscos estão presentes de forma permanente no meio que nos circunda e acompanham-nos ao longo de toda a nossa vida! Existem vários tipos de riscos: «riscos inerentes à vida social» (violência, tensões, incertezas psicológicas, guerras e revoluções), «riscos engendrados pela civilização e pelos estilos de vida desenvolvidos» (stresse, associados a hábitos alimentares, poluição, contaminação, acidentes industriais, tecnologia de risco, de vir a contrair SIDA), assim como «riscos naturais» (ciclones, tsunamis, tempestades, inundações, sismos, etc.). Quanto à voluntariedade da exposição, a literatura científica refere frequentemente estes riscos em dois tipos de categorias: os «riscos voluntários» (que o indivíduo aceita) e os «riscos involuntários» (que são repentinos ou decididos por outros). Na maior parte dos casos, os primeiros são claramente mais elevados que os segundos, apesar dos últimos serem sempre mais indesejáveis que os primeiros.

Segundo Lola Lopes (1987, cit. por Lima, 2003), «a palavra "risco" refere-se a situações em que se toma uma decisão cujas consequências dependem do resultado de acontecimentos futuros que têm probabilidades conhecidas de ocorrerem». Trata-se de uma visão assente no cálculo de probabilidades estatísticas e, portanto, objetiva do risco, efetuada por sujeitos que dispõem de informações e conhecimentos técnicos específicos; é, por assim dizer, uma aproximação técnica que enfatiza o papel da ciência e dos especialistas na identificação e controlo dos riscos. As diversas situações quotidianas são, todavia, avaliadas por sujeitos que não possuem tais conhecimentos, que aqui designaremos por «leigos»¹. O estudo do pensamento leigo sobre os riscos procura dar conta da subjetividade com que são avaliadas pelos indivíduos as situações ameaçadoras e descobrir grandes padrões que delimitam essas avaliações. O risco é então considerado não como o resultado de um cálculo de probabilidades (visão objetivista), mas numa perspetiva construtivista, enquanto avaliação subjetiva da possibilidade de ocorrência de um acontecimento nefasto para as pessoas ou para o que elas valorizam (Kates & Kasperson, 1983). E aqui entramos num outro tipo de aproximação: a psicossociológica. A primeira incide essencialmente nas percepções individuais de risco e nas características percebidas dos riscos que afetam os julgamentos dos indivíduos. Já a aproximação social assenta no pressuposto de que o contexto social influencia a

1. Entende-se por «leigo» todo o indivíduo que não dispõe de conhecimentos ou informações técnicas sobre os perigos a que está sujeito.

perceção de risco. Nesta linha, as características dos riscos não são universais nem absolutas, tendo diferentes significados de acordo com os diferentes grupos sociais. A este propósito, Paul Slovic (1987) refere-nos que o risco só é possível de ser observado e mensurado dentro de um determinado contexto e é esse contexto que origina a interpretação e a gravosidade que dele se faz, pelo que corroboramos a ideia expressa por Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1982) e Slovic (1987) de que o risco e a resposta ao risco são constructos sociais. Dentro desta linha de pensamento, podemos dizer que as teorias da probabilidade de risco são criações mentais e sociais definidas em termos da natureza e do grau das crenças. Face ao que precede, é razoável assumir que o risco real e o risco percebido são claramente duas dimensões diferentes. A literatura também nos autoriza a dizer que a perceção do risco (ou risco percebido) constitui-se a partir dos anos 80 como um campo de trabalho teórico e empírico nas ciências sociais.

1. A Perceção do Risco

A perceção é um processo psicológico ativo pelo qual os estímulos são selecionados e organizados dentro de um modelo conceptual da situação. Por outras palavras, diríamos que o indivíduo não regista apenas os aspetos observados em relação ao sistema do qual faz parte, mas atribui-lhes significados e valores.

A «perceção do risco», «risco subjetivo» ou «risco percebido» são sinónimos e referem-se à forma como os não especialistas pensam sobre o risco. Inclui um conjunto de crenças e valores que dão significado a um acontecimento ameaçador (Pidgeon *et al.*, 1992), isto é, refere-se a um conjunto de crenças, atitudes, avaliações e sentimentos das pessoas acerca das situações de perigo e dos riscos a elas associados. Podemos então dizer que o conceito de perceção do risco possui um grau importante de subjetividade porque:

- as avaliações implicam «alguma dose de imaginação individual, sobretudo ao nível das consequências de acontecimentos que não aconteceram», na medida em que há uma antecipação de cenários e das respetivas consequências (*v.g.* ficar desempregado, vir a contrair SIDA, rebentamento de uma barragem, etc.);

- «na impossibilidade de se fazerem análises completas, opta-se pela construção de cenários». Logo, as avaliações daí decorrentes caracterizam-se sempre pelo envolvimento de níveis importantes de incerteza;
- «estas avaliações envolvem sempre a atribuição de valores a alternativas e estes valores não são consensuais». Nelas está sempre envolvida uma análise de custo-benefício: a teoria da percepção de risco baseia-se sobretudo na percepção de um indivíduo sobre algo que lhe pode causar danos. Portanto, quantos maiores esses danos, maior a percepção dos mesmos;
- «são utilizadas inúmeras estratégias para avaliação desses mesmos riscos». Slovic (1987) refere que um dos maiores contributos da psicologia para o estudo do risco foi a descoberta de um conjunto de estratégias mentais ou heurísticas que os indivíduos utilizam para compreenderem e se adaptarem às incertezas que a vida lhes apresenta. Essas estratégias são apenas válidas em determinadas circunstâncias; caso contrário, poderão originar erros e enviesamentos na avaliação dos riscos. Hélène Joffe (2003) afirma que as estratégias heurísticas constituem atalhos cognitivos mediante os quais os indivíduos avaliam os riscos (e os benefícios de um acontecimento) de forma consciente ou inconsciente, condicionando, assim, a forma como apreendem o real. A propósito das estratégias heurísticas, podemos referir que os acontecimentos mais acessíveis (heurística da acessibilidade), os mais recentes (heurística da recência) e mais facilmente imagináveis (heurística da disponibilidade) influenciam a probabilidade subjetiva de ocorrência dos riscos.

A percepção do risco é, pois, um conceito subjetivo que é influenciado por uma multiplicidade de fatores. Estes fatores, no dizer de André Delisle (1994, cit. por Debia & Zayed, 2003), subdividem-se em três categorias: «preferências pessoais», «características dos efeitos» e «capacidade de gestão». «A estes fatores junta-se todo o *corpus* de conhecimento proveniente da psicologia da percepção: expectativas, sentimentos, questões culturais (fatores internos) e, intensidade, dimensão, contraste e repetição (fatores externos) entre outros, associados à pessoa que percebe ou ao risco propriamente dito».

Quadro I – Fatores que influenciam a percepção do risco

Preferências pessoais	<ul style="list-style-type: none"> - compreensão dos problemas; - familiaridade das situações; - liberdade de escolha; - grau de exposição; - possibilidade de controlo; - confiança nas instituições.
Características dos efeitos	<ul style="list-style-type: none"> - gravidade; - alcance; - duração; - reversibilidade; - doenças genéticas e cancro.
Capacidade de gestão	<ul style="list-style-type: none"> - incerteza científica; - probabilidade real de ocorrência de acidentes; - cobertura mediática; - escolha para as gerações futuras; - equidade social.

Elaborado a partir de Delisle (1994, cit. por Debia & Zayed, 2003)

2. «Risco Percebido» e «Avaliação do Risco»

Convém esclarecer a destriça conceptual entre «risco percebido» e «avaliação do risco». Assim, «risco percebido» refere-se à perspectiva dos leigos sobre esse mesmo risco e é estudada pelas ciências sociais, enquanto o «risco objetivo» e a avaliação do risco se referem às características dos acontecimentos, sendo estudados no âmbito das ciências naturais. A avaliação do risco é considerada uma atividade objetiva, com um enfoque predominantemente quantitativo, focalizando-se nas causas dos fenómenos. Maria Luísa Lima (1998) refere que, frequentemente, os resultados da avaliação dos riscos são completamente diferentes dos resultados da percepção de risco. A autora ilustra esta situação referindo que os resultados dos estudos de avaliação de riscos associados a uma central nuclear ou a uma incineradora são extremamente baixos, enquanto que os estudos sobre as percepções de risco mostram que os mesmos riscos são vistos pelas populações que vivem nos locais próximos de tais empreendimentos como assustadores e inaceitáveis. Significa isto que «os especialistas e o público em geral estão a falar de objetos completamente diferentes quando usam essa palavra. No caso do risco de rebentamento de uma barragem, os

especialistas preocupam-se com os acontecimentos que podem provocar o seu rebentamento, enquanto que o público em geral quando avalia a sua percepção de risco não se centra nas causas, mas nas consequências» (Lima, 1998). Tal facto reforça a ideia de Slovic (1987) de que a avaliação do risco é unidimensional, enquanto que a percepção do risco é um conceito multidimensional. O quadro seguinte procura resumir as principais diferenças entre os dois conceitos:

Quadro II – Diferenças entre os conceitos de «avaliação» e «percepção» do risco

Avaliação do Risco	Percepção do Risco
Estudada no âmbito das Ciências Naturais	Estudada no âmbito das Ciências Sociais
Conceito unidimensional: - probabilidades	Conceito multidimensional: - grau de informação - controlabilidade da ameaça - grau de envolvimento pessoal
Centrado nas causas	Centrado nas consequências

Os estudos sobre a percepção do risco revelam que as pessoas avaliam o risco que correm recorrendo a três grandes dimensões de análise:

- o «grau de informação que existe sobre o risco». Esta dimensão parece ser aquela que é considerada para o caso dos riscos tecnológicos: o conhecimento dos riscos aparece associado à voluntariedade da exposição (Slovic, 1987; Lima, 1994). Como nos diz Lima (1994), «esta associação parece indicar uma tendência para culpabilizar as vítimas de exposição a riscos conhecidos»;
- o «grau de controlo possível sobre os riscos» ou «controlabilidade da ameaça». Esta dimensão aparece sempre referenciada na literatura. Assim, os riscos considerados incontroláveis e catastróficos são também aqueles dos quais os indivíduos mais se demitem em termos de prevenção, considerando tal tarefa como sendo da competência das autoridades;
- o «grau de envolvimento pessoal com o risco». A literatura referencia amiúde a relevância ou o impacto pessoal que o risco tem

para o sujeito em questão. Esta variável, no entanto, aparece-nos associada ao conhecimento que se possui sobre o mesmo e ao seu grau de controlabilidade: as pessoas parecem sentir-se tanto mais receosas face a um determinado perigo quanto menos controlo sentirem sobre o fenómeno.

Quadro III – Exagero e minimização do risco

As pessoas exageram os riscos que:	As pessoas minimizam os riscos que:
<ul style="list-style-type: none"> • têm grande espetacularidade ou remetem para acontecimentos raros ou inverosímeis; • são personificados; • remetem para «coisas» que as pessoas falam; • lhes são próximos e os afetam pessoalmente; • estão para além do seu controlo (ou impostos externamente); • são intencionais ou produzidos pelo homem; • São súbitos; • são novos, não familiares (desconhecidos); riscos pioneiros são sempre mais exagerados; • não são associados à situação atual. 	<ul style="list-style-type: none"> • têm pouca espetacularidade e remetem para acontecimentos comuns; • são anónimos; • remetem para «coisas» que não são discutidas; • lhes são distantes; • estão sob o seu controlo ou assumidos de bom grado; • são naturais; • que evoluem lentamente ao longo do tempo; • familiares (conhecidos); riscos antigos são sempre minimizados; • são associados a situações atuais.

3. Relevância dos Estudos Relativos aos Riscos Percebidos

A importância deste conceito parece radicar essencialmente na consistência da centralidade da ideia de que a perceção do risco é uma constante no dia a dia, quer em termos sociais, quer em termos pessoais, e na importância que a mesma possui aquando da mudança de comportamentos. As pessoas percecionam riscos como consequência

do medo que determinadas situações causam ou podem causar. Os receios e as inseguranças que daí podem advir originam uma falta de controlo sobre o processo que determina o risco que enfrenta. Como nos diz Lima (1988: 103), «parece assim que a incidência pessoal dos riscos se encontra bastante relacionada com a sua incontroabilidade, o que quererá dizer que as pessoas se sentem tanto mais receosas face a um determinado perigo quanto menos controlo sentirem sobre o fenómeno».

O estudo da percepção do risco tem uma importância bastante significativa porque não é o risco real que afeta as decisões das pessoas, mas sim a percepção que dele se tem. Em termos de consequências (o que só *de per si* justifica a importância do estudo da percepção de risco), duas situações podem ser apontadas:

- quanto mais cōscios estivermos de um risco, melhor o percebemos e mais nos preocupamos com ele. Há, por assim dizer, uma «reação positiva», na medida em que essa tomada de consciência vai originar o desenvolvimento de estratégias positivas tendentes a diminuí-lo (por exemplo: a pesquisa de informação pertinente sobre o mesmo (no caso de risco físico, químico, riscos sísmicos ou nucleares, entre outros, leva a que os indivíduos procurem voluntariamente informação sobre os mesmos) ou ainda a consulta de especialistas (no caso da percepção de risco de doenças, a consulta a um médico impõe-se como essencial);
- quanto mais conscientes estivermos de um risco, mais vulneráveis ficamos face à envolvente e mais nos acomodamos. Esta é, sem dúvida, a «reação negativa» (também designada por «não reação»), em que o indivíduo aprende a viver com a situação até que a mesma atinja todos os limites do possível, por vezes com consequências caracterizadas por um elevado grau de perigosidade para a sua saúde física e mental.

Um outro aspeto igualmente relevante no capítulo da importância dos estudos sobre a percepção do risco está relacionado com a sua divulgação e com as ações de prevenção a empreender. Sabemos que a percepção do risco não assenta numa única dimensão; logo, é importante que as estratégias de divulgação e as ações de prevenção empreendidas levem em linha de conta o caráter multidimensional com que os mesmos são considerados. Enunciar estatísticas referentes a

determinados acontecimentos parece não ser suficiente para alterar comportamentos, na medida em que escapam muitas das dimensões relevantes para os indivíduos poderem processar a informação fornecida. O contexto social em que o risco é produzido e ou percebido, muitas vezes olvidado, deve sempre ser tido em consideração. Parece-nos importante realçar que a minimização e a maximização do risco por parte de um indivíduo tem na sua essência um conjunto de valores e de crenças, fomentado frequentemente pela própria sociedade. Diversos estudos efetuados no âmbito da antropologia e da sociologia têm mostrado que a percepção e a aceitação de um risco tem as suas raízes em fatores culturais e sociais. Nomeadamente, tem sido argumentado que a resposta ao risco é mediada por influências sociais transmitidas por amigos, familiares, colegas de trabalho e pares com maior grau de respeitabilidade. O raciocínio efetuado pelo indivíduo, tendo em consideração todos os significantes da sua envolvente acerca de um determinado risco, origina a sua percepção do mesmo. Douglas e Wildavsky (1982) argumentaram que as pessoas, atuando em grupos sociais, diminuem certos riscos e enfatizam outros como forma de manter e controlar o grupo. É fundamental equacionar de que maneira e com que intensidade um indivíduo, ou uma comunidade, percebe um risco por forma a entender como é que este deve ser abordado e comunicadas as eventuais instruções tendentes à sua prevenção, tendo em vista a mobilização das pessoas para os nossos intentos preventivos. De realçar ainda que a responsabilidade individual da prevenção face ao risco só é claramente assumida no caso dos riscos considerados controláveis; nos restantes casos, os indivíduos tendem a delegar nas autoridades a responsabilidade pela sua prevenção.

Referências Bibliográficas

- Debia, M.; Zayed, J. (2003). "Les enjeux relatifs à la perception et à la communication dans le cadre de la gestion des risques sur la santé publique". *Vertigo - La revue électronique en sciences de l'environnement*, vol. 4, nº 1, pp. 1-8.
- Delisle, A. (1994). *Les Craintes des Populations: Réalités Sociales Mesurables et Valables*. Conférence Hydro-Québec-UQAM «Environnement: Mythes et réalités».
- Douglas, M.; Wildavsky, A. (1982). *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technical and Environmental Dangers*. Berkeley: University of California Press.

- Joffe, H. (2003). "Risk: From Perception to Social Representation". *British Journal of Social Psychology*, vol. 42, nº 1, pp. 55-73.
- Kates, R.W.; Kaspersen, J.X. (1983). "Comparative Risk Analysis of Technological Hazards (a review)". *Proceedings of National Academy of Sciences*, vol. 80, November, pp. 7027-7038.
- Lima, M.L. (1988). "Factores Sociais na Percepção de Riscos". *Psicologia*, vol. XII, nº 1, 11-28.
- Lima, M.L. (1994). *Percepção do Risco Sísmico: Medo e Ilusões de Controlo*. Dissertação de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.
- Lima, M.L. (2003). "Terramotos, Amor e Outras Coisas Perigosas: Uma Abordagem Psicossociológica da Percepção de Riscos". In: M.L. Lima, P. Castro & M. Garrido (orgs.), *Temas e Debates em Psicologia Social*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 225-254.
- Lopes, L.L. (1987). "Between Hope and Fear: The Psychology of Risk". *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 20, pp. 255-295.
- Pidgeon, N.F.; Hood, C.; Jones, D.; Turner, B.; Gibson, R. (1992). "Risk Perception". In: *Risk Analysis, Perception and Management: Report of a Royal Society Study Group*. London: The Royal Society, pp. 89-134.
- Slovic, P. (1987). "Perception of Risk". *Science*, nº 236, pp. 280-285.
- Slovic, P. (2000). *The Perception of Risk*. London: Earthscan Publications, Ltd.

O Comércio Justo e o Mercado Global: Um Jogo de Equilíbrios

Maria Margarida Gonçalves dos Santos*

Resumo

Partindo do conceito de mercado livre, teorizado de forma estruturada, pela primeira vez, por Adam Smith, o objetivo é perceber se o «comércio justo», enquanto movimento de empoderamento de pequenos produtores e sub-desempregados dos países em desenvolvimento, pode ou não funcionar como contra-ponto ao oligopólio corporativo das grandes empresas de distribuição, obrigando à mais justa remuneração da produção a nível mundial.

Palavras-chave: comércio justo, mercado, economia, mundo global

Abstract

Based on the concept of free market, first theoretically structured by Adam Smith, the aim is to understand if «fair trade», as a movement to empower small farmers and unemployed sub-developing countries, may not work as a counter-point to corporate oligopoly of large distribution companies, forcing them to a more just payment of global production.

Keywords: fair trade, market, economy, global world

* Mestranda em Ciência Política – Cidadania e Governação (ULHT)

*A economia só será viável se for humana,
para o homem e pelo homem*
Papa João Paulo II

O presente ensaio incide, ainda que de forma sumária, sobre o fenómeno do «comércio justo» enquanto mecanismo de crescente importância económica e reconhecido fator de influência no atual mercado global.

Assim, não se pretende aqui evidenciar considerações gerais quanto ao objeto e consequências do contínuo desenvolvimento e afirmação do «comércio justo», enquanto efetivo agente económico, nem se de facto o equilíbrio do mercado global advém da relação entre a oferta e a procura. O objetivo é, partindo do conceito de mercado livre, teorizado de forma estruturada, pela primeira vez, por Adam Smith, perceber se o «comércio justo», enquanto movimento de empoderamento de pequenos produtores e sub-desempregados dos países em desenvolvimento, pode ou não funcionar como contraponto ao oligopólio corporativo das grandes empresas de distribuição, obrigando à mais justa remuneração da produção a nível mundial.

Uma palavra ainda para a justificação da temática escolhida, a qual deriva do interesse pessoal da autora pela problemática social em geral, e em particular pelo papel do cidadão nas iniciativas de rutura da lógica de mercado instituída, encontrando em si, e sobretudo em cooperação, alternativas de subsistência fomentadoras do desenvolvimento sustentável das pequenas famílias e das comunidades onde estas se inserem.

Para além desta introdução geral, o presente ensaio estrutura-se ao longo de dois capítulos, procedendo-se, no primeiro, a uma breve contextualização do fenómeno do «comércio justo», enquanto movimento sócio-económico, os seus princípios fundamentais e as organizações no terreno, bem como se o sistema de apoio que lhe é intrínseco, efetivamente, fomenta o desenvolvimento sustentado das populações, permitindo-lhe um real poder de inversão da lógica mercantil liberal. O segundo capítulo dedicar-se-á a uma reflexão analítica da situação que culminará com uma possível visão prospetiva de resposta à problemática levantada, ou seja, é o «comércio justo» uma solução às falhas do mercado para pequenos produtores e trabalhadores dos países do Sul,

constituindo-se como um efetivo instrumento de mudança social que desafia as práticas comerciais neoliberais com real capacidade para mudar a lógica do mercado livre?

1. A Economia do «Comércio Justo»¹

1.1. *Enquadramento Teórico: Definição, Princípios e Organizações Liderantes*

Será, porventura, incorreto afirmar que o «comércio justo» é uma prática recente na história da humanidade. Na realidade, desde que o homem primitivo entendeu a indispensabilidade de dar resposta às suas necessidades primordiais², que se estabeleceram as primeiras formas de transação de bens – um produto em troca de outro ou, em sociedades mais complexas, a simples transação de compra e venda de bens ou serviços por um valor justamente acordado entre as partes. fervoroso

Assim, o que parece ser adequado afirmar é que o «comércio justo», enquanto corrente ideológica que procurou criar maior equidade nas relações comerciais entre «as maiores empresas mundiais e os trabalhadores economicamente mais pobres do mundo» (Redfern & Snedker, 2002: 4), teve um considerável número de iniciativas de cariz pioneiro, que encerravam no coletivo os objetivos de desenvolvimento de um sistema alternativo ao mercado livre, promotor da solidariedade e bem-estar de pequenas comunidades (essencialmente rurais e centradas no hemisfério Sul), e de recusa das noções económicas clássicas de competição e de autorregulação dos mercados. De entre

-
1. O título deste capítulo baseia-se no título da obra de Hayes & Moore (2005), *The Economics of Fair Trade: A Guide in Plain English*.
 2. Entendem-se por necessidades primordiais as identificadas por Maslow (1943). A «pirâmide hierárquica das necessidades» de Maslow estabelece uma escala de importância na análise daquilo que são as necessidades do Homem, encontrando-se na base as necessidades fisiológicas – respirar, comer, beber e descansar ou dormir – sem as quais a vida humana não seria possível. Considerando estas necessidades pode-se constatar que a respiração e o sono implicam um grau de esforço relativamente baixo, enquanto as outras duas, comida e bebida implicam aquilo que se pode, de forma rudimentar, chamar de trabalho. Temos assim que, para a sobrevivência do indivíduo e, por inerência, para a sobrevivência da espécie, o Homem tem de trabalhar.

estas iniciativas destacam-se, na região europeia, a Max Havelaar³ ou a Oxfam UK⁴, precursoras na implementação, respetivamente, da primeira marca de café originário do «comércio justo» e da primeira «loja de produtos do terceiro mundo». Já nos Estados Unidos, destaca-se a Ten Thousand Villages, originariamente apelidada de Self-Help Crafts, criada em 1946 por Edna Ruth Byler, missionária norte-americana que viu nas potencialidades comerciais das peças de artesanato criadas por estudantes porto-riquenhos uma forma de melhorar as suas precárias condições de vida (Redfern & Snedker, 2002: 5).

Esta multiplicidade de iniciativas e antecedentes históricos e culturais levou a que durante muitos anos surgissem diferentes, e pouco complementares, definições de «comércio justo». Para alcançar uma plataforma de entendimento comum que fosse aceite pela vasta maioria de académicos, governos, organizações internacionais e, sobretudo, entre as diferentes associações do setor, uma das mais importantes estruturas do «comércio justo», a FINE⁵, avançou com a seguinte definição: «O Comércio Justo é uma parceria comercial, baseada no diálogo, transparência e respeito, que procura uma maior equidade no mercado comercial internacional. Contribui para o desenvolvimento sustentável, oferecendo melhores condições negociais, assegurando, simultaneamente, os direitos dos trabalhadores e produtores marginalizados – particularmente no Sul. As organizações de Comércio Justo (apoiadas pelos consumidores) estão ativamente empenhadas no apoio direto aos

-
3. A Max Havelaar foi a primeira marca certificada de produtos do «comércio justo». Surge em 1988, por iniciativa da agência holandesa para o desenvolvimento – Solidaridad, e tem como particularidade o facto de ter recebido o nome numa personagem fictícia criada pelo escritor holandês Eduard Douwes Dekker, que já 130 anos antes evidenciava as injustiças comerciais entre a Indonésia e o seu país de origem. A Max Havelaar Fairtrade Label continua a ser hoje uma das mais importantes do setor, com lojas em cerca de 14 países europeus. Veja-se http://www.fairtrade.org.uk/what_is_fairtrade/history.aspx (referência de junho de 2013).
 4. A Oxfam UK, de base missionária, remonta a sua atividade ao período pós-II Guerra Mundial, mas é em finais dos anos 50, quando cria no Reino Unido a primeira loja de produtos de comércio justo, que se estabelece como uma das organizações líderes na promoção dos princípios do «comércio justo» por todo o mundo. Veja-se http://www.oxfam.org.uk/oxfam_in_action/history/index.html (referência de junho de 2013).
 5. A FINE é uma rede informal que engloba a Fair Trade Labelling Organisation (FLO), a International Federation for Alternative Trade (IFAT) (de âmbito mundial), a Network of European World Shops (NEWS!) e a European Fair Trade Association (EFTA) (de âmbito regional). O objetivo desta estrutura é potenciar o trabalho em rede destas organizações de cúpula e dos seus respetivos membros, em matérias de estratégica relevância para o desenvolvimento e sustentabilidade do «comércio justo» a nível mundial.

produtores, alertando consciências e fazendo campanhas pela mudança das regras e das práticas do convencional comércio internacional»⁶.

Os objetivos implícitos na presente definição foram melhor explicitados por Andy Redfern e Paul Snedker num relatório produzido para a Organização Mundial do Trabalho (OIT), no âmbito de estudos promovidos pelo Departamento de Desenvolvimento de Pequenas Empresas no ano de 2002, como sendo um pacote de ajuda disponibilizado pelas empresas de «comércio justo», em que o pequeno produtor ou artesão deixa de assumir a totalidade do capital de risco da sua nova atividade comercial, verificando-se uma justa correlação entre os custos reais da produção e aquele que no final é apresentado ao consumidor, com evidentes benefícios sociais, já largamente testemunhados por agricultores e artesãos de diferentes países, acrescendo ainda a garantia certificada, para compradores e consumidores, de que o produto não deriva de uma situação de exploração humana⁷ (Redfern & Snedker, 2002: 5-6).

Assim, e se historicamente as raízes do «comércio justo» se encontram profundamente ligadas aos movimentos missionários e às seculares organizações de «comércio alternativo» ou a iniciativas de pequena dimensão com o objetivo estrito da promoção do autoemprego e de formas alternativas de subsistência, o movimento avançou, contudo, nas últimas décadas, do modelo em que se autocolocava numa inamovível posição de antissistema para um posicionamento *mainstream*, que mais do que reforçar o seu papel de modelo de empoderamento de pequenas comunidades locais, o caracteriza como uma evidente história de sucesso dentro do mesmo mercado liberal, onde outrora não se queria colocar e lhe era impensável poder chegar. O discurso radicalizado atenuou-se e palavras como «alternativo» rapidamente ganharam a forma de «justo» ou «socialmente ético».

Tal reorientação ou redefinição de posicionamento, se assim se pode chamar, tornou-se perceptível, sobretudo nos anos 90, com a harmonização internacional das normas de certificação dos produtos oriundos

6. Veja-se <http://www.fair-trade-hub.com/support-files/fair-trade-definition.pdf> (referência de junho de 2013).

7. Introduzimos, neste ponto, uma breve nota intercalar para referenciar a extrema importância que o consumidor final desempenha na «cadeia empresarial» do «comércio justo», enquanto verdadeiro promotor da continuidade do movimento e disponível para «suportar» o diferencial imposto no preço de venda destes produtos a título da promoção ética e social dos pequenos produtores dos países do Sul.

do «comércio justo» e com o surgimento da Fairtrade Labelling Organization International (FLO-International).

Constituída em 1997, por iniciativa de 14 organizações de âmbito nacional, a FLO tem por finalidade a definição das normas internacionais aplicáveis às diferentes áreas de trabalho do setor, bem como estabelecer os requisitos de acesso à certificação de produtos. Paralelamente, a organização promoveu a construção dum sistema de auditorias a produtores e retalhistas de produtos do «comércio justo» que assegurem efetivamente o respeito, na produção local, dos critérios de certificação por si definidos. Hoje, mais de 20 organizações integram a FLO-International. A organização lançou, em 2002, a primeira marca internacional certificada do «comércio justo»⁸, que permite às organizações de produtores o acesso ao «fair trade minimum price»⁹ e ao «fair trade premium»¹⁰, dividindo-se em 2004 em duas organizações independentes: a FLO-International, que se mantém responsável pela elaboração e verificação das normas e requisitos de acesso à certificação e à marca «Fairtrade», e uma nova entidade, a FLO-CERT, responsável pela gestão de todo o processo de certificação de produtos¹¹. Posteriormente, em janeiro de 2009, e culminando um longo processo de reavaliação estratégica, a FLO publica, em parceria com a World Fair Trade Organization (WFTO)¹², a Carta de Princípios do Comércio Justo¹³

-
8. A certificação promovida pela FLO cumpre os requisitos da norma ISO 65.
 9. O «fair trade minimum price» é o preço mínimo que um comprador de produtos do «comércio justo» tem de pagar à organização de produtores pelo produto adquirido. Não é um preço fixo, mas deve ser visto como o mais baixo ponto de partida possível para as negociações de preços entre produtor e comprador. Veja-se http://www.fairtrade.org.uk/what_is_fairtrade/fairtrade_certification_and_the_fairtrade_mark/the_fairtrade_minimum_price.aspx.
 10. O «fair trade premium» é um valor fixado por cima do preço do produto previamente acordado e que se destina a investimento em projetos de desenvolvimento social, ambiental e económico, democraticamente selecionados pela organização de produtores ou pelo sindicato de trabalhadores. Veja-se http://www.fairtrade.org.uk/what_is_fairtrade/fairtrade_certification_and_the_fairtrade_mark/the_fairtrade_premium.aspx.
 11. Veja-se <http://www.fairtrade.org.uk/>.
 12. A World Fair Trade Organization é a organização de cúpula das organizações de «comércio justo» a nível mundial. Para além duma imensa capacidade de *lobby* a nível mundial, a organização tem ainda assento no G8, a título de observador. Veja-se <http://www.wfto.com>.
 13. Veja-se http://www.fairtrade-advocacy.org/images/stories/FTAO_charters_3rd_version_ES_v1.3.pdf.

(Fair Trade Advocacy Office¹⁴), que reflete a experiência partilhada das organizações de «comércio justo» ao longo dos anos, bem como as particularidades estruturais que fazem deste um movimento único à escala global: o acesso ao mercado por grupos de produtores marginalizados, relações comerciais sustentáveis e equitativas, fomento ao empreendedorismo e ao empoderamento dos cidadãos, aumento da consciencialização do consumidor e defesa do movimento e a assumpção do «comércio justo» como um compromisso tão vinculativo como o «contrato social»¹⁵.

Desta forma, e reportando-nos às questões operacionais, podemos claramente afirmar que não existem diferenças entre as práticas das organizações de «comércio justo» certificadas e as organizações de «comércio alternativo» (que optam pela não certificação): (1) preços mínimos garantidos, em regra, fixados acima ou independentes dos preços praticados no mercado mundial, (2) enfoque no desenvolvimento e apoio técnico dos produtores/artesãos pelo pagamento de um prémio social, (3) compra direta a produtores de forma a reduzir as redes de fornecimento global e, desta forma, diminuir as margens de lucro do intermediário, (4) parcerias duradouras e transparentes, (5) pré-financiamento que pode chegar aos 60% do valor total da compra, (6) organização democrática dos produtores, em regra sob a forma de cooperativas, (7) agricultura sustentável e respeitadora do meio ambiente e (8) condições laborais isentas de abusos e que permitem a criação de sindicatos¹⁶. A diferença colocar-se-á, eventualmente, ao nível do reconhecimento da marca junto do consumidor final e, em consequência, na própria rentabilidade global dos produtos disponibilizados, uma vez que, destaque-se, o consumidor representa nesta «cadeia comercial» um valorizado papel onde o grau de reconhecimento da marca se torna uma óbvia vantagem.

14. O Fair Trade Advocacy Office assegura o trabalho de *lobby* e representação do setor do «comércio justo» junto das principais instituições europeias. Sedeado em Bruxelas, a organização resulta da iniciativa da WFTO, FLO e EFTA. Veja-se <http://www.fairtrade-advocacy.org/>

15. O contrato social, enquanto corrente político-filosófica, desenvolvida entre os séculos XVI e XVIII, estabelecia o princípio da existência de um acordo tácito entre membros da sociedade com vista à prossecução do bem comum. Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau são três dos mais importantes filósofos contratualistas da história das ideias políticas.

16. Veja-se <http://www.wfto.com/>.

É frequente encontrar nos estudos e publicações sobre o «comércio justo» uma clara diferenciação entre os países produtores, ou genericamente chamados de «países do Sul», e os países consumidores ou «países do Norte». Assumamos essas mesmas designações para uma perceção geral sobre os mais recentes números do «comércio justo», conforme divulgados pela FLO no seu Relatório Anual 2009-2010:

Quadro 1 – Quadro síntese dos resultados do trabalho das organizações de «comércio justo» certificadas pela FLO em 2009-2010

Sucesso no Sul	Sucesso no Norte
<ul style="list-style-type: none"> • 827 organizações de produtores e trabalhadores do «comércio justo» com certificação FLO • presença em 60 países • aumento em 11% das organizações certificadas • 11.2 milhões de produtores/trabalhadores usufruem das vendas do «comércio justo» 	<ul style="list-style-type: none"> • 27.000 produtos do «comércio justo» • distribuídos por mais de 70 países • aumento de 8% das licenças de venda • 2.849 pontos de venda licenciados para venda dos produtos de «comércio justo»

(Fonte: FLO, 2010)

Uma palavra final para a gama de produtos tradicionalmente associados às atividades do «comércio justo» e que têm assumido nos últimos anos central relevância nas produções locais. Se, na perspetiva de mercado, os produtos das organizações de «comércio alternativo»¹⁷ se podem dividir em duas grandes categorias – os produtos perecíveis (comida e bebida) e os produtos não comestíveis, tais como os artigos de vestuário, brindes e utensílios para a casa –, na perspetiva do pequeno produtor, a escolha passa maioritariamente pela produção de produtos com maiores potencialidades de rentabilização, ou seja, aqueles que, ligados ao setor alimentar e às matérias-primas não comestíveis, tais como o algodão, a cera e os óleos essenciais, têm uma maior durabilidade no que respeita às tendências dos consumidores (Redfern & Snedker, 2002: 20). Assim, de entre os produtos mais comercializados

17. Opta-se neste registo por assumir a figura da Organização de Comércio Alternativo ao invés da Organização de «comércio justo», de forma a abarcar a totalidade das organizações a trabalharem no movimento, quer tenham ou não produtos certificados ou da sua filiação na WFTO.

no âmbito do «comércio justo», encontram-se, na gama dos produtos comestíveis, o café, o chá, o chocolate, o mel, a noz macadamia e o amendoim, sumos de fruta, alguns cereais e vinhos. Já do lado dos produtos não comestíveis, encontram-se produtos tão diversos como os têxteis domésticos, os óleos essenciais, peças de decoração de interiores, joias, peças de vestuário, decorações natalícias ou produtos artesanais de papel.

1.2. O «Empoderamento» do Pequeno Produtor

Se nas realidades urbanas industrializadas os trabalhadores desempregados em regra dispõem dos mecanismos de apoio do Estado Social que lhes permitem «sustentar», por tempo determinado, situações de precariedade laboral, a lógica vigente nos países em vias de desenvolvimento não acolhe tais procedimentos. A começar, a regra não é a de existência de desempregados, mas antes de situações de enorme fragilidade laboral, como as de subemprego nas grandes plantações, débeis soluções de autoemprego no pequeno comércio ou de trabalho doméstico pouco ou nada reconhecido no mercado. Tal decorre, em grande parte, do facto do rendimento obtido pelo trabalho no mercado não lhes assegurar uma garantia de rentabilidade igual ou superior àquela que podem obter – e frequentemente obtêm – quando decidem pela solução de produção de foro familiar. Paralelamente, a oferta potenciada pelo mercado laboral é sistematicamente inferior àquela que é disponibilizada pela população ativa, o que impulsiona não só uma contínua falta de emprego, como também a constante regulação dos índices médios salariais por níveis tão reduzidos que podem muito bem igualar o rendimento daqueles a trabalhar em atividades de produção consideradas «menores» ou de índole doméstica. Desta forma, a escolha das famílias recai frequentemente numa decisão que põe em equilíbrio a escolha entre o tempo dispendido nas atividades de mercado e a respetiva fraca compensação monetária que daí advém, por um lado, e o tempo que, dedicado à produção doméstica, permite não só garantir a subsistência familiar, como a eventual rentabilização do excedente em vendas diretas a outras unidades familiares vizinhas ou em pequenos comércios locais, por outro. «Por outras palavras, num ambiente rural em que a subsistência por via da agricultura é uma opção, apenas

uma parte da produção poderá ser realizada com vista ao mercado» (Hayes & Moore, 2005: 4).

Esta percepção das potencialidades económicas dos excedentes de produção familiar desmistifica a ideia do mercado impenetrável à iniciativa local de pequena e média dimensão. Cria-se, assim, a janela de oportunidade para que pequenos produtores agrícolas ou artesanais iniciem a participação num sistema assente na lógica de mercado onde, por outro lado, a competição e a concorrência evidenciam as suas maiores debilidades – pequena dimensão, escassez de meios, desadequação tecnológica e incapacidade de acesso a linhas de financiamento ou de crédito. Ainda na mesma linha e ainda que ultrapassadas fossem estas iniciais limitações, outra dificuldade, de complexa gestão, coloca-se ao nível da própria inabilidade destas populações para se posicionarem no mercado, onde os grandes monopólios lideram, estabelecem as regras e ditam sobre os que «vão a jogo».

É neste cenário de aparente intransponibilidade que a resposta alternativa do «comércio justo» surgirá como fator de exponencial empoderamento. Organizações competentes a dinamizarem «redes comerciais entre os produtores e trabalhadores marginalizados dos países em vias desenvolvimento e os importadores, retalhistas e consumidores das economias desenvolvidas» (Hiscox, 2007: 2), ao mesmo tempo propiciando respostas que «reduzem os custos financeiros das famílias produtoras. Antes de mais, providenciando a constituição de depósitos garantidos de baixo custo, que permitem às famílias a constituição de adequadas reservas monetárias que evitam a procura por empréstimos de “emergência”» (Hayes & Moore, 2005: 8), e, numa segunda fase, estabelecendo linhas de micro-crédito que tornam a produção economicamente mais sustentável para as famílias e as liberta do fantasma do possível endividamento nas instituições de crédito formal¹⁸.

Ainda que, a nível empírico, seja analiticamente difícil separar o real contributo do «comércio justo» por oposição às restantes influências de que beneficiam estas populações, até porque muitos dos projetos do movimento são também eles beneficiários dessas mesmas linhas de financiamento, os *inputs* de diferentes organizações não governamentais levam a crer existir uma correlação muito estreita entre a participação dos produtores e trabalhadores nas iniciativas de «comércio

18. Para informações mais detalhadas, veja-se www.shared-interest.com.

justo» e uma crescente noção de empoderamento, que se traduz em maior dinamismo e participação cívica.

Não ficarão alheios a essa maior capacitação dos indivíduos os cinco elementos chave da atividade das organizações locais de «comércio justo»:

- todos os produtores recebem o «preço justo» pelo seu produto, preço esse estabelecido com base num critério de «patamar mínimo» abaixo do qual não é possível negociar;
- é garantido a todos os trabalhadores o direito de se associarem, condições adequadas ao desenvolvimento do seu trabalho, e índices salariais coincidentes com os mínimos legais e médias regionais. Toda e qualquer forma de discriminação, trabalho forçado ou trabalho infantil é igualmente proibido;
- todos os trabalhadores/produtores constituem-se sob a forma de uma organização democrática e transparente, tenha ela a forma legal de uma cooperativa, associação ou sindicato, onde participam e decidem, em pé de igualdade, de que forma serão reaplicados os excedentes obtidos por via do «fair trade premium»;
- todas as vendas decorrem ao abrigo de contratos comerciais com duração mínima estipulada em 1 ano, com condições de pagamento antecipado que, no limite, podem atingir os 60% do valor total do contrato;
- é proibido o uso de determinados produtos agroambientais, cabendo aos produtores fazerem prova do seu mínimo impacto sobre o meio-ambiente e das suas práticas no que respeita ao abastecimento de água, erosão dos solos e tratamento de resíduos.

Mais recentemente, a WFTO-IFAT da região latino-americana reclamou uma maior amplitude destas «regras de ouro», propondo a incorporação dum novo *standard* na atividade das organizações locais de «comércio justo» que procurasse «promover a valorização da identidade cultural da produção (...) tendo em conta os elementos de identidade cultural contidos e refletidos em seus produtos» (Mercado Justo, 2009), enquanto fatores, eles mesmos, de uma identidade local e regional que, ainda que dando resposta às rápidas exigências dum mundo globalizado e de efémeras tendências de moda, fosse potenciadora

do enriquecimento pessoal, social e económico dos trabalhadores e artesãos do «comércio justo».

Parece, desta forma, tornar-se evidente a existência de benefícios na participação em iniciativas locais de «comércio justo», que, do ponto de vista do pequeno produtor/trabalhador e da sua família, parecem ir muito para além da mera recompensa financeira ou oportunidade de entrada no mercado liberal. Existe todo um conjunto de elementos de capacitação (maior escolarização, integração em modelos associativos de gestão participada e transparente, melhor saúde e condições de vida) social e económica que impulsiona os cidadãos para um papel mais interventivo, quer ao nível do seu núcleo familiar restrito, quer na «governança» da associação de comércio justo onde se integra, na comunidade local e até mesmo no seu país de origem.

2. O Comércio Justo e o Mercado Global

2.1. *Um Jogo de Equilíbrios*

Com a progressiva complexidade das relações sociais, a produção autossuficiente destinada à satisfação das necessidades já não permitia garantir a sobrevivência do indivíduo, nem tão pouco a da sua comunidade. A autossuficiência foi, assim, sendo substituída por uma especialização de tarefas em que cada indivíduo era corresponsável pela sobrevivência da comunidade na medida em que cumprisse com a sua parte no sistema de produção. A troca de bens e serviços entre os membros da comunidade surge, assim, como resultado deste sistema social tendencialmente mais complexo, onde cada indivíduo troca a produção da sua própria atividade por bens e/ou serviços produzidos por outros, que possam satisfazer o conjunto das suas necessidades.

Importa referir que, numa primeira fase, a produção e o sistema de trocas ou permutas resulta não de um hipotético valor, mas sim de uma real necessidade. Existe a necessidade, produz-se para a satisfazer e troca-se na exata medida dessa mesma necessidade individual. Tal como referido por Weber (2004), a troca como padrão de comportamento racional acontece num espaço específico – o mercado; mercado enquanto «(...) local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e da venda» (Polanyi, 2000: 76). E é neste local, durante a

prática transaccional, que se levanta a questão do valor do meio de troca, como «objeto material de troca, na medida em que a sua aceita o esteja orientada, de modo t pico, primordialmente por determinada expectativa do aceitante, que consiste na probabilidade duradoura – isto  , considerando-se o futuro – de trocá-lo, numa propor o que corresponde a seu interesse, por outros bens» (Weber, 2004: 45).   esta análise da determina o do valor e o seu significado enquanto critério regulador de transa es que está na origem da ciência económica, tal como hoje a concebemos. Adam Smith, o precursor da economia, e, já antes dele, filósofos políticos como David Hume ou John Locke, centraram as suas considera es sobre o fenómeno económico na análise do problema do valor, da sua determina o e do seu funcionamento. Toda a ciência económica e, em grande medida, a vida económica dos últimos três séculos resulta exatamente desta sistematiza o. Em resposta ao intervencionismo crescente do Estado na iniciativa privada, preconizado pela doutrina mercantilista, Smith apresenta o Mercado como um organismo vivo que tem em si mesmo mecanismos de autorregula o. Protegido de interven es externas, o mercado funciona sozinho, encontrando os seus equil rios próprios através de mecanismos aut nomos de regula o e de determina o de valor nas trocas a efetuar. O indivíduo, enquanto participante no mercado, atua através da procura do seu próprio interesse, guiado por uma «mão invisível» na busca da prossegu o do interesse comum. Este sistema de equilíbrio automático do Mercado e dos seus mecanismos de determina o de valor marca o futuro da economia até aos nossos dias. Para o bem e para o mal, esta   a base de toda a análise económica posterior, seja apoiando ou aprofundando a mesma ou, pelo contrário, procurando demonstrar a sua falácia, os seus erros, as suas distor es ou até a forma negativa como esta condicionou a vida humana aos ditames economicistas. Pode-se questionar, de uma forma meramente acad mica, se Smith sistematizou uma realidade ou se a realidade reproduziu o sistema, mas a verdade   que o Mercado de Smith, o mercado capitalista, foi desde então o principal modelo económico da vida social.

A Riqueza das Na es foi publicado em 1776, ano da Revolu o Americana, mas esta   também a época do nascimento de outra revolu o – a Revolu o Industrial –, consequência do advento da procura de conhecimento científico e técnico trazido pelo Iluminismo. Este progresso técnico, aliado ao aparecimento de espíritos empreendedores,

descendentes de uma classe burguesa já estabelecida, fez, primeiro na Inglaterra e depois no restante mundo ocidental, uma revolução no processo de produção e de trabalho, condicionando, inclusivamente, a conceção da sociedade e o seu funcionamento político, social e económico. Foi o casamento perfeito, a sistematização do mercado livre na Inglaterra da Revolução Industrial.

O pensamento iluminista, que afirmava que tudo no universo tinha uma explicação científica e se regia por leis e regras determináveis, observáveis e comprováveis, está na génese da revolução política de aproximação a modelos democráticos (vejam-se os casos da Revolução Americana e da sua congénere francesa). Encontra-se também na génese de revoluções económicas, como o sistema capitalista e a Revolução Industrial, assim como de revoluções sociais com uma moderna estratificação social, consequência da liberalização política e religiosa, e do novo modelo de organização do trabalho, saído da sociedade industrial. A antiga personalização dos papéis sociais associados a tarefas específicas é alterado e o indivíduo deixa de ser reconhecido, passando antes a ser reconhecida a tarefa que ocupa na organização em que se insere.

Este advento da organização, em tempos de crescimento exponencial de liquidez monetária nos mercados, em sequência da importação de matérias-primas das colónias para a Europa e da intensificação do comércio à escala global, faz surgir um novo tipo de organização, até então só conhecida em casos históricos muito específicos – a grande empresa corporativa. De facto, as grandes corporações atuais podem ser consideradas herdeiras das empresas coloniais, mas foi a partir do século XVIII, e principalmente já no século XX, depois da II Guerra Mundial, que este fenómeno económico organizacional atinge o seu máximo expoente, enquanto presença global.

As grandes corporações resultam em larga medida de três principais fatores: a especificidade da produção, a grande liquidez financeira e a capacidade de influenciar consumidores e o poder político. Estes fatores, associados a uma capacidade organizativa significativa dentro de um projeto de trabalho coletivo mas já não personalizado, permitiram o crescimento de algumas empresas, transformando-as em gigantes económicos. É desta forma e através da sua influência sobre os mercados, da sua elevada liquidez financeira e da sua eficiência organizacional que, numa sociedade global, onde as distâncias se encurtaram

e se fizeram insignificantes, a grande empresa corporativa nacional estende a sua atividade e influência a outros países, entrando, assim, num mercado à escala global.

Em termos conceptuais, o equilíbrio de mercado estabelece-se, assim, pela idêntica importância dos vários atores nele atuantes, garantindo-se pela concorrência, ou seja, pela possibilidade de poderem existir muitos produtores a oferecer no mesmo mercado diferentes variedades de produtos a um universo alargado de consumidores. Permite-se, desta feita, a existência de uma escolha e que esta funcione como determinante na fixação do justo valor da mercadoria. Por oposição, quando uma multinacional intervém no mercado em que compete com produtores de pequena dimensão e consumidores com pouca capacidade de influência, tal já não acontece. Assim, temos a capacidade económica permitindo oferecer, no mercado, preços mais baixos, através de economias de escala e da eficiência do processo produtivo e de distribuição. Permite ainda influenciar as necessidades dos consumidores através da publicidade e do marketing, condicionando as escolhas e a decisão de quem compra. Por outro lado, o capital político e social das grandes empresas permite-lhes igualmente a obtenção de regalias várias por parte dos Estados, tais como o desenvolvimento de infraestruturas com vista à mobilidade e comunicação, privilégios ao nível da administração fiscal, maior produção legal, entre outros, que certamente facilitarão a atividade diária de uma grande empresa corporativa a trabalhar num determinado país do mundo.

Como resposta a esta lógica de grande grupo, o mercado, enquanto modelo teórico, potencia idênticas condições no desenvolvimento dos mecanismos de cooperação que visam o empoderamento daqueles, tradicionalmente, assumidos como os «elos mais fracos» no contexto de mercado: (1) os «trabalhadores», abrindo espaços para que estes se constituam livremente em sindicatos, (2) os «pequenos produtores», abraçando as práticas associativas e cooperativas, capazes de promover respostas de adequada dimensão e que permitam o embate com os gigantes corporativos e, por fim, (3) os «consumidores» que, reunidos em associações de defesa do consumidor, exercem sobre a sociedade e o Estado considerável pressão política e social com vista a uma maior regulamentação de proteção do consumidor.

É aqui que o aparecimento de um conjunto de organizações com conhecimento do mercado, mas procurando formas de ação alternativas

de intervenção social, encontra nos pequenos produtores artesanais dos países em vias de desenvolvimento um destino, chamado «comércio justo». São estes pequenos produtores que, através do excedente da produção de índole doméstica ou de pequena escala, se aproximam de um sistema embrionário de mercado tal como é o seu enquadramento teórico, numa lógica de transações circunscrita à sua rede de vizinhança, que as organizações de «comércio justo» vão procurar ajudar, potenciando as condições que possam garantir a sobrevivência económica destes pequenos núcleos de cidadãos, através da produção contínua e orientada para este mercado global.

A agilização deste processo é, contudo, uma complexa rede de estruturação, desenvolvendo-se por níveis diferentes e complementares. Numa fase primeira, organizando o conjunto dos produtores numa lógica associativa e de cooperação, que lhes irá permitir ganhar dimensão e real capacidade de influência e de negociação junto dos grandes oligopólios, bem como a perceção e melhor gestão das economias de escala. Em seguida, introduzindo conceitos e práticas de gestão mais eficientes que, sem desvirtuar o modelo e as características da produção e do produto, possam permitir a redução dos custos e a potenciação do rendimento. Segue-se uma fase de aumento da capacidade negocial, resultante do favorecimento das condições de acesso às matérias-primas e aos meios de produção, e a facilitação do acesso ao crédito, quer através de linhas de financiamento específicas, quer pela corresponsabilização pelas garantias de crédito, quer simplesmente ajudando no processo burocrático de acesso a mecanismos externos de financiamento. Numa fase mais avançada, a intervenção das organizações locais do «comércio justo» passa por uma aposta na melhoria das condições globais do trabalho e da vida das populações, numa lógica em que quanto maior for a produtividade maior será o bem-estar e a integração na organização. Outra aposta de enorme importância, nomeadamente quando se trata de capacitar não só os trabalhadores do momento como também as gerações vindouras, dá-se no campo da formação e da educação. Desta forma, o eixo educar-formar crianças ou adultos ganha primazia na atividade social do «comércio justo», que desta forma visa criar as condições para a existência de indivíduos mais preparados para a realidade laboral e para a participação na vida da organização e da comunidade. Em complemento e enquanto fator gerador de emprego local, o «comércio justo» poderá ainda colmatar

alguns desequilíbrios sociais e económicos e, dessa forma, contribuir para o efetivo bem-estar da comunidade onde se insere e desenvolve. Nesta lógica integrada existe igual espaço para a promoção dos equilíbrios ambientais e para uma política eticamente responsável no que toca ao meio ambiente, utilizando técnicas produtivas e matérias-primas de baixo valor poluente e implementando-se políticas ativas que garantam a preservação dos recursos naturais. Em complemento, algumas das organizações de «comércio justo» enveredaram por uma lógica de pressão política e de certificação que, usando técnicas comerciais tais como a eficiente e estratégica colocação comercial do produto e a consolidação da marca de certificação, lhes permite trazer efetivas mais-valias ao produto do «comércio justo», capacitando-o para uma entrada no «mercado» dos países desenvolvidos a um preço superior ao produto que lhe é similar, estando o consumidor disposto a suportar esse valor adicional por sentir ter como contrapartida a satisfação de consumir uma produção certificada, de acordo com princípios éticos e de solidariedade.

Desta forma, o «comércio justo» cria as condições para poder participar e competir com crescente influência na dinâmica do mercado capitalista, rentabilizando, simultaneamente, a seu favor a cada vez maior consciencialização crítica e elevados padrões de exigência dos consumidores.

Assim, e partindo de uma proposta alternativa de participação económica, o «comércio justo» torna-se, nos nossos dias, um maior fator de empoderamento dos pequenos produtores dos países em vias de desenvolvimento, ou «países do sul», que através da sua nova dinâmica e capacidade de participação no mercado servem de contraponto à força do oligopólio corporativo da grande multinacional de distribuição. Hoje, ao domínio total sobre os preços oferecidos pelas grandes empresas de distribuição, as organizações de «comércio justo», com o apoio de um crescente número de consumidores, podem opor a exigência do pagamento dum mercadoria pelo seu justo preço, acrescentando-lhe ainda o «fair trade premium», garante do desenvolvimento dos aspetos sociais do movimento, bem como a manutenção das especiais condições de produção. Neste enquadramento, poderemos afirmar estarmos perante um mecanismo de reequilíbrio de forças no mercado económico atual, longe que este está da conceção teórica, contribuindo, se não para a defesa do mercado clássico autorregulado, pelo menos para o

equilíbrio de forças que permite que a determinação do valor resulte do vendedor e do comprador e não apenas do comprador, como até agora.

2.2. Uma Possível Visão Prospetiva

O «comércio justo», enquanto movimento organizado e estruturado como alternativa, mas ainda assim integradora da lógica e metodologia de funcionamento do mercado económico global, é um fenómeno relativamente novo. Ainda assim, e não obstante essa mesma juventude, parece ser já evidente que, enquanto mecanismo de apoio às condições de vida das populações dos países em vias de desenvolvimento, o movimento tem boa parte de um sólido caminho já feito. Não sendo totalmente conclusivos, por dificuldade de isolamento da amostra, existem já diferentes estudos que apontam para resultados positivos a nível das populações participantes. Os efeitos poderão ser verificados a diversos níveis, tais como o aumento do rendimento das famílias participantes, a melhoria genérica das condições de trabalho, a maior oferta de emprego local, a diminuição dos níveis de trabalho infantil com a criação de escolas para a formação educacional e vocacional das crianças.

Ainda que empiricamente todas as afirmações sejam de difícil comprovação científica, existem, efetivamente, mudanças a nível social que não podem deixar de ser consideradas numa reflexão sobre a temática do «comércio justo». Por um lado, na perspetiva dos países em vias de desenvolvimento, o modelo implementado pelo movimento terá permitido, que mais não seja, o exponencial aumento da capacitação educacional e tecnológica de muitos milhares de famílias, emparedadas entre a fraca resposta do mercado laboral local às exigências de subsistência dos núcleos familiares e a pobre opção de produção de pequena escala, que sem os *inputs* de desenvolvimentos técnicos, trazidos pela intervenção das organizações de comércio alternativo, pouco mais seriam do que isso mesmo – produções de pequena escala, com vista à satisfação das carências básicas das famílias produtoras. De referir também é o facto do movimento do «comércio justo» ter introduzido nas lógicas de organização local práticas de gestão democrática e transparente, onde todos, ainda que adequadamente estruturados, participam e contribuem na e para a gestão da organização que os acolhe, quer seja ela cooperativa, associativa ou de âmbito sindical.

Por outro lado, e no que respeita aos países desenvolvidos, a virtude que poderá ser atribuída, uma vez mais expugnados de dados empíricos que suportem estas perceções, às organizações do movimento do «comércio justo» é a de ter elevado a um novo nível as consciências sociais de boa parte da população, nomeadamente nos continentes europeu e americano, para a realidade social dos países em desenvolvimento.

A questão que se coloca de futuro é a de perceber se o «comércio justo», enquanto corrente alternativa de comércio que, ainda que movida e orientada por valores socialmente éticos e sustentáveis, se encontra totalmente integrada na lógica capitalista que a própria intrinsecamente recusa, será capaz de fazer um real exercício de forças com os oligopólios instalados, forçando o equilíbrio de mercado para um posicionamento mais próximo de um modelo conceptual mais democrático, ou seja, sem existência de posições dominantes; ou se, pelo contrário, adormecido no sucesso que tem vindo a alcançar na sua «esgotável» franja de mercado, perderá o ímpeto de alternativa e de mudança, caindo ao atingir o pico máximo da sua potencial «clientela» no marasmo de outras iniciativas da economia social e solidária que ainda hoje, perdido o rumo, se encontram esgotadas e ao mesmo tempo aquém de todas as potencialidades que poderiam, na verdade, ter empenhado no exercício de um possível reequilíbrio das forças a trabalhar no mercado.

O futuro assim nos dirá.

Bibliografia

FLO (Fairtrade Labeling Organization) (2010). *Growing Stronger Together. Annual Report 2009-10*. Bonn: Fairtrade Labeling Organization International.

Frers, G. (2009). "Identidade Cultural da Produção: um valor que requer consideração". *Mercado Justo*, ano III, nº 8, janeiro, pp. 6-7.

Hayes, M.; Moore, G. (2005). *The Economics of Fair Trade: A Guide in Plain English*. Online: <<http://www.udbs.dur.ac.uk/fairtraderesearch/The%20Economics%20of%20Fair%20Trade%20plain%20guide.pdf>> (referência de 16-05-2013).

Hiscox, M.J. (2007). *Fair Trade as an Approach to Managing Globalization*. Online: <http://www.princeton.edu/~smeunier/Hiscox_Fair%20Trade%20and%20Globalization.pdf> (referência de 16-05-2013).

- Maslow, A.H. (1943), "A Theory of Human Motivation". *Psychological Review*, nº 50, pp. 370-396. 109
- Polanyi, K. (2000). *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora.
- Redfern, A.; Snedker, P. (2002). *Creating Market Opportunities for Small Enterprises: Experiences of the Fair Trade Movement*. Geneva: International Labour Office.
- Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.

Os «Objetivos do Milénio» e a Reforma da ONU

Miguel Coelho*

Resumo

Os «Objetivos do Milénio» constituem um dos maiores desafios com que a Humanidade está confrontada. Retirar da pobreza extrema quase dois biliões de pessoas e conferir-lhes condições para a existência de uma vida condigna constituíram um propósito assumido por 191 países sob impulso da ONU e de um homem em particular: Kofi Annan. Perceber se esta organização está em condições de poder assumir a coordenação da implementação dos objetivos promovendo em simultâneo a reforma da ONU, reclamada por Kofi Annan como essencial para a prossecução destes objetivos, é o que se pretende com esta reflexão.

Palavras-chave: Objetivos do Milénio, Kofi Annan, direitos humanos, governança mundial

Abstract

The «Millennium Goals» are one of the greatest challenges with which Humanity is confronted. To remove from extreme poverty almost two billions of human beings and to provide them conditions for a condign human life were an assumed commitment by 191 countries under the UN impulse and, in a special way, by Kofi Annan. To understand if this organization has the conditions to assure the coordination of the accomplishment of the goals, promoting at the same time the UN reform, a Kofi Annan's proposal defined as an essential part for the accomplishment of the goals, is the purpose of this reflection.

Keywords: Millennium Goals, Kofi Annan, human rights, worldwide governance

* Doutor em Ciência Política pela ULHT

«Nós, Chefes de Estado e de Governo, reunimo-nos na Sede da Organização das Nações Unidas em Nova Iorque, entre os dias 6 e 8 de setembro de 2000, no início de um novo milénio, para reafirmar a nossa fé na Organização e na sua Carta como bases indispensáveis de um mundo mais pacífico, mais próspero e mais justo» (AGNU, 2000: 1).

Foi deste modo que 147 Chefes de Estado e de Governo e representantes de 191 países iniciaram a Declaração conjunta, preparada e discutida durante muitos meses de debate e conversações¹, declaração que definiu objetivos precisos para se alcançarem patamares aceitáveis de desenvolvimento humano, social e económico.

Estes objetivos, definidos a partir de uma constatação de situação muito negativa quanto aos índices de desenvolvimento humano da esmagadora maioria dos povos, são ainda mais objetivos ambiciosos² porque pressupõem a vontade de até 2015 se poderem registar resultados inversores desses índices, potenciadores de uma sociedade humana mais justa.

São plenamente assumidos³ pela Declaração como possíveis de alcançar se todos os Estados se comprometerem a trabalharem em conjunto para a sua prossecução, devendo a Organização das Nações Unidas desempenhar o papel indispensável de agente catalisador de novas políticas mundiais e de reunião de «toda a família humana» (AGNU, 2000: 16).

No seguimento da «Declaração do Milénio», realizaram-se sob a égide das Nações Unidas três conferências para se definirem etapas e ações concretas para a sua prossecução: (1) a Conferência da Organização Mundial do Comércio, em Doha (Qatar), em novembro de 2001, (2) a Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em 2002 na cidade mexicana de Monterey

-
1. Os debates, reuniões e conversações ocorreram em diversos pontos do planeta, sob a forma de reuniões regionais ou em encontros de carácter global, como o Fórum do Milénio, consultando governos, entidades regionais, organizações internacionais intergovernamentais e organizações não governamentais. Foi a síntese de toda esta reflexão planetária que esteve na base desta Declaração.
 2. São oito os objetivos assumidos: 1 – Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2 – Alcançar o ensino primário universal; 3 – Promover a igualdade entre os géneros e a autonomia da mulher; 4 – Reduzir a mortalidade infantil; 5 – Melhorar a saúde materna; 6 – Combater o VHI/Sida, o paludismo e outras doenças; 7 – Garantir a sustentabilidade do meio ambiente; 8 – Fomentar uma aliança mundial para o desenvolvimento.
 3. «(...) Não pouparemos esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos atualmente mais de 1000 milhões de seres humanos» (AGNU, 2000: 6).

e (3) a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentado, realizada também em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul. Estas conferências constituíram acontecimentos que indiciaram uma nítida vontade em tornar possível o cumprimento dos «Objetivos do Milénio» uma vez que nelas foram adotadas resoluções concretas, definidos números a atingir e as respetivas condições para os mesmos se realizarem.

Também nesse sentido, em 2005, as Nações Unidas realizaram a Conferência do Milénio, precisamente para se fazer uma primeira avaliação respeitante ao cumprimento das diversas metas dos objetivos definidos. O relatório do então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan⁴, constitui o mais importante documento sobre a implementação dos «Objetivos do Milénio», e não obstante o tom, porventura necessariamente otimista com que o inicia, uma análise detalhada do relatório permitirá chegar-se à conclusão de que dificilmente as metas definidas para cada um dos objetivos serão cumpridas.

Esta chamada de atenção de Kofi Annan não terá obtido resultados significativos uma vez que o seu sucessor, Ban Ki-moon, já em 2009 reconhece que, não obstante alguns progressos registados, se está a progredir de um modo muito lento⁵, circunstância que pode ser aferida para cada um dos objetivos, conforme dados prestados no sítio oficial da organização internacional.

Se esta é a realidade dos factos, importará ter em consideração a necessidade expressa na declaração sobre a implementação de uma reforma acentuada da Organização das Nações Unidas no sentido de lhe conferir uma capacidade de persuasão e intervenção mais impositiva e eficaz.

Aliás, terá sido porventura pela constatação da lenta implementação das metas definidas para cada um dos objetivos que Kofi Annan, no seu relatório à Conferência do Milénio em 2005, propôs uma ampla reforma da ONU, apresentando para tal um conjunto de propostas e medidas concretas, que mais adiante serão enunciadas.

É neste quadro global de insucesso ou de progressos demasiado tímidos e lentos – que poderão ter comprometido irremediavelmente

4. Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU entre 1 de janeiro de 1997 e 1 de janeiro de 2007, terá de ser considerado como o principal impulsionador da «Declaração do Milénio» e primeiro arauto da defesa do cumprimento das metas definidas.

5. «(...) we have been moving too slowly to meet our goals» (UN, 2009: 3).

as metas definidas para 2015 – que importará refletir sobre o papel e importância das Nações Unidas para a implementação dos mesmos.

Porém, uma questão coloca-se desde logo à partida, que é a de se perceber se os «Objetivos do Milénio» podem ser conseguidos mediante a adesão, mesmo que genuinamente sincera, de cada um dos Estados, sem a necessidade de intervenção da ONU, única organização internacional vocacionada e com capacidade potencial para a coordenação e procura de consensos a nível planetário entre os Estados, conforme sugere Adriano Moreira⁶, ou se a ONU se constitui como elemento indispensável para essa prossecução.

Desta questão de partida – e no caso de resposta que aponte para a indispensabilidade da ONU no processo – decorre uma segunda questão, que é a de se poder avaliar se a ONU estará preparada para enfrentar os desafios colocados pelas metas dos «Objetivos do Milénio», podendo deste modo exercer a sua missão coordenadora e catalisadora de consensos.

Por fim, procurar-se-á avaliar se as propostas concretas de Kofi Annan para uma reforma da ONU poderão contribuir para uma maior objetividade e eficácia da organização, recuperando-se deste modo parte dos atrasos já detetados na implementação destes objetivos.

Nesse sentido, adotou-se como estrutura de desenvolvimento deste ensaio um percurso analítico de cada uma das questões apuradas, promovendo uma análise documental à bibliografia selecionada como pertinente e ao capítulo V do relatório do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, intitulado *Strengthening the United Nations* (Annan, 2005), procurando-se no final retirar as respetivas conclusões.

Não será, contudo, possível progredir neste ensaio sem primeiramente se fazer, ainda que sucintamente, uma breve retrospectiva desta organização e o ponto da situação no cumprimento dos objetivos da «Declaração do Milénio».

6. «A ONU é um lugar onde todos os Estados se podem encontrar com todos» (Moreira, 2008: 573).

116 1. Breve Retrospectiva da ONU

Criada após o fim da II Guerra Mundial, em 1945, na sua origem estiveram o insucesso da Sociedade das Nações⁷ e a genuína vontade da preservação da paz⁸.

Naturalmente que a sua constituição consistiu um processo iniciado ainda durante o percurso da guerra que, como referido, remonta à experiência da Sociedade das Nações mas que ter-se-á consolidado quando das conversações dos líderes das três potências vencedoras⁹.

O seu documento constitutivo, a Carta das Nações Unidas, sugere a convergência, como afirma Adriano Moreira (2008: 569), de «dois legados ocidentais: o legado maquiavélico que atende ao poder e à hierarquia das potências, e o legado humanista que atende aos valores e espera a paz pelo direito»¹⁰.

Deste documento com 19 capítulos e 111 artigos, importará destacar como principais objetivos desta organização, os seguintes: (1) garantir a paz e a segurança mundial, (2) promover os Direitos Humanos, (3) fomentar o desenvolvimento económico e social das nações e (4) pôr cobro ao colonialismo, incentivando a autonomia dos povos.

Numa análise retrospectiva sobre o êxito das Nações Unidas na prossecução destes objetivos, pode-se concluir que a história da ONU é uma história de sucessos e insucessos, mas porventura também uma história de generosidade.

Na realidade, verifica-se algum consenso entre os especialistas das Relações Internacionais de que a ONU fracassou durante o período da

-
7. Para Moreira (2008: 511), «a SdN não teve um grande destino». Bertrand (2004: 34) afirma que «a partir dos anos 30, o fracasso é permanente nas questões que envolvem as grandes potências». De facto, tendo sido criada para preservar a paz, não evitou a eclosão da II Guerra Mundial.
 8. A vontade de impedir que se voltassem a repetir os horrores vividos durante a última guerra terão motivado os Estados constituintes – Estados Unidos da América, União Soviética, França, Inglaterra e a China – a genuinamente assumirem o propósito de assumirem a paz como principal fim para a organização. Importará, contudo, ter em conta que se tratava da paz dos vencedores, idealizada em Yalta.
 9. Reuniões preparatórias e Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945. De julho a agosto de 1945 realizou-se igualmente a Conferência de Potsdam, já posterior à aprovação da Carta das Nações Unidas, mas que reforçou o objetivo da cooperação «estratégica» entre as potências vencedoras.
 10. Segundo Moreira (2008: 569-570), o legado maquiavélico está espelhado no Conselho de Segurança e o legado humanista encontra acolhimento na Assembleia Geral.

«Guerra Fria»¹¹. Importa contudo, realçar que neste período, não obstante crises político-militares muito agudas¹², nunca deflagrou um conflito militar direto¹³ entre as duas superpotências, as quais, protegidas pelo seu arsenal nuclear dissuasor, transportaram para o seio das Nações Unidas uma acentuada conflitualidade diplomática, marcada por um discurso propagandístico.

Assim, poder-se-á concluir que não será totalmente correto negar à ONU uma quota-parte na responsabilidade na não eclosão deste conflito direto, quanto mais não seja apenas pela influência marginal, como definiu Adriano Moreira (2008: 572), sobre o papel da ONU nos conflitos entre as duas superpotências, que, a acontecer, teria sido inevitavelmente de proporção esmagadora, passível de pôr em causa a sobrevivência da própria Humanidade.

Igualmente será de reconhecer o papel importante que assumiu na condução dos processos de autonomia dos povos dependentes¹⁴ e a sua vontade na defesa dos Direitos Humanos, logo evidenciada em 1948 com a aprovação em Assembleia Geral da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A esta apreciação tendencialmente positiva importa contrabalançar inúmeros falhanços da organização e a sua impotência para contribuir para a resolução das três marcas distintivas da segunda metade do século XX: (1) a proliferação dos conflitos regionais, (2) o confronto entre as duas superpotências, mesmo que indireto ou através de interpostas nações, e (3) o aumento da pobreza extrema que atirou para a miséria total cerca de mil milhões de seres humanos¹⁵, em contraste com o aumento da riqueza e do desperdício dos países desenvolvidos. Isto é, a ONU não foi capaz de evitar o aumento do fosso entre países ricos e pobres, situação que potencia de um modo exponencial outras vertentes, como a saúde pública, a mortalidade infantil e materna e,

11. Evan Luard, historiador das Nações Unidas, citado por Maurice Bertrand (2004: 45), membro do corpo comum de inspeção das Nações Unidas, afirma: «Há uma razão principal (...) pela qual a ONU fracassou durante este período (...). Não era considerada (...) como um lugar onde as grandes potências ou outras negociavam».

12. Como, por exemplo, a crise dos mísseis de Cuba e a guerra da Coreia.

13. As duas superpotências defrontaram-se indiretamente em vários teatros de guerra, como na Coreia, no Vietname e em Angola.

14. Que induziu a uma descolonização que justificou a cessação das atividades de um dos seus principais órgãos, o Conselho da Tutela.

15. Cidadãos com rendimento inferior a US\$1 por dia.

118 igualmente, com consequências na área da segurança e dos Direitos Humanos.

Ora, se muitas das causas destes insucessos se devem também à incapacidade dos Estados-nação para assumirem posturas construtivas, também importa reconhecer que o sistema das Nações Unidas¹⁶, que segundo Ribeiro & Ferro (2004: 77) se caracteriza «por três traços fundamentais: a autonomia, a complementaridade e a coordenação», se revelou menos capaz de corresponder aos desafios colocados com a queda do muro de Berlim e a afirmação da globalização¹⁷. Terão sido estas as razões que levaram 191 países a comprometerem-se na construção de um mundo mais justo e solidário através da «Declaração do Milénio».

2. Os «Objetivos do Milénio»

Na Conferência do Milénio de 2005, Kofi Annan teve a oportunidade de fazer um primeiro balanço da implementação dos objetivos definidos. Registando como positivo um incremento de governos democraticamente eleitos (Annan, 2005: nº 73), ponto de partida para que possam emergir boas governanças¹⁸, e alguns progressos nas metas definidas para a luta contra a fome, pode verificar-se, por uma análise mais detalhada, que Annan considera, porém, que os progressos são parcos e sobretudo passíveis de regredirem (Annan, 2005: nº 31) porque não alicerçados num desenvolvimento sustentado¹⁹.

16. Conjunto de instituições previstas na Carta e o conjunto de todas as outras organizações que funcionam – algumas independentemente – mas sob a égide da ONU, isto é, o conjunto de todas as agências especializadas e organizações internacionais que de algum modo são reconhecidos pelos órgãos da sua estrutura organizativa.

17. Bertrand (2004: 94) rejeita este conceito de sistema da ONU; proclama mesmo «a ausência do sistema», defendendo não se verificar na maior parte das agências que dependem do Secretário-Geral nenhuma das premissas caracterizadoras de um sistema, sendo na realidade independentes umas das outras.

18. Kofi Annan associa o conceito de boa governança ao cumprimento dos objetivos à necessidade da emergência de governos democraticamente eleitos, respeitadores dos Direitos Humanos e que combatam a corrupção com eficácia.

19. Refere que, embora na Ásia oriental se tenham retirado cerca de 200 milhões de pessoas da pobreza total, continuam a persistir 700 milhões com menos de um dólar por dia, apontando igualmente que o desenvolvimento registado não foi acompanhado de medidas contra a mortalidade infantil e materna, assim como refere que o desenvolvimento implementado não teve em conta a proteção do meio ambiente (Annan, 2005: nº 31).

Manifesta, igualmente, a sua insatisfação quanto aos resultados alcançados na prossecução das metas definidas para o objetivo da luta contra as epidemias (Annan, 2005: nº 46), aos quais associa tanto a má governança local como o egoísmo dos países desenvolvidos, aliados aos interesses das multinacionais da indústria farmacêutica, considerando a situação de África como particularmente trágica (Annan, 2005: nº 73).

No que se refere ao objetivo relacionado com a preservação do meio ambiente, mais não faz do que reconhecer a insuficiência do Protocolo de Kyoto, a necessidade de se aumentarem os recursos financeiros na pesquisa de energias alternativas e realça a progressiva desertificação de solos cultiváveis, com efeitos dramáticos para as economias familiares que dependem da agricultura de subsistência, sendo África, mais uma vez, o continente martirizado (Annan, 2005: nº 58-61).

Esta primeira avaliação sobre a implementação dos «Objetivos do Milénio», mais do que um balanço, constitui um «manifesto» de Kofi Annan em defesa dos objetivos e da vontade de os alcançar. Porém, lança o primeiro alerta sobre o ritmo lento com que as metas dos objetivos vinham sendo implementadas, apontando, como já foi referido, a necessidade de se promover uma reforma das Nações Unidas para uma eficaz coordenação na sua implementação.

Kofi Annan terminou o seu mandato em 2007, tendo sido substituído pelo sul-coreano Ban Ki-moon. Este, em 2008, apresentou um novo «Relatório» (UN, 2009), que se designará daqui em diante por *Relatório 2009*, no qual se confirma o desapontamento de 2005 face ao ritmo de implementação definido nas metas de cada um dos oito objetivos²⁰.

No *Relatório 2009* apontam-se progressos para o objetivo 2 (ensino primário universal) e para o objetivo 3 (promoção da igualdade do género e *empowerment* da mulher), embora ainda distantes das metas definidas. Regista como positiva a redução da taxa da mortalidade infantil (objetivo 4).

Em relação aos objetivos associados ao desenvolvimento económico, os dados apresentados referem uma evolução muito lenta e preveem mesmo um retrocesso acentuado devido à crise económica internacional, já então emergente (UN, 2009: 4-55).

20. De acordo com Ban Ki-moon, «(...) we have been moving too slowly to meet our goals» (UN, 2009: 3).

Comparando com o relatório de 2005 apresentado por Kofi Annan, verificamos no *Relatório 2009* um agravamento no incumprimento das metas estabelecidas para o objetivo 7 (sustentabilidade do meio ambiente²¹), sendo que para os outros objetivos se registam progressos em algumas das metas e estagnação em outras. Assume particular relevância o objetivo 1, que não obstante ter alcançado para 2005 nas regiões em desenvolvimento uma redução da pobreza extrema para um quarto da sua população, face ao verificado em 1990, viu este progresso travado pela presente crise económica mundial, estimando-se para 2009 cerca de mais 55 a 90 milhões de pessoas do que o previsto em 2005 em condições de extrema pobreza (UN, 2009: 6).

Este indicador implica que também nas restantes metas relacionadas com o combate à pobreza extrema e à fome se verifiquem retrocessos significativos (UN, 2009: 7-12).

Assim sendo, poderá estar no objetivo 8 – aliança mundial para o desenvolvimento – e no sucesso da sua implementação a chave para uma mais rápida progressão de todos os outros objetivos. O *Relatório 2009* considera mesmo que, em tempos de crise económica, cumprir os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos²² será decisivo para o sucesso da Declaração, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspetos:

- cumprimento das dotações orçamentais de apoio dos países desenvolvidos aos países desenvolvidos;
- abolição das normas discriminatórias de comércio²³;
- apoio aos países em desenvolvimento no acesso aos benefícios das novas tecnologias;
- resolução de um modo justo do problema da dívida dos países em desenvolvimento;

21. Emissões de gases com efeito de estufa. Dados comparativos entre 1990 e 2006 em mil milhões de toneladas métricas: regiões desenvolvidas de 11,2 para 12,2; regiões em desenvolvimento de 6,8 para 13,8; no planeta de 21,9 para 28,7 (UN, 2009: 40-47).

22. A meta de 0,7% de ajuda para o desenvolvimento por parte dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, fixada pelas Nações Unidas e reafirmadas na Declaração, está ainda longe de ser alcançada. Em 2008, apenas a Dinamarca, Luxemburgo, Noruega, Suécia e Países Baixos atingiram este patamar (UN, 2009: 48).

23. Nomeadamente na agricultura, removendo as barreiras que os países desenvolvidos impõem à importação de produtos agrícolas provenientes dos países em desenvolvimento.

- compromisso dos governos dos países em desenvolvimento no exercício de boas práticas de governação.

Serão estes os pilares sobre os quais deverá assentar esta aliança mundial.

Uma conclusão que se poderá extrair desta breve abordagem do ponto da situação do cumprimento dos objetivos será a de que sem corretas políticas de compromisso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento não será possível alcançarem-se progressos económicos ambientais e humanitários, o que pressupõe uma franca cooperação entre Estados, para uma efetiva aliança para o desenvolvimento.

Terá sido por estas razões – já visíveis em 2005 – que Kofi Annan decidiu no relatório que apresentou avançar com um conjunto de sugestões e propostas muito precisas no sentido de propor uma reforma da ONU, decisiva para o sucesso da «Declaração do Milénio».

Será sobre as mesmas que procuraremos de seguida refletir, naturalmente tendo em conta alguma «jurisprudência» teórica que outros especialistas aduziram sobre o tema.

3. As Tentativas de Reforma

A ONU é uma organização assente na conjugação de três tipos distintos de órgãos que, de acordo com Ribeiro e Ferro (2004: 76), se designam de «órgão intergovernamental plenário, (...) órgãos intergovernamentais restritos, (...) e órgãos integrados».

Assim, a Assembleia Geral funciona como órgão intergovernamental plenário, o Conselho de Segurança, o Conselho Económico e Social e o Conselho da Tutela são intergovernamentais restritos e o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado constituem órgãos integrados²⁴.

Porém, nesta estrutura, importa ter em conta que só a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o Tribunal de Justiça Internacional são órgãos de soberania. Na verdade, o Conselho Económico e Social depende da Assembleia Geral e o Conselho da Tutela está na

24. O conceito de intergovernamental plenário e restrito prende-se com a participação da total pluralidade dos Estados-membros, no caso da Assembleia Geral, ou apenas de uma parte dos mesmos, no caso dos Conselhos de Segurança, Conselho Económico e Social e Conselho da Tutela. O conceito de órgãos integrados refere-se aos órgãos nos quais a lógica da sua composição e funcionamento não se fundamenta no princípio da representação do Estado nacional.

122 dependência do Conselho da Segurança, enquanto o Secretariado²⁵ acaba por depender de todos os outros órgãos principais (Ribeiro & Ferro, 2004).

Esta superestrutura da ONU, mais os órgãos subsidiários e comissões especializadas ou especiais que os compõem²⁶, constituem o «Sistema das Nações Unidas». Este poderá, contudo, em certos aspetos, estar desadequado às responsabilidades da organização. Maurice Bertrand (2004: 170) introduz a problemática da reforma da ONU, distinguindo entre a «pequena reforma» e a «grande reforma». A «pequena reforma» representa um conceito para caracterizar as medidas que foram sendo introduzidas para melhorar a eficácia do seu funcionamento, surgindo a «grande reforma» como conceito que implica necessariamente alterações à Carta das Nações Unidas no sentido de possibilitar uma mudança na composição do Conselho de Segurança, a implementação de novos órgãos, a alteração de poderes do Secretário-Geral e até mesmo quanto à perspectiva da constituição de um exército próprio da organização. Para este autor, apenas se verificaram pequenas reformas, uma vez que tanto os Estados Unidos como a União Soviética se mostraram desinteressados num aprofundamento das responsabilidades da ONU.

Esta posição imobilista ou avessa às mudanças referida por Bertrand terá a ver, segundo o próprio, com a valorização do conceito de segurança por parte das grandes potências, pouco interessadas em desenvolver ao nível da organização a componente económica, social e solidária para com a humanidade.

Adriano Moreira (2008: 581) confirma esta ideia ao referir que «o objetivo fundamental da Carta está definido nos capítulos VI, VII e VIII que se ocupam da solução pacífica dos conflitos», atribuindo à emergência da «Guerra Fria» a subordinação do princípio de cooperação entre as potências integrantes do Conselho de Segurança substituído pela emergência dos blocos militares (NATO e Pacto de Varsóvia).

25. Eleito pela Assembleia Geral, trata-se da estrutura de cúpula administrativa que dirige todo o corpo de funcionários e que apoia diretamente os restantes órgãos da superestrutura da ONU. O Secretário-Geral, eleito autonomamente pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Segurança, dirige o Secretariado.

26. A Carta das Nações Unidas confere tanto à Assembleia Geral como ao Conselho de Segurança a possibilidade de criarem comissões subsidiárias e ao Conselho Económico e Social a faculdade de criar comissões especiais.

Esta «perceção da diretiva é a de um mundo de Estados soberanos em que a segurança de cada um nunca será garantida pela ação coletiva de outros» (Moreira, 2008: 582) e terá permanecido até à queda do império soviético, momento em que o Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, não quis aproveitar uma proposta que, para Bertrand (2004: 143), «sob muitos aspetos era revolucionária, pois tratava-se de transformar completamente a filosofia e o papel da organização mundial». Referia-se à proposta de Mikhail Gorbatchev apresentada em setembro de 1987, de que se destaca (1) o reconhecimento da jurisdição obrigatória por parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança do Tribunal Internacional de Justiça, (2) o desenvolvimento da utilização de observadores militares e de forças de manutenção de paz, (3) sessões do Conselho de Segurança a nível ministerial, (4) a criação de uma Agência Mundial do Espaço, (5) o estabelecimento de um sistema completo de segurança internacional e (6) a reestruturação do sistema monetário internacional.

De facto, os países ocidentais terão perdido uma boa oportunidade de iniciar – numa década marcada por um acentuado otimismo decorrente da abertura a leste – uma reforma estruturante da organização.

O agravamento da pobreza em vastas áreas do planeta, a progressiva deterioração do meio ambiente, a emergência de conflitos regionais, a não observação dos direitos humanos por parte de muitos governos e o surgimento de um novo tipo de terrorismo, sustentado pelo fanatismo religioso, poderão ter contribuído para uma tomada de perceção sobre a gravidade da situação por parte de uma esmagadora maioria de países, que poderá ter justificado a «Declaração do Milénio».

4. A «Declaração do Milénio» e a Reforma da ONU

Tanto o capítulo V («Direitos Humanos, Democracia e Boa Governação») como o capítulo VIII («Reforçar as Nações Unidas») da «Declaração do Milénio» sugerem um papel decisivo para a organização de modo a conseguir-se a prossecução dos oito objetivos e respetivas metas.

De facto, sem boa governação, sem direitos humanos e sem democracia não será possível registar-se progresso social, pelo que se apela de um modo natural para a importância que a ONU terá de ter na coordenação de esforços para a «luta pelo desenvolvimento de todos

os povos do mundo; a luta contra a pobreza, a ignorância e a doença; a luta contra a injustiça; a luta contra a violência, o terror e o crime; a luta contra a degradação e destruição do nosso planeta» (AGNU, 2000: 14).

Este reconhecimento por parte dos 147 Chefes de Estado e 191 países subscritores da «Declaração do Milénio» reforça o entendimento de que o propósito de cumprir com os objetivos definidos só poderá ter um êxito completo se, de facto, a ONU assumir um papel catalisador e coordenador na sua implementação. Mas este papel, implicitamente assumido no capítulo V da Declaração, torna-se explícito no capítulo VIII, onde se manifesta logo à cabeça o propósito de reforçar o papel central da Assembleia Geral e a vontade em se alcançarem reformas amplas no Conselho de Segurança, no Conselho Económico e Social e «reforçar o Tribunal de Justiça, de modo a que a justiça e o primado do direito prevaleçam nos assuntos internacionais» (AGNU, 2000: 15).

No conjunto, são propostas que tenderão a reforçar o legado humanista desta organização, já referenciado por Moreira (2008).

Mas esse legado estará ainda distante de se reforçar. Com efeito, uma constatação que se pode retirar da análise aos dados referentes ao ponto de situação em cada um dos objetivos no *Relatório 2009* é a de que não se verifica uma evolução uniforme para cada um deles nas diversas regiões do planeta²⁷, quer nos objetivos de maior pendor económico, quer nos objetivos de pendor social.

Assim, no que se refere à sustentabilidade do meio ambiente, a meta respeitante à emissão dos gases com efeito de estufa evidencia igualmente uma evolução muito diferenciada entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. Aliás, também o nível de cumprimento dos países ricos no que se refere ao apoio ao desenvolvimento, longe de estar próximo da meta fixada pelas Nações Unidas de 0,7% do rendimento bruto de cada Estado, ficou-se pelos 0,3%, sendo que somente um punhado de nações alcançou a meta de 0,7% (*Informe 2009*, 2009: 48), o que, igualmente, pressupõe por parte destes Estados estratégias diferenciadas.

27. Nos objetivos de natureza económica, verifica-se que na África subsariana e na Ásia meridional espera-se que tanto o número de pobres como a taxa de pobreza aumente ainda mais, enquanto que na Ásia oriental a referida taxa decaiu acentuadamente. Na África subsariana, em 2005, registavam-se mais de 100 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza face a 1990. Na China, reduziram-se em 475 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza (UN, 2009: 7).

Por outro lado, importa destacar que os assinaláveis progressos registados nos países em desenvolvimento quanto ao objetivo de procurar alcançar o ensino primário universal²⁸ ou quanto ao objetivo da redução da mortalidade infantil²⁹ se verificaram em áreas que são objeto de uma intervenção específica de organizações internacionais não governamentais coordenadas por organismos da ONU, como são os casos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) ou a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Verificou-se, deste modo, que a dimensão dos avanços e recuos na prossecução dos «Objetivos do Milênio» poderão depender da natureza da responsabilidade dos agentes interventores na sua implementação, registando-se uma tendência para melhores resultados naqueles que não dependem do livre arbítrio de cada um dos Estados nacionais.

Kofi Annan, no seu *Relatório* de 2005, reconheceu esse «imperativo da ação coletiva» e, interligando este princípio ao imperativo da paz mundial, respeito dos direitos humanos, democracia e boa governança, propôs ao mundo um conjunto de linhas mestras para uma reforma realista³⁰ que, a implementar-se, comportaria alterações significativas na ONU.

Essas propostas ainda não foram recuperadas, até ao presente, pelo seu sucessor.

5. A Reforma Proposta por Kofi Annan

Do ponto de vista global, o então Secretário-Geral das Nações Unidas defendeu uma efetiva parceria mundial para o desenvolvimento, apresentando dois tipos de sugestões: uma para os países em desenvolvimento e outra para os países desenvolvidos.

28. No conjunto dos países em desenvolvimento, incluindo as regiões continentais mais deprimidas como a África subsariana, verificou-se um aumento significativo da taxa de alunos matriculados. Nesta região de África, a taxa aumentou entre 2000 e 2007, 15 pontos e no conjunto do planeta observamos uma evolução positiva para o mesmo período de 83% para 88% (UN, 2009: 14-15).

29. Em 1990, verificava-se nos países em desenvolvimento uma taxa de mortalidade de 93 crianças por cada mil e em 2007 essa taxa passou para 67 por mil, números significativamente ainda muito distantes das 6 por mil registados para as regiões desenvolvidas (UN, 2009: 24).

30. Kofi Annan seguramente não terá deixado de considerar nesta sua proposta a importância e o papel das grandes potências no equilíbrio mundial.

Assim, aos primeiros, sugeriu mais democracia, respeito pelos direitos humanos e boas práticas de governo, acompanhadas de políticas de apoio à educação, ao empreendedorismo e que combatessem o espírito de «subsídio-dependência».

Aos países desenvolvidos, sugeriu que tomassem medidas que apressassem o objetivo de atingirem a meta de 0,7% de transferências orçamentais para apoio ao desenvolvimento e que adotassem medidas mais justas no que se referia ao comércio internacional.

Além disso, enquadrou África num plano especial de apoio, tendo defendido uma «revolução verde» para o continente africano e assumido que a organização devia ter como objetivo encontrar respostas para a segurança coletiva de todos os Estados, face às ameaças do novo tipo de terrorismo, para a delinquência organizada e controlo das armas de destruição maciça (Annan, 2005).

Perante estas exigências, Kofi Annan reconheceu, logo no início do capítulo V deste seu relatório – aquele que dedicou à reforma da ONU –, as fragilidades da estrutura organizativa para a sua prossecução, pois, em seu entender, verificava-se uma escassa capacidade de exercício da autoridade da administração das Nações Unidas na implementação dos objetivos aprovados pelos Estados-membros.

Por essa razão, as propostas que apresentou foram, na sua componente mais significativa, de natureza política³¹ e serão essas que, neste artigo, importa analisar.

No que respeita ao funcionamento da Assembleia Geral, foram lançadas propostas de algum conteúdo genérico³², sem consequências práticas, a par de uma que consideramos como relevante, que é a de afirmar que compete à Assembleia Geral debater as principais questões de fundo, como as migrações e o terrorismo.

No entanto, se esta proposta é relevante, a mesma poder-se-á tornar inconsequente se não se proceder a uma significativa alteração do

31. São também propostas de configuração da Carta com situações de facto, como por exemplo retirar da Carta a referência ao Conselho da Tutela, órgão que historicamente já terá cumprido a sua missão, ou eliminar as referências ao Comité do Estado Maior, estrutura prevista na Carta como de apoio ao Conselho de Segurança, que teria à sua disposição «forças armadas fornecidas pelos Estados membros» (Moreira, 2008: 581), mas que foi inviabilizada pela emergência dos blocos militares.

32. «(...) and establish mechanisms enabling it to engage fully and systematically with civil society» (Annan, 2005).

conteúdo do art.º 12º da Carta das Nações Unidas, que estabelece o primado do Conselho de Segurança sobre a Assembleia Geral³³.

O Conselho de Segurança mereceu da parte do então Secretário-Geral uma abordagem cautelosa, porventura ciente do peso de alguns dos Estados que o integram. Contudo, Kofi Annan apresentou um conjunto de ideias que, a implementar-se, poderia alterar o seu perfil atual.

Assim, propôs uma maior representatividade para o Conselho, que deveria abrir o seu processo de decisão aos países mais representativos e que mais têm contribuído para a organização em apoio financeiro, em apoio diplomático e participado nas operações de paz e segurança sob mandato das Nações Unidas³⁴, assumindo concretamente a necessidade de nele terem assento países representativos das regiões em desenvolvimento.

Se estas propostas relativamente ao Conselho de Segurança poderiam, para além do seu alargamento, ser consideradas de alcance limitado, uma vez que não abordavam a questão do direito de veto, porventura explicadas por algum realismo político, Annan fez duas propostas concretas que, a serem implementadas, representariam uma efetiva diminuição dos poderes deste Conselho, já que se tratava de propostas que poderiam assumir um conteúdo supranacional³⁵, designadamente a proposta de constituição do Conselho dos Direitos Humanos e a proposta para uma «governança mundial do meio ambiente», temática muito pertinente na atualidade face ao insucesso da Cimeira de Copenhaga (2009).

Quanto à proposta de constituição do Conselho dos Direitos Humanos, direitos que considera terem tanta importância como as questões de desenvolvimento e segurança, defendeu o seu caráter permanente e de número reduzido na sua composição, perante o qual os Estados-membros estariam obrigados a acatar as suas decisões.

33. Embora a resolução RES/377 (V) 50, de 1950, possibilite, em casos de grave ameaça à paz e segurança mundial, a avocação de alguns destes temas pela Assembleia Geral, equilibrando deste modo a balança do poder entre esta e o Conselho de Segurança, a Carta é o documento constitucional da ONU pelo que, enquanto se mantiver inalterado o seu artigo 12º, verifica-se o primado do Conselho de Segurança.

34. The Security Council must be broadly representative of the realities of power in today's world» (Annan, 2005).

35. A ONU é uma organização intergovernamental, de livre adesão dos Estados-membros, funcionando, de princípio, na lógica de um voto por cada Estado. Apenas o Tribunal de Justiça poderá ter características de estrutura supranacional.

Para a «governança mundial do meio ambiente», que justifica face à ampla gama de questões que abrange e à complexidade dos mais de 400 acordos multilaterais, propõe uma estrutura mais integrada com poderes para estabelecer normas e supervisionar o seu cumprimento.

Estas duas propostas, que não tiveram qualquer tipo de resposta estimulante pelo conjunto dos Estados membros, mais vocacionados para o alargamento da sua soberania do que para a sua partilha, poderão vir a fazer o seu caminho, tendo em conta a evolução de recentes acontecimentos, tendencialmente negativos para o conjunto da Humanidade³⁶.

A «semente» está lançada.

Conclusões

Como afirma José Filipe Pinto (2009: 89), «parece chegado o tempo de compreender que a problemática da conjuntura atual resulta da interligação de fenómenos que têm sido encarados, erradamente, como separados». Esta citação de uma afirmação contextualizada no âmbito das relações Norte-Sul³⁷ reforçará a resposta que se foi apurando ao longo desta reflexão e que Kofi Annan evidenciou implicitamente no seu relatório, no sentido de se poder concluir que as metas dos «Objetivos do Milénio» dificilmente poderão ser alcançadas se estiver consignada a sua aplicação ao livre arbítrio de cada um dos Estados.

Na verdade, a «Declaração do Milénio» de setembro de 2000 terá constituído um momento alto de lucidez na perceção da interligação e dependência dos fenómenos e dos riscos que ameaçavam e ameaçam a Humanidade. Só que o posterior empenho dos Estados poderá não ter estado à altura dessa manifestação de bom senso e, por isso, recuperar as metas definidas, implementar os 8 objetivos, só será possível sob a coordenação da ONU.

Tanto a análise do «Relatório» de Kofi Annan de 2005 como do *Relatório 2009* permitem observar que nos objetivos em que se verificam

36. Retrocesso nas questões ambientais; não observância dos direitos humanos na nação mais populosa do planeta; consequências de agravamento de conflitos e emergência de novos conflitos de proporções catastróficas, como seria o caso de um conflito nuclear entre a Índia e o Paquistão; emergência afirmativa do terrorismo fanático de base religiosa e sua conflitualidade com direitos fundamentais.

37. O debate entre os países desenvolvidos – Norte –, porque na sua esmagadora maioria situados geograficamente no hemisfério Norte, e os países em desenvolvimento – Sul – constitui o debate dialético de maior profundidade no seio da Assembleia Geral.

uma maior presença de coordenação de organizações dependentes da ONU os resultados foram melhores do que naqueles cuja implementação depende da boa vontade dos Estados-membros.

Ora, tal poderá induzir à conclusão de que, num mero ponto de vista técnico e operacional, não será por falta de eficácia organizativa estrutural que a ONU não cumprirá a sua função.

Mas se assim for, encontraram-se acentuadas dificuldades ao nível da eficácia política da organização, comprovada pela sua incapacidade de induzir os Estados-membros a cumprirem com os seus próprios compromissos, com evidentes responsabilidades na concretização dos objetivos de conteúdo económico e na observação da paz, direitos humanos, democracia e boa governança.

Serão estas as razões que permitirão retirar a conclusão de que a ONU não se encontra totalmente preparada para responder aos desafios políticos de grande envergadura e, no seu conjunto, os «Objetivos do Milénio» são um deles.

Como se constatou, Kofi Annan foi realista na proposta que apresentou. Não terá sido aparentemente a grande reforma, segundo o conceito de Bertrand (2004), mas a mesma apresentava potencialidades para se vir a transformar numa reforma grande.

Estas suas propostas, se encaradas numa perspetiva funcionalista, isto é, gradualista, poderiam originar acentuadas mudanças no perfil da própria organização, pois o Conselho dos Direitos Humanos e a «governança mundial do meio ambiente» – se fossem ambos constituídos – poderiam mudar o paradigma da organização e porventura propiciarem condições para uma posterior reconsideração da problemática do direito de veto no Conselho de Segurança e abrir mesmo a porta para a admissibilidade da constituição de um exército onusiano.

No que respeita à questão de se apurar se estas propostas poderão contribuir para uma maior eficácia da ONU na prossecução dos «Objetivos do Milénio», conclui-se por uma resposta afirmativa, caso sejam valorizadas as propostas de conteúdo enquadrador já referenciadas, nomeadamente as duas sugestões que faz aos países em desenvolvimento e aos países desenvolvidos e a exigência na observação dos direitos humanos, de mais e melhor democracia e boas práticas de governança.

Se estas duas sugestões poderão constituir a «armadura» que enquadre uma grande reforma, as propostas concretas que sugeriu terão sido, igualmente, relevantes.

De facto, embora Kofi Annan tenha evitado referir-se à própria forma de eleição do Secretário-Geral³⁸, cuja eficácia sairia reforçada se eleito na Assembleia Geral sem a obrigatoriedade de ter de ser proposto pelo Conselho de Segurança, porventura para evitar algum tipo de melindre, as suas ideias inovadoras de criação do Conselho dos Direitos Humanos e de «governança mundial do meio ambiente» poderão vir a fazer um percurso de sucesso.

Por esclarecer permanece a questão política de fundo, que é a de se encontrarem respostas no sentido de uma maior participação de todos os Estados-membros na formatação das decisões da ONU e a melhor forma para a obtenção de políticas indutoras de maior coesão internacional, problemática que, no entanto, parece justificar uma reflexão autónoma.

Bibliografia

AGNU (2000). *Declaração do Milénio. Resolução A/RES/55/2 8 de setembro de 2000*. Lisboa: United Nations Information Centre.

Annan, K. (2005). *In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All. Report of the Secretary-General*. Online: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/gaA.59.2005_En.pdf> (referência de 23-06-2013).

Bertrand, M. (2004). *O Essencial Sobre a ONU*. Lisboa: Bizâncio.

Moreira, A. (2008). *Teoria das Relações Internacionais*. 6ª ed. Coimbra: Almedina.

Pinto, J.F. (2009). *Estratégias Da ou Para a Lusofonia? O Futuro da Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio.

Ribeiro, M.A.; Ferro, M. (2004). *A Organização das Nações Unidas*. 2ª ed. Coimbra: Almedina.

38. Eleito pela Assembleia Geral por maioria de dois terços, sob proposta do Conselho de Segurança, pode, segundo o art.º 99º da Carta, «chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que em sua opinião possa ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacionais» (UN, 1945: 159). Trata-se da única competência política explícita que possui. Tem igualmente funções de representação e diplomáticas. Terá sido o perfil de atuação no terreno de alguns dos secretários-gerais da organização que terá moldado a dimensão política deste cargo para patamares superiores aos consignados na Carta das Nações Unidas.

- UN (1945). "Carta da Organização das Nações Unidas". In: P. Escarameia, *Colectânea de Leis de Direito Internacional*. 3ª ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003, pp. 135-178. 131
- UN (2009). *The Millennium Development Goals. Report 2009*. New York: United Nations.
- UN (2010). *The Millennium Development Goals. Report 2010*. New York: United Nations.

A Construção da União Europeia: Um Olhar Sobre a Dimensão Social do Projeto

José Ampagatubó*

Resumo

O Tratado de Roma de 1957 priorizou o setor económico em detrimento do social. Em consequência, cada Estado-membro manteve o seu modelo de assistência social e, deste modo, a diversidade de Estados-providência.

Mais tarde, o princípio da subsidiariedade legitimou-os no contexto do processo da construção da Comunidade Económica/União Europeia e, por conseguinte, a coexistência dos mesmos, particularmente dos que mais se destacaram nessa dinâmica. Citem-se essencialmente os submodelos de assistência social escandinavo, anglo-saxónico, continental e dos países da Europa do sul.

Hoje, graças ao Ato Único Europeu e ao Tratado de Amesterdão de 1997, foi adotada por todos os Estados-membros a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais no Conselho de Estrasburgo de 1989, assim como valorizada a dimensão social e o incentivo à negociação coletiva entre parceiros, respetivamente.

Assim sendo, e na sequência do exposto anteriormente, constata-se, nessa nova Europa em transformação permanente, a emergência de um novo modelo de Estado-providência, centrado essencialmente na compilação, complementaridade e/ou «fusão» do que existe de melhor no conjunto dos quatro submodelos existentes, de acordo com o princípio da unidade a partir da diversidade.

Palavras-chave: modelo, social, providência

* Professor do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT

134 *Abstract*

The Treaty of Rome in 1957 prioritized the economic sector to the detriment of the societal one. As a result, each member state retained its social model and thus the diversity of welfare states.

Later, the principle of subsidiarity legitimized them in the context of the construction of the Economic Community/European Union and therefore the coexistence of them, particularly those who stood out in this dynamic. They include essentially the Scandinavian, Anglo-Saxon, continental and southern Europe countries welfare submodels.

Today, thanks to the Single European Act and the Treaty of Amsterdam of 1997 all European member states adopted the Charter of Fundamental Social Rights in Strasbourg Council of 1989, as well as valued the social dimension and the encouragement of collective bargaining between partners, respectively.

Thus, it appears, in this new permanent transformation in Europe, the emergence of a new model of welfare state, centered mainly in the compilation, complementarity and/or «fusion» of what is best in all the four submodels, in accordance with the principle of unity from diversity.

Keywords: model, social, welfare

Na segunda metade do século XIX, mas principalmente na vigência da vigésima centúria, as organizações não-governamentais começaram a consciencializar-se sobre os problemas sociais no continente europeu (Burns, 1995; Blaug, 1989).

A justificação tem a ver, fundamentalmente, com as convoluções sociais que ocorreram durante aquele período, no contexto do processo da industrialização da economia inglesa e da Europa em geral (Dobb, 1977; Blaug, 1989).

Refere-se, fundamentalmente, a emergência do capitalismo em Inglaterra, fenómeno que vai «revolucionar» e, simultaneamente, reestruturar a forma de produção feudal e toda a organização social, económica e política a ela associada, e a conseqüente divisão da sociedade em classes, nomeadamente entre proprietários e não proprietários, a par do êxodo rural, do enfraquecimento de todos os laços familiares então existentes, assim como da valorização do capital (Hobsbawm, 2003; Blaug, 1989).

Nesta perspetiva, e de acordo com o acima exposto, tanto as estruturas da produção como o próprio capital tornaram-se «sinónimos» e/ou símbolos do poder neste período, com conseqüente privação dos direitos dos trabalhadores, a separação entre trabalho e capital, assim como o aumento do desemprego (Dobb, 1977; Burns, 1995).

Foi precisamente no contexto destas mudanças socioeconómicas e políticas na Inglaterra e na Europa em geral, que Karl Marx se baseou para criticar o sistema capitalista em consolidação no continente europeu (Dobb, 1977; Sweezy, 1976). O mesmo se pode dizer em relação ao papel da Igreja Católica em relação aos desprotegidos daquele tempo, ao criar instituições de solidariedade social e, dessa forma, diminuindo a miséria e a pobreza das populações e dos trabalhadores em particular (Taylor, 1990).

De facto, apesar de a Inglaterra ter recorrido à estratégia de «exportar» toda a população «indesejável» naquele país para outros destinos, nomeadamente a Austrália, os Estados Unidos, o Canadá e as suas ex-colónias em África, já nessa altura se discutia também a legislação protetora dos pobres, assim como o encorajamento das famílias numerosas, com a garantia de assistência do Estado (Murteira, 1983; Taylor, 1990). Foi o caso da doutrina de Goodwin (Murteira, 1983; Taylor, 1990), que nessa altura reclamava a abolição da propriedade privada como forma de diminuir o fosso social entre proprietários e não

proprietários e, dessa forma, de aumentar o bem-estar social para todos os ingleses e europeus em geral.

Trata-se da emergência do espírito da solidariedade a favor dos mais pobres em Inglaterra e na Europa em geral e, como consequência desse facto, de uma luta permanente contra qualquer discriminação social e exploração do ser humano.

A esta «guerra» contra a miséria e a desigualdade social em Inglaterra e na Europa, travada pela ação assistencial da Igreja Católica, associa-se também o mutualismo francês e o associativismo sindical inglês, possibilitando o início da implementação da política da consciencialização dos poderes governamentais de então para a necessidade de se enveredar e investir na previdência social, baseada na justiça e na política de inclusão de todos os estratos e segmentos menos favorecidos das sociedades europeias (Burns, 1995).

Assim sendo, e de acordo com o acima exposto, as políticas sociais em referência só começaram a ganhar uma nova dinâmica e um novo impulso na Europa depois dos dois conflitos mundiais ocorridos no século passado (uma guerra praticamente intraeuropeia), sobretudo na última, no quadro da implementação da política do Estado-providência nos países da Europa ocidental, mas principalmente em Inglaterra (Burns, 1995).

Tratava-se de tentativas de criar e simultaneamente de consolidar o sistema da segurança social generalizado no continente europeu e, desse modo, evitar as catástrofes sociais, assim como o surgimento de qualquer tipo de revolução social que pudesse perigar a afirmação do sistema capitalista na Europa, tal como defendera Karl Marx (Gramsci, 1966).

O mesmo se pode dizer em relação à política de mobilidade social implementada naquele continente, sobretudo a partir do século passado, que desfez a bipolarização das sociedades em duas classes na Europa (pobres e ricos) em vigor até aos inícios do século XX.

É um facto que a Europa no seu todo sempre foi – e continua ser – plural, particularmente a sua parte ocidental, berço-fundador da Comunidade Económica/União Europeia (CE/EU): a Europa ocidental teve a sua história e a Leste também outra. Assim foi considerada por muitos historiadores e cientistas sociais (Russ, 2001).

Essa pluralidade e diferenciação no seio dos países que constituem a atual União Europeia condicionou a criação de um sistema social europeu reconhecido por todos, no contexto do projeto Comunidade

Económica/União Europeia; pois cada Estado-membro tinha e continua a ter as suas próprias políticas da assistência e da segurança social.

Anthony Giddens (2007: 12) comunga desta perspetiva quando refere que «tem estado a decorrer um contínuo e rigoroso debate sobre se o modelo social europeu confere vantagens competitivas ou se, pelo contrário, não passa de um *handicap* económico. Há de fato muitos modelos sociais europeus, e alguns são mais eficazes que outros. Os exemplos mostram que os países que conseguiram efetuar reformas tiveram sucesso no mercado global têm conseguido altos níveis de justiça social». Mais: sabe-se que o social, normalmente, não dá lucros a curto prazo e, como tal, não corresponde à lógica nem das empresas, baseada na maximização dos seus proveitos (lucros), nem, em consequência, do próprio sistema capitalista.

Assim sendo, e na sequência do exposto, aquando da criação do projeto da Comunidade Económica/União Europeia, o problema da assistência e da segurança social, as preocupações com as condições de higiene nos locais de trabalho, assim como a defesa da existência dos representantes ou delegados dos trabalhadores nas empresas etc., foram assuntos secundarizados e, por conseguinte, cada Estado-membro, considerado individualmente, continuou com essa responsabilidade social.

Com efeito, estas práticas relativas a proteção social, embora continuem a prevalecer em todos os Estados-membros, demonstram hoje alguns sinais de profunda crise dada a atualidade conjuntural, sinais esses resultantes, essencialmente, da emergência de um mundo pós-«Guerra Fria», isto é, da era da globalização.

Esta crise, assim como o problema da assistência social, particularmente as divergências ideológicas no seio dos Estados-membros, têm condicionado a adoção de determinadas práticas conducentes à implementação – efetiva – de um modelo social europeu que favoreça a política do bem-estar de todos os cidadãos e a população civil em particular, no contexto do processo da construção de uma nova Europa pós-«Guerra Fria».

Na verdade, por razões que têm a ver com a promoção do setor económico aquando da criação da Comunidade Económica/União Europeia, as preocupações relativas aos problemas sociais, assim como ao Estado-providência, foram relegadas para o segundo plano em nome da prosperidade daquele setor.

As consequências do que acima é exposto traduziram-se nas dificuldades de afirmação do modelo do Estado-providência europeu, reconhecido por todos os Estados-membros, principalmente por aqueles que dão menor importância ao social no contexto do processo global da construção da nova Europa.

Jacques Delors (2004: 293) partilha desta perspetiva ao defender que, «ao fim de mais de trinta anos, o tema da dimensão social é um dos mais abordados, tanto nas discussões políticas sobre a Europa como nos projetos apresentados. Mas a necessidade de inserir essa dimensão na construção europeia, bem como nos respetivos limites, resultantes das condicionantes históricas que acompanharam o Tratado de Roma, tem também de ser analisada face ao interesse de cada país em controlar diretamente as suas políticas sociais». A este mesmo respeito, o mesmo Delors (2004: 293) acrescentava que, «nessa época, a principal ambição dos seis países fundadores era a construção de um espaço de paz e de prosperidade, assente na cooperação política e económica. A legislação europeia ordenava-se então em torno de um objetivo: o mercado comum».

Os únicos sinais encorajadores a favor de uma mudança de mentalidade no contexto do projeto da Comunidade Económica/União Europeia em prol da promoção do setor social apareceram com a chamada de atenção de Willy Brandt para a necessidade dos Estados-membros se consciencializarem da importância da adoção de uma política comum na área social, para o bem-estar de todos os cidadãos daqueles países (Landuyt, 2002a). A este propósito, Ariane Landuyt (2002a: 14) destaca que, «en effet, les Traités de Rome de 1957 qui établissaient le Marché commun ne prévoyaient aucune indication au sujet de la dimension sociale. C'est seulement lors du Sommet de La Haye en 1969 que la Communauté européenne commence à prendre conscience de la nécessité d'une politique sociale européenne. C'est un personnage comme le Chancelier allemand Willy Brandt qui, à cette occasion, souligne avec vigueur la nécessité d'une vraie politique sociale de la Communauté».

Trata-se de uma atitude do pragmatismo político que tinha – e tem – como objetivo fundamental fazer com que todos os Estados-membros de então assumissem coletivamente o compromisso de valorizar o setor social e, em consequência, de proteger os trabalhadores europeus no contexto da Comunidade Económica/União Europeia.

Essa chamada de atenção por parte Willy Brandt, nos finais da década de 60 do século XX, prende-se fundamentalmente com a dinâmica então em voga na Europa, impulsionada, particularmente, pelas organizações sindicais; dinâmica essa que favoreceu as suas propostas de harmonização da legislação nesse setor e, nessa medida, possibilitando e facilitando a circulação e/ou mobilidade dos trabalhadores europeus dentro deste espaço em construção permanente.

Foi graças a este período favorável à atividade sindical na Europa e à atitude de Willy Brandt que, com o passar do tempo, foram reunidas as condições materiais e psicológicas para que, desta forma, se desse um passo em frente em matéria da política social, com a criação do Fundo Social Europeu, particularmente aquando da aprovação do Ato Único pelo conjunto dos Estados-membros (Landuyt, 2002a).

A este propósito, Jacques Delors (2004: 294-295) refere que «sim, um fundo social e mais tarde, em 1975, um fundo regional. O seu impacto, embora com algum significado, foi muito limitado enquanto não surgiram o Ato Único e o Pacote Delors I que introduziram um novo conceito central: a coesão económica e social (...). Só com o aparecimento do Ato Único, foi possível abrir caminho à elaboração de uma legislação europeia em matéria de higiene, saúde e segurança laboral, legislação essa que reconheceu o diálogo social como via privilegiada para a construção da Europa, e graças à qual as políticas de coesão económica e social beneficiaram de recursos financeiros suficientes para alcançar resultados positivos».

A pressão dos sindicatos em referência resumia-se, essencialmente, à resolução do problema do desemprego na Europa que, nos anos 70, ameaçava uma boa parte dos trabalhadores europeus e, em consequência deste facto, o mal-estar de todos os cidadãos do continente, em particular os dos Estados-membros da então Comunidade Económica Europeia (Delors, 2004).

Todavia, apesar da referida pressão sindical, a adoção de um modelo social europeu no contexto do espaço Comunidade Económica/ União Europeia continuou a ter dificuldades de afirmação perante as prioridades económicas que o projeto de transformação e construção da nova Europa dava e continua a atribuir a este setor. De facto, os Estados-membros, na sua totalidade, continuam a remeter todas as responsabilidades sociais para o interior de cada um deles, com a justificação de que são diferentes uns dos outros e que, como tal, cada um

sabe atuar melhor neste setor de acordo com o princípio da subsidiariedade. A este respeito, importa frisar que o princípio da subsidiariedade defende a ideia da não transferência das atividades que cada Estado-membro pode realizar, individualmente, para o interior da União Europeia, contribuindo desta forma para a confirmação e a justificação da centralização das atividades da assistência social no contexto de cada Estado-membro (Delors, 2004).

Porém, apesar dos condicionalismos acima mencionados, a ideia sobre o modelo social europeu foi progressivamente ganhando força, de acordo com a conjuntura interna da Comunidade Económica/União Europeia, no quadro da política de criar *step-by-step* as bases sólidas e seguras para a consolidação do processo de transformação e de construção da Europa pós-Segunda Guerra Mundial.

Foi o que aconteceu no último quartel do século XX, mais precisamente a partir de 1987, quando este problema ganhou outro impulso com a entrada em vigor do Ato Único Europeu, o qual veio facilitar a eliminação de alguns dos obstáculos que impediam que os Estados-membros resolvessem os problemas sociais, tais como os da redução do horário do trabalho para 35 horas semanais, os problemas da emigração nesse espaço, assim como da assistência médica e medicamentosa aos trabalhadores nos respetivos locais do trabalho. A este propósito, Ariane Landuyt (2002a: 18) sustenta que «la préoccupation sociale prend une certaine ampleur au sein de la Communauté européenne depuis les années quatre-vingt dix. La première étape de ce processus a été l'Acte Unique qui est entré en vigueur le 1 juillet 1987 et qui a éliminé certains freins institutionnels et politiques. Par l'Acte unique on rajoutait officiellement aux Traités de nouveaux secteurs d'activité. Entre autres le Fond européen de développement régional qui était jusqu'alors confié aux règlements communautaires, la politique de l'environnement, la politique de la recherche et de la technologie, et enfin, ce qui nous intéresse, la politique sociale».

Na sequência do acima exposto, essa dinâmica foi evoluindo progressivamente a favor dos problemas sociais, particularmente dos trabalhadores europeus no contexto dos Estados-membros, culminando na aprovação em Estrasburgo da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, em 1989 (Capucha, 2004).

O mesmo se pode dizer em relação ao Tratado de Amesterdão, de 1997, que, ao privilegiar e/ou priorizar a valorização da dimensão

social no âmbito do processo da construção da Comunidade Económica/União Europeia, contribuiu em larga medida para a resolução dos problemas sociais então existentes, nomeadamente no que diz respeito ao desemprego. A este respeito, escreveu Jacques Delors (2004: 297) que, «depois da minha saída da Comissão, a presidência de uma elevada taxa de desemprego levou os Estados-membros a inscreverem no Tratado de Amesterdão, em 1997, um capítulo específico sobre o emprego. Na altura, diversos governos, entre os quais o governo francês, trabalharam nesse sentido. Esse avanço tomou forma durante o processo conhecido como “do Luxemburgo”, graças à ativa presidência do primeiro-ministro Jean-Claude Juncker. Nessa sequência, foram definidas “linhas sobre o emprego” ao nível europeu, que fixaram as orientações a que deviam obedecer os Estados-membros e os procedimentos de avaliação dos respetivos resultados, sempre com a colaboração dos parceiros sociais».

Lúis Capucha (2004: 171) partilha desta perspetiva quando defende que «o processo do Luxemburgo, na sequência da relevância que o capítulo emprego ganhou com o Tratado de Amesterdão, deu a essa problemática uma nova visibilidade e uma importância muito reforçada na ação política no seio da União e na implementação de medidas junto dos cidadãos europeus (...). De alguma forma, o processo do Luxemburgo foi um ponto de viragem no contexto europeu de passagem das palavras aos atos na afirmação de uma intervenção coordenada, sistemática e estruturada, colocando decisivamente a questão do emprego como eixo nuclear da estratégia de construção europeia».

Nesta atitude a favor das políticas sociais, destaca-se aqui o papel do próprio Jacques Delors, ex-presidente da Comissão Europeia, ao defender sempre a valorização da dimensão social na expansão e consolidação do mercado único europeu e, conseqüentemente, ao reduzir o desemprego nessa Europa da Comunidade Económica/União Europeia (Capucha, 2004).

Assim sendo, e de acordo com o que acima ficou dito, pode dizer-se que apesar desse avanço considerável a favor do social, constata-se ainda hoje que, em termos globais, a evolução do processo da construção da União Europeia não tem correspondido, cabalmente, às expectativas dos cidadãos europeus no que diz respeito à necessária implementação e dinamização das políticas da assistência social e, por conseguinte, à criação de um Estado-providência aceite por todos.

Com efeito, as políticas em favor do social que ainda se observam nos Estados-membros, no contexto da União Europeia, resultaram maioritariamente das consequências do antigo mundo bipolar (o período da «Guerra Fria») entre o Ocidente e o Leste europeu.

E foi precisamente por este motivo que, quando esta bipolaridade mundial terminou, com a queda do muro de Berlim em 1989, a instituição «supranacional» europeia não estava preparada para reagir, suficientemente, à nova realidade pós-«Guerra Fria», com o consequente avolumar dos problemas da assistência social no seio daquela União, isto é, o adiamento *sine die* da resolução do problema do Estado-providência de acordo com os valores fundamentais da União.

Assim sendo, e na perspetiva de retificar o *statu quo*, a União Europeia precisa de se redefinir nessa nova realidade pós-«Guerra Fria», se quiser ter um modelo social europeu que vá ao encontro das necessidades dos seus cidadãos e da sociedade civil em geral. Na verdade, neste novo mundo pós-«Guerra Fria» e cada vez mais globalizado, associado aos intermináveis processos da integração na União Europeia, os cidadãos dos Estados-membros aparentam estar a perder cada vez mais confiança nas garantias das políticas assistenciais que outrora serviam de fator de coesão social na Europa, particularmente na década de 60 do século passado. Nesse período de elevada prosperidade económica era, por consequência desse facto, evidente uma política de assistência social efetiva, particularmente nos Estados-membros mais avançados em termos de desenvolvimento económico.

Refira-se, neste contexto, Anthony Giddens (2007: 19), que refere que «todos concordam mais ou menos, partidários e opositores em igual medida, que o modelo social europeu se encontra atualmente sob grande pressão, ou até mesmo que está a falhar. O Estado-providência encontra-se sob assalto. Já não oferece a estabilidade e a segurança que parecia oferecer há cerca de trinta anos. Devemos começar, no entanto, por contextualizar esta situação. Alguns falam dos anos 60 e 70 como a “época dourada” do Estado-providência, quando havia um bom desenvolvimento económico, baixo nível de desemprego e proteção para todos – numa altura em que os cidadãos podiam sentir-se muito mais seguros que hoje».

Na verdade, devido à atual recessão económica mundial, com início nos Estados Unidos da América, com maior implicação na «zona euro», as políticas conducentes à solidariedade e à coesão social estão hoje

cada vez mais distantes das expectativas dos europeus, em comparação com o que se registava a este respeito na referida década de 60 do século XX.

Em conformidade, constata-se frequentemente hoje na União Europeia o recrudescimento dos nacionalismos e o reforço da afirmação das identidades nacionais, fenómenos que por vezes acabam por condicionar a dinâmica construtivista no contexto da transformação da nova Europa, pós-«Guerra Fria», como aconteceu com o «não» à Constituição da União nos referendos francês e holandês, respetivamente.

Refira-se que se entende por «modelo social europeu» um sistema de organização social dos Estados-membros centrado, basicamente, na ideia de Estado-providência, visando, por conseguinte, evitar permanentemente as desigualdades económicas nessas sociedades e a exclusão social; em suma, defender os direitos fundamentais do homem de acordo com os valores subjacentes à constituição da União. E atendendo ao contexto do projeto da Comunidade Económica/União Europeia, existem vários modelos de assistência social¹, pelo que se aconselha a harmonização dos mesmos de acordo com o anteriormente exposto. Nesta conformidade, e perante a mencionada pluralidade de submodelos sociais europeus, defende-se neste artigo a ideia de que, quando se fala dos mesmos, o que simplesmente se pretende enfatizar aqui é a defesa da «fusão» e/ou complementaridade destes submodelos, isto é, aproveitar o que existe de melhor em cada um deles e, uma vez feita essa escolha, adaptá-lo a todos os Estados-membros, respeitando sempre as respetivas singularidades, de acordo com a política da unidade a partir da diversidade.

Trata-se da necessidade dos Estados-membros atuarem em concertação permanente entre si neste domínio, desta forma «limando todas as arestas possíveis» em benefício da coesão social na União Europeia.

Luis Capucha (2004: 168-169) escreve a este respeito que «os diferentes países têm diferentes problemas e diferentes sistemas de emprego, de proteção social, de saúde, de educação, de finanças, etc., também enfrentam problemas comuns. A solução desses problemas pode passar pela convergência de sistemas, mas esta não se pode decretar. Não havia outro caminho senão avançar com os instrumentos que já estavam disponíveis, sem exigir novos fundos nem meios

1. Refere-se fundamentalmente a existência dos submodelos escandinavo, anglo-saxónico, continental e dos países do sul (Capucha, 2004).

institucionais adicionais. Apenas se exigia mais coordenação e integração de políticas. O método aberto de coordenação (MAC) forneceu os instrumentos necessários para sustentar esta atitude. O MAC consiste antes do mais na organização de um processo de aprendizagem comum, estimulando a troca de experiências, a transferência de boas práticas e a respetiva adaptação aos contextos nacionais e regionais».

Só assim, e não de outra forma qualquer, se poderá criar um modelo de assistência social que satisfaça os interesses de todos os Estados-membros, procedendo-se à conseqüente institucionalização do Estado-providência ao serviço dos cidadãos deste espaço político, dedicando particular atenção aos mais desfavorecidos, nomeadamente os trabalhadores e os pobres.

De facto, a União Europeia precisa de fazer um profundo esforço – «sacrificar-se» – no sentido da implementação de uma política que promova um modelo social de dimensão e/ou cariz estritamente europeu, ou seja, uma política de proteção social de qualidade.

Luís Capucha (2004: 169) abraça esta opinião quando defende que «o MAC tem uma dimensão europeia, resultante da definição de diretrizes europeias e promove a gestão para objetivos comuns, apelando à adaptação das políticas nacionais e regionais àquelas diretrizes. Promove a convergência em termos de interesses comuns e prioridades acordadas livremente, respeitando porém a diversidade nacional (...). Permite igualmente o estabelecimento de objetivos e metas europeus e nacionais, suportadas por um conjunto de indicadores de acompanhamentos (...). Permite ainda a participação de diferentes atores e intervenientes, do governo, dos governos locais, dos parceiros sociais e da sociedade civil aos diversos níveis».

Trata-se da implementação da política e do espírito da partilha de um modelo de assistência social comum entre os Estados-membros e, nessa medida, de contribuir para a promoção do diálogo no contexto desta União supranacional, visando o bem-estar de todos.

Nesta perspetiva, o papel das associações sindicais europeias será fundamental nessa dinâmica, pela constante sensibilização dos poderes instalados no seio da União Europeia a favor da promoção da convergência de interesses comuns dos Estados-membros e dos direitos dos seus cidadãos, particularmente dos trabalhadores. Quer isto dizer que é necessário e fundamental que haja, permanentemente, diálogo entre os parceiros sociais (o patronato e as organizações sindicais) nesse

espaço europeu, para dessa forma agilizar todos os processos conducentes à plena cidadania dos cidadãos europeus, gerar maior coesão social e, por conseguinte, promover políticas de Estado-providência, de justiça social e de uma integração social de qualidade.

Em conclusão, a União Europeia só tem a ganhar com a adoção de um modelo do Estado-providência dentro dos parâmetros que viemos a defender nestas páginas anteriores, isto é, fazendo seu um conjunto de objetivos comuns para a inclusão social e, nessa medida, implementando uma política da erradicação dos potenciais riscos no setor social, acompanhada de uma verdadeira mudança de estilo de vida, no sentido do bem-estar de todos os cidadãos europeus, muito particularmente no contexto do projeto da Comunidade Económica/União Europeia.

Bibliografia

- Adda, J. (1997). *A Mundialização da Economia. 1º Génese*. Lisboa: Terramar.
- Blaug, M. (1989). *História do Pensamento Económico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Burns, E.M. (1995). *História da Civilização Ocidental*. São Paulo: Globo.
- Capucha, L. (2004). "O método aberto de coordenação das políticas sociais da União Europeia: alcance e limites". In: J.M.L. Viegas, A.C. Pinto & S. Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*. Oeiras: Celta Editora, pp. 161-185.
- Delors, J. (2004). *Memórias*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Dobb, M. (1977). *A Evolução do Capitalismo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Giddens, A. (2007). *A Europa na Era Global*. Barcarena: Presença.
- Gramsci, A. (1966). *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hobsbawm, E.J. (2003). *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitário.
- Landuyt, A. (2002a). "La dimension sociale dans le processus de construction européenne: bilan et perspectives". In: M.M.T. Ribeiro (coord.), *Olhares Sobre a Europa*. Coimbra: Quarteto, pp. 11-21.
- Landuyt, A. (2002b). "L'Union européenne et le dialogue interculturel". In: M.M.T. Ribeiro (coord.), *Identidade Europeia e Multiculturalismo*. Coimbra: Quarteto, pp. 35-48.
- Murteira, M. (1983). *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Presença.

- 146 Russ, J. (2001). *A Aventura do Pensamento Europeu: Uma História das Ideias Ocidentais*. Lisboa: Terramar.
- Sabine, G.H. (1961). *História das Teorias Políticas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Sweezy, P.M. (1976). *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Taylor, A. (1990). *As Grandes Doutrinas Económicas*. 9ª ed. Mem-Martins: Europa-América.

RES PUB BLI CA

PARADIGMAS
DO MUNDO
ACTUAL

RECENSÕES

Revista
de Ciência
Política,
Segurança
e Relações
Internacionais

A Circunstância do Estado Exíguo

José Filipe Pinto*

A revista *Segurança e Defesa* lançou, no dia 16 de setembro de 2009, no Instituto de Defesa Nacional, a obra *A Circunstância do Estado Exíguo* da autoria de Adriano Moreira e publicada pela Editora Diário de Bordo.

Trata-se de uma compilação de conferências que o autor proferiu sobre um tema que, como afirma na nota prévia, lhe parece «ser um dos mais inquietantes da evolução do Estado português, desde que em 1974 foi colocado um ponto final no secular conceito estratégico nacional».

De facto, esta temática revela-se muito pertinente, pois, apesar dos sucessivos apelos ou avisos nesse sentido, Portugal ainda não construiu um novo Conceito Estratégico Nacional e o poder político parece considerar que o atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional se revela suficiente para definir a missão de Portugal no Mundo.

Como o livro é uma coletânea de textos sobre a mesma temática, mas produzidos em datas que vão desde 1999 a 2007, a organizadora da obra – Madalena Requiça – poderia ter usado o elemento cronológico como critério organizativo. No entanto, não foi esta a sua escolha porque se a temática é constante, o mesmo não se passa com as problemáticas abordadas nos diferentes textos. Assim, a organizadora trocou um critério de fácil justificação e que seria objeto de consenso, por um outro que lhe exigiu a leitura crítica dos textos de todas as comunicações como forma de proceder ao respetivo agrupamento.

* Professor Catedrático e Subdiretor do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Subdiretor da ResPublica, Subdiretor do CICPRIS e Investigador na linha em Africanologia e Lusofonia da UEICTS

Ora, de acordo com esse critério que se saúda, desde logo pelo esforço organizativo que requereu, os textos foram agrupados de acordo com as problemáticas e o livro, depois da nota prévia e de uma introdução intitulada «Desafios de Portugal» – conferência realizada no Porto em 16 de novembro de 2006 – apresenta seis capítulos cujos títulos são elucidativos do respetivo conteúdo.

Assim, o capítulo I – «Até ao Fim da Utopia» – consta de oito textos para visitar marcos da História e da vida de Portugal, como o legado presente no ativo da expansão – *Os Lusíadas* – ou o V Império, sem esquecer a identidade nacional e o tempo tribulo português.

Importa, porém, salientar que não se trata de um capítulo de saudosismos ou de visões de antanho, mas da esperança na «ressurreição pelo espírito» do V Império de Agostinho da Silva.

O capítulo II aborda a questão das fronteiras e, por isso, o título *As Fronteiras* parece uma escolha feliz para o conjunto dos sete textos, num capítulo onde a conjuntura interna é vista à luz do sistema internacional, clara demonstração de que o autor partilha das ideias – que já foram de Almeida Garrett – sobre a circunstância da exogeneidade de Portugal decorrer da sua História.

A colocação do título no plural aponta para o facto de se dever juntar à fronteira física ou geográfica, uma outra económica – hoje também política – outra de segurança e ainda uma quarta de dimensão cultural. O facto da fronteira cultural surgir aqui em último lugar não significa que seja essa a sua posição numa pretensa hierarquia de importância. Aliás, o capítulo III denomina-se «Encontro das Áreas Culturais» e as suas quatro comunicações apontam para as discrepâncias entre a realidade existente e aquela que é desejada e necessária porque Adriano Moreira considera que a Aliança de Civilizações representa a solução que melhor serve os interesses da Humanidade.

Este capítulo, ao retratar as dificuldades de relacionamento entre as culturas, serve quase como elemento introdutório do capítulo IV – «Insegurança Global» – o qual, nos seus três textos, denuncia o passivo derivado da falta de diálogo que impede a construção de uma nova ordem mundial.

Sem deixar de referir os problemas atuais, o capítulo V – «Nem Guerra nem Paz» – já entreabre a porta da esperança porque os seus nove textos definem funções e prospectivam compromissos assentes no respeito pelos valores.

O capítulo VI – «Competição do Atlântico aos Urais» – é aquele cujo título parece mais questionável porque as três comunicações tratam da questão da educação e do papel da universidade numa fase de mudança de paradigma. Aceitando que os textos defendem a necessidade da universidade preparar para uma vida cada vez mais competitiva e mais global, sou do parecer que um título feito a partir dos títulos dos três textos seria mais indicado. Talvez «A Universidade e o Paradigma Prospetivo da Educação».

Como é evidente, este aspeto não é suficiente para diminuir a elevada qualidade que a organização da obra evidencia.

Quanto à qualidade dos textos – aos níveis conceptual, argumentativo e linguístico – é aquela a que Adriano Moreira habituou os leitores e os ouvintes. De facto, se o primeiro cronista, Fernão Lopes, criou um estilo coloquial, cheio de imagens visuais e sonoras, que permitia ao leitor sentir-se presente nas ações que eram narradas, Adriano Moreira cultivava um estilo argumentativo que, face à lógica expositiva, prende o leitor, talvez porque o pormenor sabe embelezar o discurso mas a vereda nunca se sobrepõe à estrada.

Uma última palavra para referir que os votos do autor «vão no sentido de que o tema perca atualidade, por terem desaparecido os sinais de aviso, silenciados por uma recuperação de capacidade, de projetos e de participação cívica, com alegria e confiança no futuro».

Numa fase de crise conjuntural, que torna mais evidente a crise estrutural portuguesa, sabe bem ouvir estes votos de esperança na construção de um projeto verdadeiramente comum.

A leitura deste livro pode ajudar a abrir uma janela da esperança para os portugueses conscientes e inquietos.

Oxalá, o poder político saiba ver os sinais dos tempos e ouvir a voz do povo, que, no saber acumulado ao longo das gerações, defende que «quem te avisa, teu amigo é»!

Sobre as Causas do Atraso Nacional

Joaquim Jorge Veiginha*

«Deus», «Pátria», «Autoridade» e «Família» eram os lemas recorrentes do livro da primeira classe do chamado ensino primário do Estado Salazarista. Partindo deste lema, Fernando Pereira Marques inicia um fascinante périplo sobre as causas do atraso nacional. O lema sintetizava a negação da democracia, a subserviência perante os poderes constituídos – «respeita teus pais, chefes e superiores», como prescrevia o decálogo do «bom filiado» da Mocidade Portuguesa – a ausência de espírito crítico, a renúncia ao pluralismo e o culto das pré-noções ou das verdades pré-estabelecidas.

Eis algumas das causas – e não são poucas – do atraso nacional que Fernando Pereira Marques diseca com rigor. Mas o autor vai mais longe procurando as raízes deste atraso na história nacional e desmistificando o endeusamento das pretensas «glórias» passadas. A tese central é que as causas do atraso nacional estão indissociavelmente ligadas ao bloqueamento do processo de modernização. Este processo caracteriza-se, no plano económico, pelo avanço da industrialização e da urbanização, no plano político, pelo desenvolvimento da democratização e pela racionalização da autoridade e da administração e, no plano ideológico, pela secularização e laicização das condutas.

Olhando retrospectivamente a história do país, Fernando Pereira Marques conclui, em *Sobre as Causas do Atraso Nacional* (Coisas de

* Ensaísta

Ler, 2010), que todos estes sustentáculos da modernidade foram durante muito tempo anatemizados e sufocados pelos conservadorismos vigentes e quando começaram a despontar já vinham, por assim dizer, contaminados pelos atavismos e preconceitos dominantes que nunca foram completamente erradicados. Assim, ao contrário do que aconteceu na Holanda e na Grã-Bretanha, os Descobrimentos – figura mítica das «glórias» passadas – não desencadearam um processo de desenvolvimento industrial e todas as tentativas que no século XVIII tentaram remar contra a maré – o caso da tentativa do Conde da Ericeira de criar uma indústria têxtil nacional e a política mercantilista do Marquês de Pombal – foram votadas ao fracasso, transformando-se Portugal numa colónia do Reino Unido. A nível político, destaca-se o atraso das revoluções liberais que foram, fundamentalmente, «revoluções passivas», no sentido gramsciano do termo, já que não envolveram as classes populares, mas fundamentalmente o exército, bem como a componente teocrática do poder e a relação clientelar entre as classes possuidoras e o Estado, com os seus fenómenos de corrupção e promiscuidade entre a esfera pública e a esfera privada. Por fim, no plano ideológico, Fernando Pereira Marques sublinha a «mania nobiliárquica», com o seu culto das aparências e das despesas ostentatórias, e a «repugnância pelo trabalho» que lhe está indissociavelmente associada.

Importa refletir sobre algumas destas causas. Destacamos, antes de tudo, o fenómeno emblemático da «repugnância pelo trabalho» com raízes históricas profundas e que se projetou no futuro. Este fenómeno é fruto de um modelo de acumulação «improdutivo» centrado no expansionismo militar que se combina com o tráfico negreiro e com o domínio da ideologia da Contra-Reforma, do catolicismo tridentino, cuja expressão máxima é, tanto em Portugal, como em Espanha, a Inquisição, principal obstáculo ideológico à formação de uma ética virada para a «vida ativa».

Já o Maquiavel do *Discurso Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, obra menos conhecida do que *O Príncipe*, mas muito mais elaborada, atribuía ao catolicismo tradicional a responsabilidade pela fragmentação da Itália numa miríade de principados mutuamente exclusivos que impediu a unidade nacional. No caso português, a influência do catolicismo tridentino tem enormes responsabilidades na despolarização da população, no incivismo e na aliança, primeiro, com os poderes nobiliárquicos, depois, já no século XX, com o salazarismo, com o seu culto

da resignação perante a pobreza e do conformismo perante a ordem política que, por ser dominante neste mundo do «aquém», era, se não a única «legítima», pelo menos, a única «possível». O reino da «consciência infeliz» do cristão – para utilizar uma figura da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel – não pertencia a este «vale de lágrimas», para utilizar uma expressão da mitologia fadista nacional.

Sociólogo de formação, Fernando Pereira Marques dedica particular atenção ao facto de não se ter formado uma ética que valorizasse o trabalho e a acumulação de capital centrada não numa estéril poupança entesouradora, de que o célebre Harpagnon de Molière é a personagem mais representativa, mas numa poupança «produtiva», ou seja, orientada para o investimento privado da riqueza criada pelo trabalho social. O autor atribui esta nova atitude perante a riqueza à formação de uma ética protestante, sobretudo na sua versão calvinista, embora admita que esta não pode ser descontextualizada, mas estudada na sua relação com outros fatores sociais e económicos. No entanto, a formação desta mentalidade, embora com uma influência predominantemente protestante – veja-se, por exemplo, o Locke do *Segundo Tratado Sobre o Governo* e o Adam Smith da *Riqueza das Nações* –, não é, como pensava Weber, um exclusivo do protestantismo calvinista. Já o «católico» Turgot, efémero «*contrôleur général des finances*» de Luís XVI, nas suas *Reflexões Sobre a Formação e Distribuição das Riquezas*, publicadas em 1766, defendia de forma laica, completamente libertada da «canga» teocrática calvinista, o novo modelo de acumulação que fundaria a «prosperidade» e «riqueza» das nações no século da Revolução Francesa e da Revolução Industrial britânica.

A «mania nobiliárquica» foi outro fenómeno que deixou raízes profundas no país. Esta caracteriza-se sobretudo pelo «culto das aparências», pela «necessidade de parecer o que não se é, ou de ilusoriamente se ascender através da aparência, da imagem exibida» que afeta «todas as classes e estratos sociais» (p. 72). A ostentação e as despesas espantosas são, indubitavelmente, a sua manifestação mais imediata. Mas Fernando Pereira Marques não se esquece de sublinhar dois aspetos mais profundos que se escondem sob as aparências superficiais. O primeiro é o processo em que as próprias classes burguesas após a conquista da independência económica aspiram a «afidalgar-se», retirando-se da vida ativa, através da compra de títulos nobiliárquicos, fenómeno que «contaminou» a própria monarquia liberal do

século XIX. O segundo é, no plano privado, a «exibição de um *status* que, frequentemente, não correspondia sequer aos meios que de facto se possuía» (p. 69) e, no plano socioeconómico, a formação de uma economia parasitária, «rentista», que bloqueou o desenvolvimento de práticas produtivas empreendedoras, bem como uma dinâmica autosustentada de inovação tecnológica.

Fernando Pereira Marques não se esquece de demonstrar que estas causas do atraso nacional deixaram uma pesada hipoteca no nosso presente histórico. Assim, Portugal, apesar dos milhões de fundos estruturais e de ambiciosos programas de desenvolvimento continua na cauda da Europa. Embora o autor não o refira, pois o *timing* do seu ensaio não lho permitiu, a atual crise que o país atravessa é fruto de um modelo económico que vive acima dos meios que podem sustentá-lo, um modelo construído na década 1986-1995 – que foi a verdadeira «década perdida» –, centrado no betão, em que a construção civil, setor de mão de obra precária, pouco qualificada e mal paga, é responsável por mais de metade do investimento total e em que o aumento da procura interna está fortemente dependente tanto de importações de elevado conteúdo tecnológico, como de bens de primeira necessidade. Mas isto paga-se por uma forte dependência do exterior que tem como principal consequência, no plano económico, um agravamento do endividamento externo, que já supera os 100% do PIB, e, no plano sociológico, um processo de proliferação e infantilização promovido pela difusão de *gadgets* tecnológicos, consumidos insaciavelmente tanto pelos «miúdos pequenos» como pelos «miúdos grandes». Eis como a pretensa «vocaçãõ europeia» de Portugal, insistentemente trompetada por alguns, acaba por poder ser comparada – se tivermos em conta os hábitos consumistas insustentáveis de uma parte significativa da população portuguesa – com a fascinação dos selvagens perante as contas de vidro exibidas pelos colonizadores de outrora.

Neste contexto social, que continua prenhe de atavismos herdados de um passado de glórias mais efémeras que um «fogo de palha», retornam as «velhas maleitas» da (in)cultura nacional, de que se destacam – refere Fernando Pereira Marques – «a exaltação patrioteira – nos dias de hoje, sinal dos tempos, fomentada sobretudo pelo futebol –, o obscurantismo religioso – Fátima – e, sob capas mais ou menos atualizadas, o saudosismo, o sebastianismo e o fatalismo fadista» (p. 25). Embora as «heranças» do passado não possam ser consideradas

156 como as únicas causas do atraso nacional trinta e cinco anos após a revolução democrática do 25 de Abril de 1974, legaram-nos, de facto, uma espécie de «código genético» sociológico ou, para utilizar a expressão de Fernando Pereira Marques, um *habitus* (ver nota 1 da p. 23) que continua desgraçadamente a contribuir para os grandes «défices» do «devir» nacional: «Portugal ficou aquém do necessário quanto à qualidade da educação e do ensino das novas gerações; não conseguiu enraizar os valores da cidadania nas mentes e nas vontades dos portugueses que continuam, salazaristicamente, desconfiando da «política», olhada como algo de exterior e distante; não soube fazer em profundidade a sua renovação cultural» (p. 25).

